

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA ECONOMIA DA AGRICULTURA AFRICANA TRADICIONAL

Francisco Avillez



INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA ECONOMIA DA AGRICULTURA AFRICANA TRADICIONAL

Francisco Avillez

Título: Introdução ao Estudo da Economia da Agricultura Africana Tradicional
Autor: Francisco Avillez

Design e Paginação: Madde Comunicação
Impressão e Acabamento: ISAPress

1ª edição: Outubro 2024
Depósito Legal: 539032/24
ISBN: 978-989-35735-7-0

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida em qualquer forma sem permissão
por escrito do proprietário legal, salvo as exceções
devidamente previstas na lei.

Índice

- 9 **Nota Prévia**
- 11 **Prefácio**
- 19 **Introdução**
- 27 **Relações entre a situação demográfica e a produção agrícola**
 - 30 Sistemas de exploração da terra
 - 31 Relação entre os sistemas de exploração da terra e a evolução tecnológica 21
 - 38 A produtividade do trabalho nos diferentes sistemas de exploração da terra
 - 43 Análise gráfica das relações entre a situação demográfica e algumas das características das economias agrícolas tradicionais
 - 44 Representação gráfica a utilizar na análise em curso
 - 48 Algumas considerações genéricas suscitadas pela representação gráfica em causa
 - 54 Crescimento populacional e horas de trabalho
- 57 **As Sociedades Tradicionais Africanas**
 - 58 Os modos de produção das comunidades primitivas
 - 61 As formações sociais pré-capitalistas africanas
 - 61 Factores que condicionam o seu estabelecimento
 - 62 Ocupação do território e organização em comunidades
 - 63 Evolução na organização das comunidades africanas

- 73 **Transição das economias agrícolas pré-capitalistas para as diferentes formas que actualmente assumem nas regiões subdesenvolvidas**
- 75 Modificações verificadas nos sistemas de posse da terra
- 76 Direitos geral e específico de utilização da terra
- 77 Evolução dos sistemas de posse da terra por acção da pressão demográfica exercida
- 80 Outros factores que influenciaram a evolução dos sistemas de posse da terra
- 81 A instalação de unidades de produção alóctones
- 85 Alteração nos direitos de propriedade verificada no interior da comunidade tradicional
- 87 Perturbações sofridas pelo mercado do trabalho
- 87 Os mercados do trabalho em regiões “subpovoadas” e em regiões “sobrepovoadas”
- 89 Consequências sobre o mercado tradicional de trabalho, da instalação de empresas de grandes dimensões
- 91 Análise gráfica da oferta de trabalho para regiões “subpovoadas” e “sobrepovoadas”
- 92 Medidas adoptadas para obtenção de uma oferta de trabalho regular em regiões “subpovoadas”
- 96 O trabalho temporário: elemento essencial da oferta de trabalho das regiões “subpovoadas”
- 97 A teoria da “regressão na oferta de trabalho”
- 98 Processo de “comercialização” da agricultura de subsistência
- 99 Modelos explicativos do aparecimento em África de uma agricultura de mercado
- 101 As unidades de produção responsáveis pela obtenção de produtos agrícolas exportáveis
- 102 Diferenças de funcionamento entre as unidades de produção consideradas
- 104 Condições necessárias ao aparecimento de um sector agrícola tradicional com rápidos crescimentos de produção
- 105 Estabelecimento de relações características de um sistema de economia de tráfico
- 105 Elementos constituintes de uma economia de tráfico
- 109 Funcionamento de uma economia de tráfico

- 111 Existência de sociedades tradicionais com um nível adequado de hierarquização sociopolítica
- 112 Existência de valores médios de pressão demográfica
- 114 Existência de condições edafo-climáticas favoráveis à prática de culturas “ricas”
- 115 Existência de uma orientação político-administrativa não desfavorável a um processo de crescimento espontâneo da agricultura tradicional
- 118 Limites inerentes a um crescimento económico assente em actividades produtivas ligadas à exportação
- 122 Processo de “monetarização” das economias tradicionais
- 122 Rendimentos monetários “primários” e “secundários”
- 124 “Multiplicador monetário”
- 125 Velocidade de “monetarização” e “fuga monetária”
- 127 Crescimento demográfico, sobrepovoamento relativo e marginalização
- 127 Um modelo de crescimento demográfico
- 130 Significado relativo e absoluto da estrutura demográfica das regiões do Terceiro mundo como hipótese explicativa para o seu processo de subdesenvolvimento
- 132 Diferenças de crescimento demográfico e de pressão demográfica como tentativas de explicação para os processos do desenvolvimento e subdesenvolvimento.
- 137 Sobrepovoamento relativo, modelo de crescimento dependente e marginalização
- 139 A África é subpovoada
- 141 O modelo de crescimento dependente característico do processo de desenvolvimento do capitalismo nas regiões do terceiro mundo como factor explicativo do seu, muitas vezes, aparente sobrepovoamento
- 148 A marginalização ou marginalidade estrutural como fenómeno específico dos sistemas dependentes ou periféricos

159 **Notas**

183 **Bibliografia utilizada**

- 189 Restante bibliografia citada e/ou referida

Francisco Avillez



Francisco Avillez é actualmente Professor Catedrático Emérito do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, aonde leccionou entre os anos lectivos de 1976/77 e 2007/2008 e Coordenador Científico da AGROGES desde a sua fundação em 1989.

Iniciou, no ano lectivo de 1972/73, a sua carreira académica como assistente responsável pela disciplina de Economia Rural do 5º ano da licenciatura dos Cursos de Agronomia e Silvicultura da Universidade de Luanda, aonde exerceu a sua actividade docente até Maio de 1975.

Foi durante esse período que escreveu o conteúdo deste livro como texto de apoio às respectivas aulas.

Por razões diversas, só agora é que se decidiu proceder à sua publicação, em resposta aos incentivos de alguns colegas e amigos, que foram de opinião que, apesar de terem decorrido 50 anos da sua produção, continuava a valer a pena a respectiva divulgação.

Nota Prévia

Quando em Março de 1972 iniciei o meu contrato de Assistente nos Cursos de Agricultura e Silvicultura da Universidade de Luanda, foi-me distribuída a docência da disciplina de Economia Rural para o ano lectivo de 1972/73.

Ao iniciar a preparação das matérias a dar fui confrontado com o facto de os conteúdos até então leccionados serem, só em parte, adequados para o ensino de futuros engenheiros agrónomos que se pretendia virem a exercer a sua actividade em Angola.

De facto, o material de base utilizado eram as lições que o Professor Henrique de Barros dava na disciplina com o mesmo nome do 5º ano da licenciatura do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, as quais, sendo úteis do ponto de vista da análise económica das agriculturas empresarial e familiar europeias, não respondiam à problemática da agricultura africana em geral e da agricultura tradicional em particular.

Decidido, na ingenuidade dos meus então 27 anos, a ultrapassar esta limitação, fui desde logo confrontado com a não disponibilidade, in loco, da bibliografia que fui identificando como básica para vencer com sucesso este desafio.

Ultrapassada esta limitação bibliográfica, após uma vinda a Lisboa no verão desse mesmo ano, tomei a iniciativa de preparar um texto intitulado “Lições de Economia Rural: Introdução ao Estudo da Economia da Agricultura dita Tradicional”, que distribuí pelos alunos no início do ano lectivo 1973/74, como material pedagógico complementar ao indicado pelo Professor Henrique de Barros.

Sendo verdade que da leitura por ele feita, quando mais tarde veio a Angola, resultaram algumas críticas quanto à pouca relevância de alguns dos temas abordados e ao seu menor rigor científico, não é menos verdade que ele não pôs

em causa a sua utilização no curso, pelo que, até ao final da minha estadia em Angola, em Maio de 1975, tais textos continuaram a ser utilizados pelos alunos como apoio ao seu leccionamento.

Regressado a Portugal, soube, mais tarde, com algum orgulho, que o meu texto estava a ser considerado como de interesse por parte de técnicos e de centros de decisão políticos angolanos de então, mas nunca mais fiz qualquer tentativa de o vir a publicar.

Só quando, neste fim de carreira profissional, fiz um esforço para organizar tudo aquilo que de mais significativo escrevi nestas últimas cinco décadas, é que me deparei com este texto, com mais de 250 páginas datilografadas, e se pôs a hipótese de o vir a publicar, decisão esta para a qual fui incentivado pelo meu colega e grande amigo Professor Fernando Oliveira Baptista.

Quem tiver a coragem de vir a ler este livro, irá constatar que os temas abordados são bastante heterogéneos do ponto de vista, quer do seu rigor científico, quer da profundidade da sua análise, mas, creio, referem-se a realidades que, nas dimensões sociais e económicas, ainda persistem em muitos aspetos, embora num contexto político bem diferente.

Apesar destas limitações e ainda do facto de eu já não me rever em algumas das análises realizadas, optei por manter integralmente o texto que então escrevi tendo, apenas, retirado do respectivo título a referência a Lições de Economia Rural, e acrescentado o termo africano dado à designação da agricultura tradicional. Tomei, ainda, a decisão de manter em francês ou inglês as citações que fui integrando ao longo do texto.

Um muito obrigado aos excelentes alunos que frequentaram as minhas aulas durante os anos lectivos em causa, com especial referência ao Luis Albuquerque e ao Fernando Pacheco cuja relação de amizade se prolongou até aos dias de hoje.

Um agradecimento especial também ao meu amigo e colega Manuel Correia que aceitou prefaciá-lo este meu livro.

Por último, quero agradecer à Filipa Espírito Santo a ajuda que me deu na preparação desta edição, sem a qual este livro nunca teria condições para ser publicado.

Prefácio

Cruzei-me pela primeira vez com o Professor Francisco Avillez no ano letivo de 1973/74, quando entrei no curso de agronomia em Nova Lisboa, na então denominada Universidade de Luanda, composta por 2 polos, o de veterinária e o de agronomia e silvicultura. Com o 25 de abril de 1974 e com as alterações introduzidas na vida da faculdade, vi-me de repente como um dos representantes dos alunos no Conselho Diretivo da escola e, se não estou em erro, o Francisco Avillez, então o Professor da cadeira de Economia Agrícola do 5º ano, terá sido eleito Presidente da Assembleia Geral da Escola. Por via disso, os nossos contactos passaram a ser mais frequentes. Lembro-me perfeitamente do modo calmo como falava e da facilidade com que conduzia as reuniões naquela realidade nova para todos nós. Foi muito fácil gostar daquele presidente logo à primeira vista.

Quando, em 1975, ingressei no Instituto Superior de Agronomia para terminar o curso, voltei a cruzar-me com o Francisco Avillez, já então professor no ISA e com uma fama crescente como docente. Naquele tempo, a importância que o mundo rural assumia na sociedade portuguesa, fazia com que a Secção de Sociologia e Economia fosse o mais importante e procurado no ISA. Infelizmente, nunca foi meu professor e tive de me contentar com algumas aulas ou seminários que, por esta ou aquela razão, ministrou à minha turma e, naturalmente, com as diferentes conferências a que sempre eu fazia questão de assistir.

Acabado o curso, ingressei como docente na então Secção de Agronomia Tropical e Subtropical do ISA e tive a oportunidade de continuar a acompanhar, na nossa escola e fora dela, a reputação crescente do Prof. Francisco Avillez.

Em 1995, o Professor Francisco Avillez convida-me para participar, como especialista em agricultura tropical, na equipe que a AGROGES montou para elaborar um relatório intitulado, *Contribuição para uma Estratégia de Segurança Alimentar em Moçambique*, para a então Unidade de Segurança e Ajuda Alimentar da Direção Geral do Desenvolvimento da Comissão Europeia. Este projeto, chefiado pelo próprio e pelo Armando Sevinate Pinto, e desenvolvido em Moçambique, Lisboa e Bruxelas, viria a ser uma fonte de aprendizagem e contactos que acabariam por ter um impacto decisivo na minha vida profissional. Além do mais, permitiu-me um contacto mais frequente com o Francisco Avillez e por isso, um constatar de todas as qualidades que nele admiramos.

Tudo isto, para dizer o que todos sabem. Pertenço a uma geração que tem uma profunda admiração quer pelas qualidades pedagógicas e científicas do Professor Francisco Avillez quer também pelas suas qualidades humanas.

Depois desta manifestação de interesse vamos então ao assunto deste prefácio.

Quando em junho de 2024, o professor Francisco Avillez me telefona a pedir o favor de ler um texto, agora já em formato digital, que ele tinha escrito ainda em Angola quando ali começou a sua carreira, fiquei um pouco surpreendido, pois raramente ele escreve sobre matérias nas quais cientificamente me sinto à vontade para opinar. Mas muito mais embaraçado fiquei quando, depois de eu lhe ter dito que o faria com o maior dos gostos, ele retorquiu – “Manel, preciso da tua opinião SINCERA sobre a atualidade do texto para perceber se valerá a pena publicá-lo!”

Confesso que senti um pequeno arrepio e terei dito, talvez a gaguejar sem ele perceber, que o faria. O arrepio teria a ver exclusivamente comigo. Se por acaso, por qualquer razão, eu achasse que não valeria a pena fazer a publicação, teria eu coragem para ter a sinceridade que ele me pedia? Honestamente não sei, pois, no limite, seria sempre uma publicação do professor Francisco Avillez e todos a leriam.

Como se estes dois desafios não bastassem, o de ler o texto e do de lhe dar a minha opinião sincera sobre a sua atualidade, antes de terminar o telefonema

disse, - Se o livro for publicado, gostaria que fosses tu a prefaciá-lo!

É por esta razão e por muita gentileza do Francisco Avillez que está então o leitor a ler estas palavras.

Como combinado, no dia seguinte recebi, por email, o texto com mais de 150 páginas que passei a ler de imediato e rapidamente o fiz pois está escrito de forma acessível e desafiadora, o que leva o leitor a querer saber sempre o que está escrito no capítulo seguinte.

Estaria a abordagem que ele faz naquelas folhas completamente fora de contexto ou, pelo contrário, elas ainda conseguiriam retratar, de alguma forma, a realidade da agricultura africana, 50 anos depois?

Mal li o título escolhido para o texto “Introdução ao estudo da economia da agricultura Africana tradicional”, o arrepio sentido na véspera, praticamente se desvaneceu, pois, com base na percepção que tenho da agricultura africana e angolana atual, dificilmente o texto estaria ultrapassado.

Lido então o texto com atenção, facilmente se compreende que, atendendo naturalmente a que já passaram 50 anos, o teor do texto é perfeitamente atual e poderá ser, ainda hoje, uma ferramenta para um melhor entendimento da agricultura tradicional africana, nomeadamente a angolana, e um bom suporte ao desenvolvimento de políticas públicas de apoio àquele tipo de agricultura.

Há várias razões para defender que o texto será, ainda hoje, de grande atualidade.

A primeira, é praticamente apontada pelo Francisco Avillez na nota prévia que faz agora, 50 anos depois, *“Ao iniciar a preparação das matérias a dar, fui confrontado com o facto de os conteúdos até então leccionados serem, só em parte, adequados para o ensino de futuros engenheiros agrónomos que se pretendia virem a exercer a sua actividade em Angola. De facto, o material de base utilizado eram as lições que o Professor Henrique de Barros dava na disciplina com o mesmo nome do 5º ano da licenciatura do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, as quais, sendo úteis do ponto de vista da análise económica das agriculturas empresarial e familiar europeias, não respondiam à problemática da agricultura africana em geral e da agricultura tradicional em particular”*.

É um facto inegável que a agricultura tradicional ou familiar em África continua a ser dominante quer em número de agricultores como em área agrícola ocupada e, mais do que isso, continua a ser o grande garante do fornecimento de bens alimentares para a maioria esmagadora da população.

A admiração que o autor sentiu quando começou a dar aulas em Nova Lisboa em 1972, é a mesma de todos os que conhecem a realidade rural africana e nomeadamente a angolana. Sendo a agricultura reconhecida, cada vez mais, como um pilar para o desenvolvimento dos povos e do combate à pobreza e sendo a agricultura familiar, ainda hoje, a mais representativa, porque é que ela não era uma matéria curricular aprofundada no tempo colonial e porque é que, ainda hoje, não o é na Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade José Eduardo dos Santos, no Huambo.

Este vazio, existe ainda na maior parte das academias, nomeadamente, nas africanas e tem conduzido a muitos erros em termos de políticas públicas para apoio à agricultura e nomeadamente à familiar.

Uma segunda razão para a atualidade do documento é a dimensão que a agricultura tradicional ainda apresenta hoje em Angola. Segundo o Recenseamento Agropecuário de 2019/20 existiriam no país, 2.364.880 explorações agropecuárias, piscatórias e aquícolas familiares. Destas, 84,7% tinham uma condição jurídica individual e 5,3% uma natureza coletiva. Detêm uma área de 4.395.040 ha dando uma média individual de 1,92 ha¹. De acordo com o mesmo recenseamento existiam 5.887 explorações, agropecuária e aquícolas empresariais e que, mesmo assim, ocupam 3.149.793 ha o que dá uma média de 540,4 ha. É de ter em conta, no entanto, que de acordo com as estatísticas agrícolas de 2020/21, as empresas agrícolas terão semeado, apenas uma área de 500 mil ha ou seja, menos de 1/6 da área que teriam disponível.

Uma terceira questão, e que tudo tem a ver com estas conjunturas que o Professor Avillez colocou no papel há 50 anos, prende-se com uma discussão que tem atravessado todo o período pós-independência de Angola e que ga-

1. Dados do Governo com base nos dados recolhidos pelo Ministério da Agricultura, no ano de 2022/23 a Agricultura Tradicional terá sido responsável pela produção de 82% da produção agrícola tradicional.

nhou notoriedade a partir do momento em que se verificou a baixa de preços do crude por volta do ano 2000. Nessa altura, a diversificação da economia e, nomeadamente, a aposta na agricultura, passou a estar nas prioridades políticas do governo. Aposta na agricultura empresarial? Mais atenção à agricultura tradicional? Como fazer evoluir a agricultura tradicional de forma que possa ser mais eficiente e que contribua decisivamente para melhorar o nível de vida dos agricultores ligados a esse tipo agricultura?

Sem o verdadeiro e aprofundado conhecimento do funcionamento da agricultura tradicional, muito mais difícil será a sua adaptação à modernização que hoje se encontra disponível e que naturalmente, desde que devidamente enquadrada e apoiada, todos desejamos.

Este texto, escrito há cerca de 50 anos com base numa boa bibliografia existente na época, não é só atual por falar da agricultura tradicional, mas sim pela forma como aborda essa mesma agricultura. Como o leitor concluirá, este texto pode, ainda hoje, ser uma ferramenta válida para ajudar a uma compreensão adequada da economia da agricultura africana e angolana tradicional. Poderá por isso, ser um ótimo contributo, para ajudar a um melhor entendimento daquelas três questões atrás referenciadas e um suporte para a elaboração, se assim for entendido, de políticas públicas adequadas à melhoria de vida do agricultor tradicional.

A abordagem feita ao longo do texto explica, com uma esclarecedora e fluente escrita a que sempre nos habituou o professor, alguns dos temas mais importantes relacionados com as questões do desenvolvimento, nomeadamente, os impactos na agricultura tradicional do aumento demográfico e a falta ou excesso de mão de obra, da disponibilidade de terras e a evolução do uso e posse da terra, e o impacto que tiveram e têm ainda hoje, a implantação de unidades de produção alóctones na alteração nos direitos de propriedade verificada no interior da comunidade tradicional.

Com o intuito de aguçar, ainda mais, a curiosidade do leitor para a leitura do livro, salientarei ainda alguns dos tópicos mais importantes que nele poderão encontrar.

É assim que, com base num livro de Schutz de 1964 se refere *“são propostas como essenciais três orientações de política económica, as quais se relacionam com a importância dos preços praticados; com a necessidade de apoiar a investigação no sentido de definição de novas técnicas, novos utensílios, etc., e com importância fundamental de realização de investimentos humanos”*.

Ora, para as questões do desenvolvimento haverá algo mais atual que estas três orientações? Tenho dúvidas, embora, se Schultz as escrevesse agora em 2024, com certeza que, nestes três parâmetros, saberia colocar os chavões da moda que hoje fazem ganhar projetos, como sustentabilidade, igualdade de género, alterações climáticas, agroecologia e outros que vão aparecendo, sem que eles nos forneçam aquilo que todos ansiamos, um mundo, principalmente o rural, mais justo e equitativo. Atravessamos uma fase da humanidade que, pelas mais diferentes razões, estamos mais preocupados com a terminologia utilizada nas conclusões das diferentes reuniões para o desenvolvimento e com o politicamente correto, do que a resolver problemas práticos com ações concretas que ponham um fim à fome e à pobreza a todos os humanos.

Outra abordagem, mais do que atual, é a que o autor nos traz com o “Processo de comercialização” da agricultura de subsistência onde, entre muitas e importantes abordagens, apresenta uma, que todos teimam em não observar, as “condições necessárias ao aparecimento de um sector agrícola tradicional com rápidos crescimentos de produção” e que termina com o funcionamento da economia de tráfico (vulgo, “lojas do mato”) que todos acham ser uma peça fulcral da evolução da agricultura tradicional mas que, por esta ou aquela razão, tem tardado a sua reposição em todo o território angolano de uma forma coerente como aquela que é abordada no texto.

Outro aspeto que poderá explicar muito do que hoje acontece no terreno, é tratado no ponto “Processo de monetização das economias tradicionais”. Como refere no texto, *“A análise do processo de “monetização” das formações sociais pré-capitalistas africanas encontra-se intimamente ligada aos aspectos, já analisados, referentes ao estabelecimento em Africa de unidades de produção autóctones e ao processo de “comercialização” da agricultura de subsistência das regiões africanas”* e explica bem como é que os rendimentos primários e os se-

cundários contribuíram para a monetarização das sociedades ditas tradicionais não deixando, contudo, de salientar de forma inequívoca as razões que justificam a pouca abrangência que a monetarização atingiu em algumas daquelas sociedades, apontando ainda as formas de as superar.

Como referido no texto *“Apesar de teoricamente, a velocidade de monetarização das economias de subsistência do “Terceiro Mundo” ser bastante rápida, verifica-se que tal não tem acontecido na realidade, o que resulta necessariamente da “fuga monetária” que, sobretudo, as importações realizadas representam. Com efeito uma parte importante dos rendimentos monetários “primários” não originam rendimentos “secundários” porque em vez de serem utilizados na aquisição de produtos locais eles são orientados para a obtenção de produtos importados”*.

Não querendo tirar ao leitor a oportunidade de ler o livro com a devida atenção, destacaria a leitura a partir do título “crescimento demográfico, sobrepopoamento relativo e marginalização” o qual, embora com dados relativamente ultrapassados no que diz respeito à demografia africana atual, o autor faz uma abordagem holística da questão demográfica referindo mesmo *“Parece-nos, no entanto, que o tão frequentes vezes apontado “problema demográfico” das regiões subdesenvolvidas esconde, para além de problemas reais, um conjunto de aspectos que só aparentemente são consequência da evolução demográfica das regiões em causa”*. De salientar ainda que o texto, já refere, que o controlo da natalidade pode ser encarado como um fator a ter em conta no desenvolvimento o que é, ainda hoje, muito pouco levado a sério na maior parte das políticas implementadas.

A descrição que é feita, corresponde literalmente ao que hoje acontece no mundo rural africano e salientaria a forma, mais do que adequada e atual como o Professor Francisco Avillez trata uma das questões mais prementes e que é o da marginalização e do crescimento da pobreza.

Como é referido *“O que é característico do êxodo rural das regiões subdesenvolvidas não o sendo, nunca o tendo sido para a caso dos sistemas autocentrados, é que este processo migratório se verifica não a favor do aumento da produtividade agrícola global e consequentemente do desenvolvimento socioeconómico,*

mas antes em oposição a tal aumento. Na realidade, os referidos fluxos migratórios tiveram e têm como consequência principal, a redução no crescimento da produção alimentar das regiões subdesenvolvidas, redução esta que se encontra na base da alta constante dos preços dos referidos produtos e de paradoxal situação em que se encontra actualmente a quase totalidade das regiões do terceiro mundo, a qual se refere ao facto de regiões essencialmente agrícolas (no que se relaciona com os recursos tradicionalmente explorados e com a distribuição da população activa total) se encontrarem, nestes últimos anos, na necessidade de importarem uma proporção cada vez maior dos seus produtos agrícolas alimentares”.

Pelo que fica dito, e principalmente porque sobre as questões de desenvolvimento todos falam muito e muito pouco fazem, infelizmente, o que foi escrito há 50 anos continua muito atual. A leitura do texto, mesmo com dados de há cinquenta anos, será certamente um contributo muito útil para a leitura da realidade atual e ajudará a compreender o marasmo em que as questões do desenvolvimento hoje se encontram.

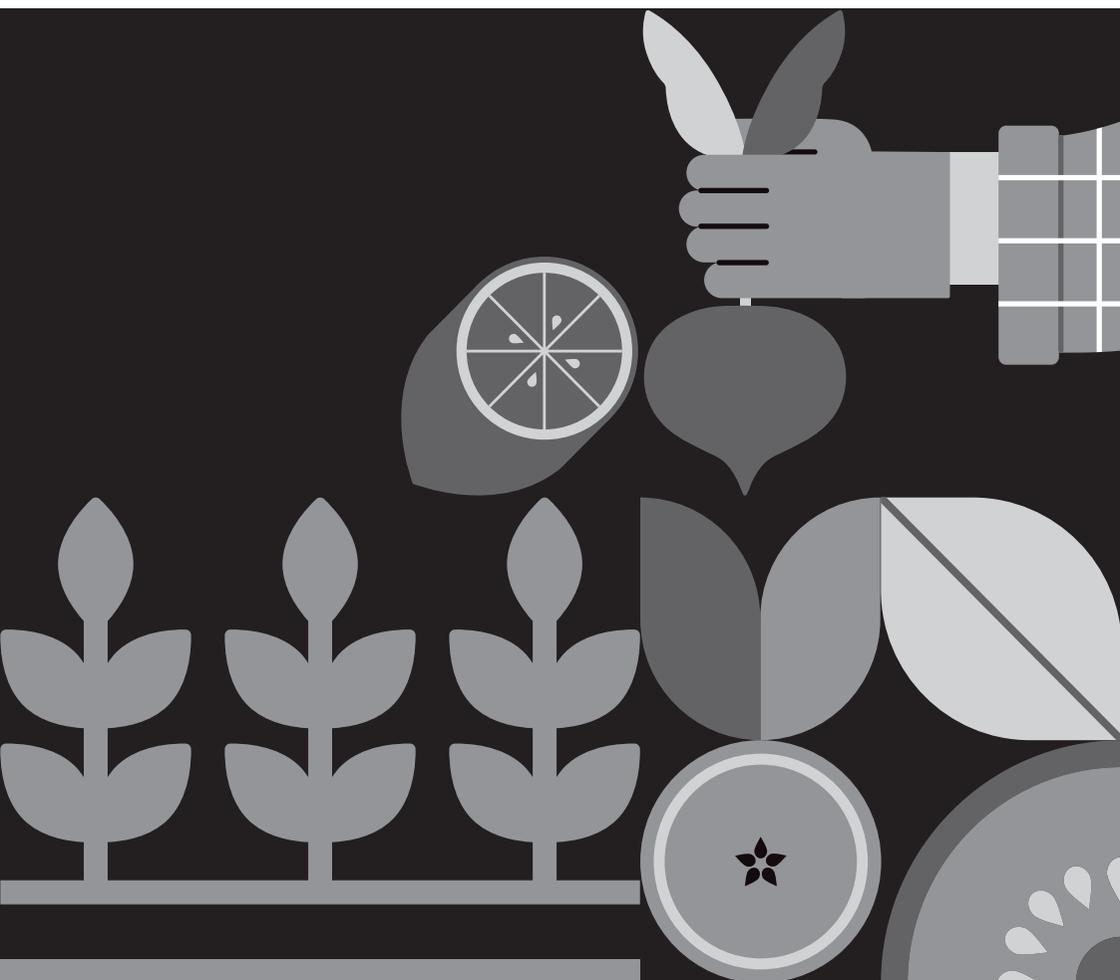
A questão que não pode deixar de ser colocada é – “Professor Avillez, porque é que tivemos que esperar 50 anos para ler este texto?”

Boa e agradável leitura

Augusto Manuel Correia

Parede, Julho de 2024

Introdução





São várias as designações habitualmente atribuídas ao conjunto das economias agrícolas que pretendemos estudar.

Fala-se muitas vezes em agricultura de subsistência; outras vezes chama-se-lhes economias agrícolas primitivas; em muitos casos por analogia com as etapas de evolução da agricultura europeia utiliza-se a designação agricultura artesanal; preferem outros autores englobar o conjunto das economias referidas sob a designação de agricultura tradicional; utilizam na maioria dos casos os autores anglo-saxónicos, especialmente os de formação antropológica, o termo “camponês”¹ para designar as agriculturas em questão; etc..

Não é nossa intenção entrar aqui numa análise das razões que levam os diferentes autores a preferir uma ou várias destas designações em detrimento de outras. Importa no entanto referir que a maioria dos autores utiliza quase indistintamente dois ou mais dos referidos termos o que resulta, a nosso ver, não só da relativa imprecisão dos conceitos em causa como também da existência de uma nítida coincidência quanto ao seu significado e alcance. É, portanto, nossa convicção que cada uma destas designações chama a atenção para pelo menos um aspecto importante das economias agrícolas a analisar e que nenhuma delas é suficientemente ampla para se sobrepor em absoluto às restantes.

Parece-nos que por razões de ordem prática devemos utilizar a designação agricultura tradicional, já que ela que foi estabelecida pela Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA) para efeitos de classificação de uma parte importante das empresas agrícolas angolanas em relação à recolha e apresentação de elementos estatísticos. Pensamos, aliás, ser este o termo de significado simultaneamente mais preciso e mais global.

Existe uma quase completa unanimidade de opiniões entre os diferentes autores que utilizam o termo tradicional, como definidor das diferentes economias agrícolas em causa, já que, para quase todos eles, o que define a agricultura tradicional é o carácter estático, ou melhor, “estagnante”, das tecnologias praticadas². Nesta perspectiva que é comum a todas estas economias é precisamente o facto de as condições técnicas de produção não se terem praticamente modificado ao longo de um período de tempo relativamente grande³.

Como explicaremos posteriormente, quando analisarmos as relações existentes entre a pressão demográfica, o sistema de exploração da terra e as técnicas agrícolas praticadas, a designação em causa, de acordo com a definição apresentada, não abarca a totalidade das economias agrícolas que pretendíamos estudar, verificando-se, portanto, que também este critério de classificação não se apresenta como suficientemente completo.

Parece-nos de apontar como bastante característica a definição proposta para a agricultura tradicional por Schultz (1964). O interesse desta definição é tanto maior quanto se sabe que o ensaio de Schultz, “*Transforming Traditional Agriculture*” tem influenciado, ou pelo menos, influenciou, muitos dos programas de desenvolvimento agrícola postos em acção em algumas regiões subdesenvolvidas.

Mais importante do que indicar textualmente a referida definição, parece-nos ser procurar explicar a linha do pensamento que a originou⁴.

O ponto de partida de Schultz assenta na sua convicção de que as diferenças culturais e institucionais não são necessárias para se obter uma compreensão satisfatória dos problemas relacionados com as economias agrícolas tradicionais. O seu conceito económico de agricultura resulta da consideração de que estas economias se encontram numa fase de estagnação, a qual se exprime fundamentalmente pelo facto de as disponibilidades em meios de produção reprodutivos (capital enquanto factor de produção⁵) se manterem inalterados. Como a agricultura tradicional chegou, segundo o autor, a esta situação gradualmente, no decorrer de um longo período de tempo e como muito possivelmente se manterá nesta situação indefinidamente, Schultz designa esta situação por condição de equilíbrio a longo prazo⁶.

Esta condição de equilíbrio é, para o autor, atingida e mantida porque, para as economias em causa, as condições de oferta e de procura de meios de produção reprodutivos se mantêm constantes por um período de tempo suficientemente longo.

A hipótese de existência de uma oferta de meios de produção que se mantem constante ao longo de um período de tempo relativamente longo, constitui a primeira condição crítica de Schultz a qual se exprime, segundo o autor, pela constância das condições de funcionamento das entidades responsáveis pela oferta de meios de produção reprodutivos⁷. A não alteração das condições de procura, na agricultura tradicional, constitui a segunda condição crítica de Schultz a qual refere que as preferências e motivações dos agricultores, face a uma melhoria das suas condições de produção, se mantêm inalteradas⁸. A terceira condição crítica considera como necessário, que as duas primeiras condições se verifiquem durante um período de tempo suficientemente longo de modo a que as economias em causa cheguem a uma situação de equilíbrio estacionário o qual se caracteriza, de acordo com Schultz, pela existência de poupanças e investimentos líquidos nulos e conseqüentemente por disponibilidade sempre constante em meios de produção reprodutivos⁹.

Resumindo poderemos afirmar com Wharton (1970), que Schultz define a agricultura tradicional como sendo o sector, de uma região pobre e subdesenvolvida, que atingiu uma dada situação de equilíbrio a longo prazo tanto no que diz respeito à utilização dos factores de produção disponíveis como no que se refere aos investimentos necessários para que o fornecimento desses factores seja incrementado.

Do seu conceito de agricultura tradicional Schultz faz derivar fundamentalmente as duas seguintes hipóteses críticas:

- na agricultura tradicional são pouco significativas as ineficiências na utilização dos factores de produção disponíveis¹⁰;
- na agricultura tradicional o preço dos factores, responsáveis por possíveis aumentos de produção, é relativamente elevado.

A partir destas hipóteses básicas, que o autor analisa desenvolvidamente e considera justificadas, são propostas como essenciais três orientações de política económica, as quais se relacionam com a importância dos preços praticados; com a necessidade de apoiar a investigação no sentido de definição de novas técnicas, novos utensílios, etc., e com importância fundamental de realização de investimentos humanos.

As teses apresentadas em “*Transforming Traditional Agriculture*” deram origem a uma série de críticas¹¹ das quais procuraremos referir algumas quando abordarmos certas situações em relação às quais as opiniões de Schultz se não verificam. Desde já podemos referir que as críticas de maior alcance relacionam-se com a pouca atenção que Schultz dedicou à influência da situação demográfica sobre as características das economias agrícolas tradicionais¹².

Fechado o parentese atrás aberto e com o qual procurámos chamar a atenção para uma das mais cuidadosas e simultaneamente comentadas análises sobre a agricultura tradicional, procuraremos agora dar uma panorâmica dos tipos de economia agrícola que se encontram englobados sobre a referida designação.

Verifica-se que, actualmente, nas regiões subdesenvolvidas se encontram diferentes economias agrícolas que, se bem que estejam ligadas entre si pela semelhança das tecnologias praticadas, se distinguem umas das outras em função de um elevado número de outros aspectos também importantes.

Assim, algumas regiões do globo caracterizam-se por o seu sector agrícola poder ainda esperar importantes aumentos de produção unicamente com base na extensão das áreas cultivadas ou pelo menos por uma maior frequência na utilização das áreas disponíveis, no entanto, existem muitas outras regiões que podem ser consideradas como “sobrepovoadas”, no sentido em que o factor de produção terra é extremamente raro, podendo somente ser possível verificarem-se alterações significativas nos níveis de produção desde que se realizem profundas transformações nas tecnologias praticadas.

Por outro lado, as economias agrícolas tradicionais apresentam de região para região nítidas diferenças quanto ao “grau de comercialização” das suas unidades de produção. Num dos extremos teremos comunidades vivendo em

situações de subsistência pura (o que hoje em dia é raro) ou então vendendo uma parte ínfima da produção. No extremo oposto podemos constatar a existência de empresas agrícolas que apesar de serem tradicionais, na acepção atrás apontada, dirigem a quase totalidade da sua produção para os mercados quer estes sejam internos ou, o que é mais comum, externos.

Também a atitude das unidades de produção de uma dada agricultura tradicional face ao mercado do trabalho conduz a diferenças no comportamento daquelas, já que para muitas delas a única força de trabalho é a familiar enquanto que outras recorrem a mão de obra assalariada em proporções muitas vezes apreciáveis.

Relativamente ao regime de posse e exploração da terra surgem também diferenças quanta às economias agrícolas existentes. Tais diferenças resultam como é óbvio de um sem número de formas diferentes que os aspectos apontados tomam de região para região. Desde os sistemas tribais ou comunais de posse da terra e os modos de utilização de terra que as caracterizam até às formas privadas de posse e exploração, muitas posições intermédias são de possível existência.

Também a maior ou menor penetração de uma agricultura de tipo capitalista (plantações) característica do período colonial, originou com certeza, de acordo com os diferentes tipos de influência que teve na economia da região e onde foi implantada, acentuadas diferenças entre as empresas agrícolas tradicionais afectadas.

Verificam-se ainda e de modo mais ou menos profundo diferenças de comportamento dos agricultores “tradicionais” no que se relaciona com a sua maior ou menor dependência face aos indivíduos ou entidades detentoras e fornecedoras de crédito.

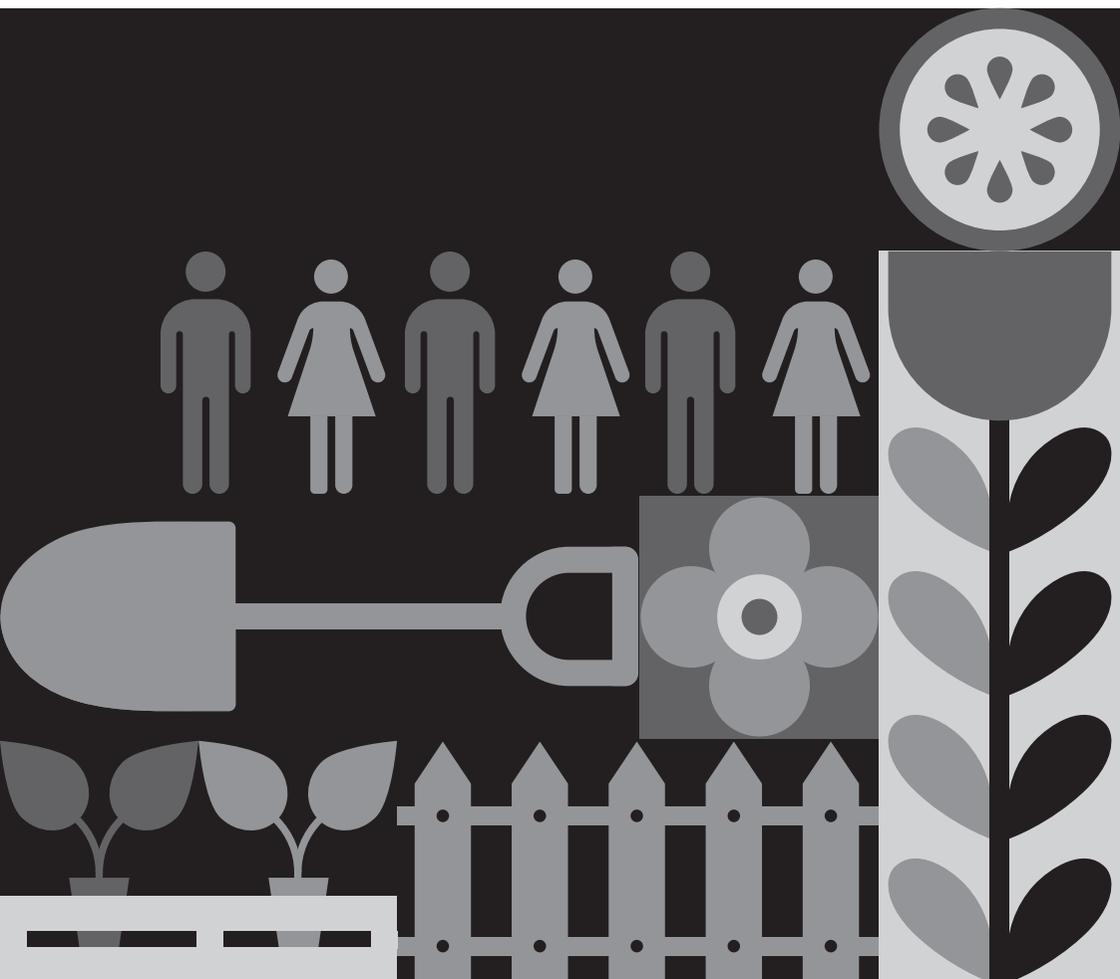
Este breve apanhado de possíveis diferenças entre as agriculturas ditas tradicionais permite-nos constatar que aquelas economias agrícolas se encontram de país para país ou de região para região em estádios distintos de desintegração face ao impacto do crescimento populacional¹³ e à penetração do modo de produção capitalista, a qual se caracteriza quer pelas modificações que determinou nos sistemas de posse de terra praticados, quer pelas alterações que

provocou no mercado do trabalho, quer pelas reacções socio-psicológicas que originou, quer pelo processo de “monetarização” e comercialização que desencadeou, quer ainda pelo crescimento “extrovertido” que fomentou, ou então e finalmente pelo impacto que as novas tecnologias introduzidas tiveram sobre um meio tecnologicamente pré-industrial.

É nosso objectivo principal nesta parte do curso o estudo do processo dinâmico de desintegração das economias pré-capitalistas e a análise dos mecanismos socio- económicos que caracterizam a sua transição para novos tipos de economias agrícolas em que predominam as relações específicas ao modo de produção capitalista.

Dentro dos objectivos a que nos propomos “*pensamos que a compreensão de evolução da economia africana*¹⁴ (...) *não poderá ganhar senão com uma apreciação exacta das estruturas antigas*” (Dia 1960), o que no caso presente representa a necessidade de iniciarmos a nossa análise por uma abordagem das características fundamentais das sociedades tradicionais africanas¹⁵. Antes, porém, de procedermos a tal abordagem é, a nosso ver, de grande utilidade a realização de uma análise prévia das relações existentes entre os aumentos da pressão demográfica e as modificações verificadas no sector agrícola.

Relações entre a situação demográfica e a produção agrícola





Desde os primórdios da formação da teoria económica clássica que os diferentes autores se têm preocupado com as relações que se estabelecem entre o crescimento populacional e a produção alimentar.

Existem fundamentalmente dois modos distintos de encarar a referida relação pois, ou se procura a influência que as modificações operadas na actividade agrícola exercem sobre a situação demográfica ou, vice-versa, se orienta a análise no sentido de tornar compreensíveis os efeitos que os acréscimos populacionais determinam na agricultura.

A primeira destas orientações é a adoptada por Malthus e seus continuadores¹⁶ para os quais o crescimento populacional é uma variável dependente, cujas variações resultam das modificações verificadas na produtividade do sector agrícola. As transformações operadas na produtividade da agricultura resultariam, segundo os autores em causa, de factores exógenos tais como as invenções tecnológicas e a adaptação de novas tecnologias por um processo de imitação.

A outra orientação, que tendo sido já sugerida por alguns autores só encontra uma primeira tentativa de sistematização num ensaio de Esther Boserup *“The Conditions of Agricultural Growth. The Economics of Agrarian Change under Population Pressure”* (Boserup, 1965)¹⁷, considera a referida relação no sentido inverso já que supõe que o crescimento populacional deve ser tomado como variável independente e como factor determinante das alterações verificadas no sector agrícola¹⁸.

É, no entanto, necessário referir que apesar de a teoria económica clássica ter centrado principalmente a sua atenção sobre a produção agrícola enquan-

to factor limitante do crescimento populacional, a relação no sentido inverso não deixou de ser encarada pelos economistas de então. Na verdade, a teoria da renda desenvolvida pelos economistas clássicos ingleses pretende fundamentalmente analisar os efeitos que o crescimento demográfico origina na produção agrícola¹⁹. Temos, no entanto, e como é natural, que esta análise assentou sobre o estudo da situação conhecida na época, ou seja, as condições em que se praticava a agricultura no hemisfério ocidental de então. Na medida em que se assistia por essa altura à ocupação das óptimas terras ainda não cultivadas e que o sistema de exploração da terra mais difundido era o de uma agricultura permanente, os autores fizeram assentar a sua teoria do desenvolvimento agrícola na distinção entre um tipo de crescimento da produção com base na extensão das áreas cultivadas e um outro tipo de crescimento assente numa intensificação cultural à base do trabalho.

A simplificação que tal visão acarreta resulta do facto, desconhecido na época, de grande parte dos tipos de economias agrícolas tradicionais não praticar um sistema de agricultura permanente, mas sim um sistema itinerante de pousios mais ou menos prolongados. Torna-se deste modo difícil fazer assentar uma teoria do desenvolvimento da agricultura pré-capitalista numa simples distinção entre terras já ou ainda não cultivadas já que se nos apresenta como difícil, ou mesmo impossível, distinguir entre a utilização de novas áreas (terras “virgens”) e a mudança de métodos culturais nas áreas já utilizadas.

Nesta perspectiva, E. Boserup sugere um desvio das atenções da distinção entre áreas utilizadas e áreas ainda não cultivadas de modo a que aquelas se centrem sobre uma classificação das terras disponíveis de acordo com a frequência com que são cultivadas²⁰. Será, pois, nosso objectivo procurar analisar as relações que se estabelecem entre os acréscimos de pressão demográfica e a evolução que se verifica no que respeita à utilização das terras desde a existência de áreas ainda nunca cultivadas até um cultivo permanente do solo, com uma sucessão imediata de culturas, passando intermediariamente por diversos tipos de utilização da terra de acordo com a diminuição verificada na duração dos pousios que se estabelecem entre duas utilizações sucessivas de uma dada parcela de terreno.

Sistemas de exploração da terra

Em ordem a simplificar a análise a empreender consideraremos cinco diferentes sistemas de exploração da terra classificados de acordo com a intensidade de utilização daquela.

Dois deles correspondem ao que habitualmente se designa por sistemas de agricultura itinerante resultando a diferença entre eles da duração do intervalo que separa duas utilizações sucessivas da mesma área. Consideremos assim um sistema de exploração da terra que se caracteriza pelo facto de o período de cultivo ter sempre que ser precedido por uma abertura de clareiras na floresta na medida em que a um ou dois anos de utilização agrícola se sucede um pousio de pelo menos 20 a 25 anos o qual permite, portanto, uma regeneração florestal. A este sistema chamaremos futuramente de **pousios muito longos**.

Quando o período de pousio é menos longo com uma duração de 6 a 10 anos já não se verifica um novo crescimento florestal sendo a área em repouso ocupada por espécies arbóreas e arbustivas e já por uma densa vegetação herbácea. O período de utilização da terra pode, neste tipo de agricultura itinerante, variar consideravelmente pois ou coincide com a ocupação anual ou bianual característica do sistema anteriormente considerado ou tem duração idêntica ao período em pousio, isto é, de 6 a 10 anos. De futuro ao referirmo-nos a este caso falaremos de sistemas de **pousios longos**.

Dois dos outros sistemas de exploração da terra dizem respeito a uma ocupação quase ou totalmente permanente. Num deles a terra é ocupada anualmente por uma dada cultura voltando a ser utilizada no ano seguinte pela cultura que se segue no esquema de rotação adoptado.

Apesar de não se poder falar em pousios acontece, no entanto, que a terra fica não utilizada durante uma parte do ano. É uma utilização praticamente absoluta da terra com uma sucessão de duas ou mais culturas anuais que caracteriza o outro sistema considerado. A estes dois sistemas de exploração da terra passaremos a chamar no decorrer da exposição, respectivamente, por **sistemas de cultura anual** e **sistemas de mais de uma cultura anual**.

Entre estes dois conjuntos de tipos de utilização da terra podemos ainda considerar outro, de transição entre a agricultura itinerante e a agricultura permanente, para o qual os pousios têm uma duração de 1 ou 2 anos. A este tipo de utilização da terra chamaremos de sistemas de **pousios curtos**.

Serão, portanto, estes os sistemas de utilização da terra que consideraremos na análise, a que nos propomos, sobre a influência da pressão demográfica sobre algumas das principais características das diferentes economias agrícolas pré-capitalistas.

Relação entre os sistemas de exploração da terra e a evolução tecnológica

A hipótese base em discussão relaciona-se com a consideração dos crescimentos populacionais como explicação para uma passagem de sistemas extensivos de utilização da terra para outros menos extensivos. É evidente que como hipótese que é, exige uma tentativa de demonstração. No entanto, antes de emprendermos tal análise justificativa, teremos que estudar as relações existentes entre a utilização da terra e as transformações tecnológicas já que como verificaremos a evolução no interior dos sistemas de exploração da terra é um movimento muito mais complexo que um simples aumento de frequência de cultivo da terra.

É comum classificar as diferentes economias agrícolas tradicionais de acordo com a alfaia utilizada no cultivo das terras. Nesta perspectiva consideram-se habitualmente três tipos distintos de agricultura:

- 1) o mais primitivo que não utiliza nem enxada nem charrua;
- 2) o tipo de agricultura caracterizado pela utilização da enxada;
- 3) aquela agricultura que dispõe já da charrua.

Na medida em que, da observação corrente se podia constatar a existência de um claro paralelismo entre a evolução, dos diferentes tipos de agricultura definidos, de 1) para 3) e os níveis de “civilização” atingidos pelas sociedades

correspondentes, compreende-se facilmente que se tenha considerado que o desenvolvimento agrícola fosse resultante de um processo de invenção ou imitação que permitisse a uma dada economia utilizar uma nova alfaia mais evoluída. O novo tipo de utensílio utilizado iria, de acordo com os defensores de tal teoria, determinar um aumento da produtividade por hora trabalho e, conseqüentemente, a libertação de uma parte da mão-de-obra para tarefas não agrícolas. Uma consequência imediata desta concepção é o estabelecimento de um antagonismo entre o aumento populacional e o desenvolvimento da agricultura, já que, enquanto o primeiro origina uma diminuição da área utilizável por activo agrícola e, por conseguinte, uma baixa na produtividade por hora de trabalho, o segundo tem como apontámos efeito oposto. Temos, portanto, que, de acordo com a teoria apresentada, as condições favoráveis a um rápido desenvolvimento da agricultura de uma dada região são, simultaneamente, a sua capacidade de invenção ou a possibilidade de contactos com sociedades tecnologicamente mais avançadas e a existência de fracos crescimentos populacionais.

Esta teoria do crescimento agrícola encontra-se na base de um conjunto bastante grande de orientações de política económica partindo todas elas da suposição que, qualquer que sejam as condições demográficas e os sistemas de exploração da terra praticadas, é possível obter aumentos de produção por uma simples introdução de tecnologias mais evoluídas. A não verificação de tais aumentos conduziu inevitavelmente ou, para os que consideravam correctas as hipóteses de base, à conclusão de que as agriculturas primitivas não tinham um comportamento economicamente racional, ou, para os restantes autores, o pôr em questão a validade de tais hipóteses.

A não validade da teoria em causa parece-nos residir no facto de, ao se considerar as transformações tecnológicas como exógenas ao processo produtivo, se ignorar que o tipo de alfaia utilizado depende fundamentalmente do sistema de exploração da terra praticado.

Nesta perspectiva e a nosso ver, uma alteração das técnicas utilizadas só será possível se for acompanhada por uma correspondente mudança no sistema de agricultura praticado e que por outro lado algumas substituições nos métodos

culturais só se verificam quando acompanhadas pela introdução de novos instrumentos de produção.

O sistema itinerante de pousios muito longos encontra-se associado a um método cultural que pouco varia qualquer que seja a região considerada.

Na parcela escolhida para cultivo as árvores maiores são derrubadas com o auxílio do machado e do fogo. A vegetação de menor porte é igualmente queimada no local sendo os despojos da vegetação abandonados no terreno aonde ficam conjuntamente com as cinzas e as raízes das árvores. Tanto a sementeira como a plantação são feitas directamente sobre as cinzas sem qualquer preparação preliminar do terreno e sem utilização de qualquer utensílio a não ser algumas vezes um pau que serve para espalhar as cinzas e abrir os buracos onde são colocadas as raízes das plantas ou lançadas as sementes.

Parece não ser possível a utilização da charrua numa parcela de terra, cuja limpeza se faz segundo o processo referido.

Se a camada de cinzas originada for suficientemente espessa e as condições do solo e do clima relativamente favoráveis é possível obter, por este método cultural, produções unitárias razoavelmente elevadas para um período de tempo nunca superior a dois anos. Deste modo torna-se necessário preparar todos os anos, ou de dois em dois anos, uma nova parcela para cultivo futuro enquanto que a antiga é, após a colheita, abandonada iniciando-se sobre ela novo processo de ocupação florestal que só virá a ser interrompido quando terminar a período de pousio.

Não se torna, também, necessário para uma parcela com o tipo de utilização descrito, usar a enxada cuja função primordial é a de limpeza do terreno da vegetação herbácea infestante, uma vez que o solo fica, após a derruba e a “queima” da floresta, praticamente livre de ervas. Já, quando a duração dos pousios, em consequência do crescimento populacional, se reduz, a vegetação herbácea apresenta-se bastante abundante e de difícil eliminação pelo fogo, tornando-se então necessário preparar o terreno antes da sementeira ou plantação, com uma enxada. Teremos, assim, que a introdução desta nova alfaia não pode ser considerada como resultante de um aperfeiçoamento tecnológico tendendo a subsistir o pau originalmente utilizado, mas antes deve ser tomada enquanto

uma introdução necessária face às operações culturais surgidas adicionalmente com o aumento da frequência de utilização de uma dada parcela.

A verificação de uma nova mudança de alfaia torna-se somente necessária quando os pousios (devido ou a um mais frequente cultivo, ou ao aparecimento de fogos muito devastadores ou a outras razões) se encontram ainda mais infestados de vegetação herbácea espontânea.

O melhor processo de “limpeza” da terra para os sistemas de pousios muito longos é sem qualquer dúvida a utilização do fogo. Este torna-se, no entanto, insuficiente quando a vegetação herbácea começa a predominar já que as raízes daquela (vegetação) ficam intactas, verificando-se então a necessidade de utilização da enxada. Por sua vez esta última alfaia vai-se tornando a pouco e pouco cada vez menos eficiente já que muitas das raízes das plantas herbáceas só muito dificilmente são susceptíveis de serem removidas com a utilização de tal alfaia.

Torna-se, assim, indispensável a recorrência à charrua precisamente na altura em que dois outros factores favoráveis convergem. Os dois factores convergentes são: a existência de pousios já completamente isentos de vegetação florestal e arbórea capaz de dificultar o deslocamento da charrua; a abundância de vegetação herbácea característica dos sistemas de pousios curtos tornando possível a criação de animais indispensáveis à movimentação das charruas.

A necessidade da charrua para o cultivo em sistemas de pousios curtos é de tal modo premente que os agricultores procurarão, na impossibilidade de utilizar tal alfaia (quer por falta de animais quer por outra razão), evitar a passagem para os referidos sistemas de exploração da terra o que conseguem em parte, prolongando os períodos de cultivo para um número de anos idêntico à duração dos pousios (geralmente 5 a 10 anos). Deste modo, cultivando ano após ano a mesma terra, conseguem evitar um desenvolvimento demasiado da vegetação espontânea e por outro lado, estabelecendo pousios mais prolongados obtêm uma ocupação destas com um tipo de vegetação que evite o alastramento das plantas infestantes. Este tipo de utilização da terra é característico de muitas regiões africanas.

A mudança de perspectiva apontada, segundo a qual se encara o crescimento agrícola, (isto é, o ter-se passado a dar importância central à frequência com que uma dada área é cultivada em vez de se distinguir entre áreas utilizadas e não utilizadas), permite-nos considerar a fertilidade dos solos não como um factor exógeno ou uma “condição inicial” mas sim como uma variável intimamente associada às variações populacionais e directamente relacionada com os métodos culturais praticados. Podemos neste sentido afirmar que existe uma estreita relação entre a duração dos pousios e as técnicas de fertilização utilizadas.

Para os sistemas de exploração da terra de pousios com ocupação florestal, as cinzas resultantes das queimadas são suficientes para garantir a fertilidade dos solos durante o curto período de cultivo. Quando o intervalo entre duas utilizações sucessivas do solo começa a diminuir, sob o efeito dos acréscimos demográficos, reduzem-se as quantidades de cinzas resultantes das “queimadas”, mas existe ainda a possibilidade de se utilizar material vegetal queimado ou semi-queimado existente na área respectiva ou obtido em terrenos vizinhos, material este que será misturado com a camada superficial do solo com o auxílio da enxada. Para sistemas ainda mais intensivos, para os quais os detritos vegetais deixam de ser suficientes e a regeneração da fertilidade através de pousios mais ou menos prolongados deixa de ser praticada, surge a necessidade de se recorrer à utilização de detritos de animais e humanos e mesmo muitas vezes à prática de culturas cuja função principal será a da preservação da fertilidade dos solos.

Nesta perspectiva o argumento²¹ muitas vezes utilizado como justificativo da prática da agricultura itinerante em África, o qual se refere à necessidade do restabelecimento da fertilidade dos solos pobres que constituem a maioria do Continente, não é com certeza o que principalmente justifica tal facto.

O sistema de exploração da terra em causa é o praticado, não porque as condições de fertilidade do solo assim o exigem, mas antes porque a fraca densidade populacional o permite o que se pode verificar se atendermos a que *“nalguns casos a população não teve outro remédio que não fosse ficar permanentemente em certo lugar, embora o solo não se prestasse para a cultura permanente. Foi o que sucedeu por exemplo em Kara, Ilha de Ukara, no Lago Vitória e nas terras das*

*Hill Pagans, nos Camarões do Norte (...). Nestes casos a população teve de inventar um método de cultura permanente e inventou-o.*²² (Kamarck, 1971).

Também, e do mesmo modo, os investimentos realizados em ordem à criação de regadios e todos os outros investimentos de tipo fundiário se encontram relacionados com as pressões demográficas exercidas através dos sistemas da exploração da terra praticados.

A realização de melhoramentos fundiários, quer estes se associem à prática da rega ou não, não existem nunca para tipos de utilização da terra de pousios longos e mesmo só muito raramente existem nos sistemas de pousios curtos. Na realidade, enquanto for possível ocupar outras áreas de cultivo, quando as anteriormente utilizadas se encontram já em condições de fertilidade precárias, não é economicamente racional que os agricultores invistam parte do seu trabalho em melhoramentos fundiários. Só quando os crescimentos demográficos conduzem a sistemas de exploração da terra permanentes é que se começa a sentir a necessidade de realização de investimentos fundiários e é só então que tais formas primárias de capitalização têm justificação económica.

“Peasants with too little land for cultivation with short fallow and with no other employment opportunities behave rationally when they use the water from irrigation canals and change to more intensive cultivation, but peasants with land enough for short-fallow cultivation may be equally justified in finding that addition to output which can be obtained by watering the crop is an insufficient reward for the reduction of the customary seasonal leisure.” (Boserup, 1965).

As relações atrás descritas, entre, por um lado os sistemas de exploração da terra e, por outro lado, os métodos culturais e as alfaias, permitem-nos afirmar que as formas de utilização da terra e as técnicas agrícolas não podem ser consideradas independentemente umas das outras.

As considerações que acabámos de fazer sobre o modo como se processam as transformações tecnológicas à medida que as pressões demográficas exercidas se vão incrementando, vêm pôr em questão a validade da designação da agricultura tradicional tal qual a definimos na introdução. Na realidade o que sobressai do atrás exposto é que existe um certo “dinamismo” inerente às economias agrícolas primitivas²³ o que vem contradizer o carácter “estagnante”

apontado como definidor da agricultura tradicional. Também a suposição, em que assentam as teses de Schultz, de que as economias tradicionais atingiram uma situação de equilíbrio a longo prazo por terem utilizado completamente as oportunidades económicas que tinham à sua disposição, parece não se confirmar em função do que atrás se afirmou.

Existe muito possivelmente um facto que atenua a oposição em causa. Tal facto relaciona-se com a diferença de perspectiva com que as economias agrícolas tradicionais são analisadas num e noutro caso. Enquanto foi nossa pretensão descrever a evolução verificada, ao longo dos tempos para os sistemas de exploração da terra e para os métodos e técnicas agrícolas, a definição atrás proposta para o termo tradicional pretende unicamente englobar as economias agrícolas, hoje em dia, existentes nas regiões subdesenvolvidas. Neste sentido, podia muito bem verificar-se que as economias agrícolas contemporâneas, sendo fruto de um processo evolutivo (dinâmico), tivessem atingido uma situação para a qual, dentro das condições técnicas tradicionais, não seja possível esperar a continuação de tal evolução. Parece-nos ser, aliás, esta a situação em que se encontram grande parte das agriculturas subdesenvolvidas justificando-se deste modo a utilização do termo tradicional. Temos, no entanto, que, tal como já havíamos referido, é possível ainda encontrar economias agrícolas que como consequência das baixas pressões demográficas exercidas se encontram numa fase em que é possível esperar-se ainda importantes aumentos de produção dentro do contexto técnico-económico pré-industrial²⁴.

É muito provavelmente a África o continente que ainda dispõe de um maior número de regiões que se encontram na situação referida²⁵.

Foi precisamente nesta perspectiva que logo de início afirmámos que a designação em causa, de acordo com a definição apresentada, não abarca a totalidade das economias agrícolas que pretendíamos estudar, verificando-se, portanto, que também este critério se não apresenta como suficientemente completo.

A produtividade do trabalho nos diferentes sistemas de exploração da terra

Todas as considerações feitas até a este momento assentam, como referimos, na hipótese, a confirmar, de que a passagem de sistemas de exploração mais extensivos para outros mais intensivos resulta da verificação de crescimentos populacionais no interior de uma dada área.

Esta hipótese de base só será válida, e portanto terá confirmação, se se verificar que os sistemas da exploração da terra mais intensivos exigem tais investimentos, que a sua introdução não se torna economicamente racional antes que a pressão demográfica atinja um valor para o qual a sua adopção resulte necessária, ou se se concluir que a produtividade por hora de trabalho toma, para os sistemas mais intensivos, valores mais baixos que para os tipos de utilização da terra mais extensivos.

Por outras palavras, poderemos afirmar que, se a produtividade por hora de trabalho puder ser facilmente aumentada sem necessidade de se recorrer à realização de investimentos e conseqüentemente por uma simples mudança para um tipo de agricultura mais intensivo, seria natural que tal processo de intensificação se verificasse, independentemente da pressão demográfica existente, bastando para tal que os agricultores tomassem contacto com novas técnicas agrícolas.

Aparece-nos portanto como necessário o estudo do modo como a produtividade por hora de trabalho é afectada pelas modificações operadas no interior dos sistemas de exploração da terra, tal análise é evidentemente bastante difícil de fazer uma vez que, como temos vindo a mostrar, a mudança de sistema de exploração da terra é quase sempre acompanhada por modificações mais complexas relativas, por um lado, à proporção de factores combinados e, por outro, ao tipo de alfaia e aos métodos culturais utilizados.

Nesta perspectiva, o estudo em questão deverá ser realizado através de uma análise empírica da realidade, a qual assentará, essencialmente, numa comparação entre, por um lado, as diferenças de produção unitária e, por outro, as dife-

renças existentes quanto à utilização dos factores trabalho e capital por hectare, diferenças estas relativas aos diferentes sistemas de exploração da terra.

Tal comparação não pode, infelizmente, ser feita com base em elementos obtidos experimentalmente, pois apesar de existirem alguns dados apresentados em monografias de carácter antropológico, a sua confrontação torna-se impossível, uma vez que se referem, na maior parte dos casos, a situações climáticas, pedológicas e humanas completamente distintas. Sendo nossa pretensão realizar uma análise comparativa independentemente dos factores ambientais e humanos que podem conduzir à obtenção de resultados não confrontáveis, parece-nos que serão os seguintes os termos em que o problema deverá ser posto: Ao verificar-se uma redução na duração dos pousios praticados, deverá, a curto prazo, a produtividade por hora de trabalho relativa a uma determinada população e a um dado território sofrer um aumento ou uma redução?

Começemos por comparar o que se passa entre os sistemas de pousios muito longos e os de pousios longos. Os valores assumidos pela produtividade por hora de trabalho num sistema itinerante de pousios com ocupação florestal, dependem fundamentalmente das operações relativas à abertura de clareiras, uma vez que não se realizam quaisquer trabalhos de preparação do terreno. O tempo necessário à realização de tal tarefa varia bastante com as condições climáticas, com o tipo de vegetação existente e com o material de que é feito o machado.

O que interessa, no entanto, fazer notar é que, em quaisquer condições, a limpeza de uma parcela de terreno a cultivar, segundo os métodos culturais característicos de uma agricultura itinerante em floresta, é sempre uma operação bastante sumária e de fácil execução. Na realidade é o fogo que realiza a maior parte do trabalho e além disso este tipo de utilização da terra não obriga a uma remoção de raízes, operação esta que ocupa sempre bastante tempo.

Segundo algumas estimativas (Ford and Scott, 1946, e Nadel, 1942) o tempo gasto na limpeza superficial que estamos a considerar, não representa mais do que uma pequena fracção - talvez 10 ou 20% - do necessário para a realização de uma limpeza completa. Como é natural é muito mais demorado cavar e eliminar

as ervas de um hectare do que limpar superficialmente, a mesma área com o auxílio do machado e do fogo.

Quando a duração dos pousios diminui, sob a influência dos crescimentos populacionais, as novas necessidades em trabalho por hectare, para preparação do terreno e limpeza da vegetação herbácea, são superiores àquelas que deixam de ser utilizadas no abate e queima das árvores, já que as novas operações culturais são obrigatoriamente mais complexas que as anteriormente realizadas. Assim e apesar de, com uma maior frequência no cultivo da terra, se reduzirem as áreas que se torna necessário limpar anualmente, parece-nos que os ganhos resultantes da diminuição da área a trabalhar são largamente compensados pelos gastos, em tempos de trabalho, necessários a uma mais completa limpeza de um hectare.

Se a estas considerações acrescentarmos a suposição de que, as produções unitárias tendem a diminuir com o processo de intensificação, no interior da agricultura itinerante, torna-se possível afirmar que existem fortes probabilidades de que a produtividade por hora de trabalho tende a diminuir com o aumento da frequência no cultivo de uma dada parcela de terreno. Aliás, as comunidades primitivas parecem ter perfeita consciência de que obtêm melhores resultados com a limpeza e cultivo nas florestas do que com outros sistemas de agricultura itinerante de pousios menos prolongados. Na realidade os estudiosos destas comunidades fazem notar que estas populações nunca abandonam o sistema referido enquanto as condições demográficas o permitem mesmo que para tanto se veja uma parte da comunidade, na necessidade de se separar e partir à procura de novas áreas de cultivo. Tais autores fazem também referência ao facto de as populações em causa preferirem limpar novas parcelas para cultivo, na floresta virgem (trabalho muitíssimo árduo) enquanto este ainda existe à sua disposição, a começar a utilizar os terrenos aonde a vegetação arbórea pouco densa que, permitindo uma ocupação intensa por parte da vegetação herbácea, exige grandes trabalhos de “limpeza”.

Passemos agora à comparação entre sistemas de pousios longos e sistemas de pousios curtos e de agricultura permanente de modo a podermos analisar

quais os possíveis efeitos da introdução da charrua sobre os valores assumidos pela produtividade por hora de trabalho.

Como termos da referida comparação termos, por um lado, um sistema de longos pousios, para o qual uma superfície de dimensões reduzidas é cultivada com o auxílio do fogo, e cujas populações obtêm, normalmente, uma alimentação suplementar pelo exercício da caça e por uma actividade colectora e, por outro lado, um sistema de pousios curtos (ou uma utilização permanente da área disponível), em que uma superfície relativamente grande é trabalhada com o auxílio de animais de trabalho e charrua e é semeada com cereais. Neste último caso, o fogo não é utilizado devido à sua ineficácia na destruição das raízes das plantas herbáceas. Também para este sistema surgem como operações suplementares, o tratamento dos animais (cuja carne é algumas vezes utilizada pelas populações como fonte de proteínas) e a recolha e distribuição dos estrumes disponíveis.

É opinião generalizada que a introdução, numa dada comunidade, da charrua, em substituição dos utensílios anteriormente utilizados, conduz necessariamente a importantes aumentos nos valores da produtividade por hora de trabalho.

Parece-nos, no entanto, que a validade de tal generalização se não confirma quando se considera que a mudança se opera como já referimos a partir de uma comunidade, que pratica uma agricultura itinerante de pousios com ocupação florestal e cuja técnica principalmente utilizada é o fogo, para outra caracterizada pela prática de pousios curtos com a utilização de uma charrua primitiva do tipo ainda hoje usado na maioria das regiões subdesenvolvidas.

Tal convicção assenta na verificação dos seguintes aspectos:

- a utilização de uma charrua de construção primitiva é uma tarefa bastante árdua tanto para o animal como para o homem que a conduz;
- a introdução da charrua obriga à criação de animais de “tiro” o que conduz a um dispêndio suplementar de trabalho no tratamento do gado;
- as produções unitárias obtidas em pousios curtos são inferiores às que se obtêm com os sistemas itinerantes de pousios muito longos a não ser quan-

do os agricultores criam o gado suficiente para garantir uma conveniente estrumação do terreno, o que conduz a novos gastos de trabalho em tratamento do gado, recolha e distribuição dos estrumes sobre as parcelas para cultivo;

- a existência de diferenças de qualidade das culturas praticadas num e noutro tipo de utilização da terra, diferenças essas que se exprimem fundamentalmente por uma maior riqueza em calorías das culturas praticadas em longos pousios em relação às cultivadas em pousios curtos²⁶.

Face à diversidade de aspectos apontados parece-nos ser possível afirmar que o sistema de pousios muito longos é ainda aquele que se apresenta como o mais susceptível de garantir valores de produtividade por hora de trabalho mais elevados. Esta nossa convicção resulta de, sendo o fogo o processo mais eficaz de “limpeza” do solo, não poder esta técnica de cultivo ser utilizada nos sistemas de pousios curtos. Aliás os agricultores parecem ter perfeita consciência de tal facto ao recusarem-se, face às pressões dos serviços públicos, a utilizar a charrua e, por conseguinte, a intensificar o cultivo da terra enquanto as condições demográficas permitem a prática de uma agricultura itinerante de longos pousios. A explicação para tal recusa reside, a nosso ver, na maior facilidade que representa para os agricultores tradicionais a prática de um sistema de exploração da terra assente em pousios muito longos.

Se atendermos ao que já atrás referimos sobre a impossibilidade de manutenção de animais de “tiro” nos sistemas itinerantes de pousio com ocupação florestal ou arbórea densa, podemos concluir que tanto a ausência de animais como a mais elevada produtividade por hora de trabalho originam a não adopção de charrua nesta fase mais extensiva da utilização da terra.

No entanto, à medida que os crescimentos populacionais, determinando a evolução para sistemas mais intensivos, provocam uma redução na produtividade por hora de trabalho, rapidamente se atingirá um ponto para o qual é possível obter valores de produtividade mais elevados pela introdução de uma charrua de tracção animal. A partir desta fase a utilização da charrua espalhar-

-se-á facilmente desde que existam animais e áreas disponíveis para garantir a sua alimentação.

Nesta perspectiva a introdução da charrua deve ser considerada mais como um meio de manter a um certo nível o valor da produtividade por hora de trabalho do que propriamente como processo de provocar o seu aumento.

Era nosso propósito com as anteriores considerações tentar analisar se a produtividade por hora de trabalho aumenta ou diminui quando por acção de acréscimos demográficos uma dada população que ocupa um determinado território é obrigada a reduzir a duração dos períodos de pousio e, concomitantemente, a modificar os métodos culturais e as alfaias agrícolas utilizadas.

As conclusões a que chegámos levam-nos a afirmar que a tendência verificada é mais para uma redução do que para um aumento nos valores de produtividade por hora de trabalho. Deste modo o agricultor só preferirá normalmente intensificar a sua produção quando se atinge um determinado nível de pressão demográfica, nível este que vai tornar proveitosa a intensificação operada. Numa região aonde o referido ponto crítico de pressão demográfica ainda não foi atingido, as populações, podendo estar informadas da existência de técnicas mais intensivas e tendo acesso à sua utilização, parecem preferir os métodos e alfaias já utilizados até que se atinja uma situação demográfica para a qual elas terão que aceitar um declínio de produtividade por hora de trabalho maior do que o que se verificaria através de uma adopção de técnicas mais “evoluídas”.

Análise gráfica das relações entre a situação demográfica e algumas das características das economias agrícolas tradicionais

A inexistência de elementos estatísticos susceptíveis de serem utilizados na análise das economias tradicionais, levou alguns autores à elaboração de modelos teóricos. A maioria dos modelos apresentados resulta da utilização de alguns dos conceitos elementares da análise marginalista²⁷. Assim, e entre outros, Fisk (1962), Nicholls, (1963), Mellor (1963), Nakajima (1965), Malassis (1970), Whetham

and Currie (1971) fazem realçar alguns aspectos da agricultura tradicional pela utilização de representações gráficas características das funções de produção.

Um modelo, qualquer que seja a teoria em que se apoia e os elementos que utiliza, é sempre uma representação simplificada de realidade - representação simplificada e, portanto, necessariamente incompleta. A sua utilização só se justifica na medida em que puder ajudar a melhor compreender um conjunto de situações e de relações.

Para o caso presente é necessário referir que a análise marginalista da produção fazendo depender as suas conclusões de alguns factores variáveis, deixando na sombra dados importantes do problema e supondo como previamente adquirida a expressão das funções de produção, não constitui mais do que uma base do raciocínio, raciocínio este, que sendo, como o é, conduzido em termos de “médias” supõe implicitamente uma sociedade igualitária²⁸. De tal concepção deriva a necessidade de fazer assentar as análises a realizar em algumas hipóteses de base das quais podemos referir, entre outras, as seguintes: qualidade homogénea das áreas cultivadas; repartição equitativa das terras existentes; níveis de consumo igualitários; igualdade e paralelismo na evolução técnico-económica das diferentes unidades de produção constitutivas de uma dada região²⁹. Destas hipóteses básicas, as quais não coincidem como é óbvio com as “situações históricas concretas”, derivam importantes limitações quanto à utilização dos referidos modelos. Parece-nos, no entanto, que, na medida em que se tem consciência de tais limites e se procura referi-los sempre que se verifique o seu aparecimento, se apresenta com uma certa utilidade (consideração evidentemente discutível) a recorrência a tais elaborações teóricas.

Representação gráfica a utilizar na análise em curso

Apesar de serem já nossas conhecidas as noções elementares das funções de produção é, a nosso ver, útil fazer algumas referências a cada uma das curvas que constituem a representação gráfica que utilizaremos³⁰.

Um dos aspectos característicos do modelo apresentado resulta do facto de ele ser constituído por três funções de produção diferentes³¹.

Uma função de produção de qualquer economia agrícola pode-se escrever do seguinte modo:

$$Y = f(A, N, C) \quad (1)$$

A produção total (Y) é função da área (A) cultivada, do número (N) de trabalhadores utilizados e do capital (C) disponível.

Dividindo a expressão (1) por N teremos:

$$Y = N f\left(\frac{A}{N}, 1, \frac{C}{N}\right)$$

ou o que é o mesmo,

$$Y = N \varnothing\left(\frac{A}{N}, \frac{C}{N}\right) \quad (2)$$

Esta expressão (2) indica muito simplesmente que a produção total de qualquer economia agrícola depende do número de trabalhadores e da área e capitais disponíveis por unidade de trabalho.

Se supusermos que em determinadas circunstâncias as condições técnicas de produção se mantêm inalteradas teremos que $\frac{C}{N}$ é, na situação em causa, praticamente constante o que determina que a expressão (2) se transforma na seguinte expressão:

$$Y = N \left(\frac{A}{N}\right) \quad (3)$$

para a qual a produção total é fundamentalmente função do número de trabalhadores e da área disponível por trabalhador.

É esta expressão (3) que corresponde a cada uma das três funções de produção que consideramos.

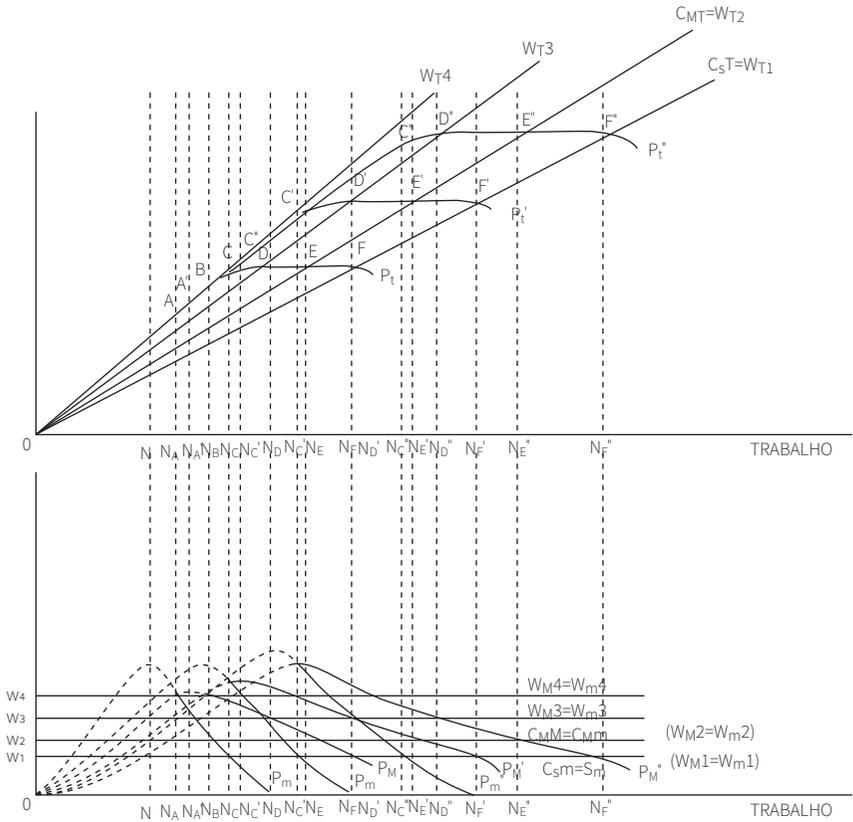
As modificações operadas nas condições técnicas da produção, representadas por $\frac{C}{N}$ na expressão (2), determinam necessariamente profundas alterações nos sistemas de produção originando o aparecimento de novas funções de produção. Estas modificações técnico-económicas, que como já referimos são

função do crescimento populacional, são representadas na figura por diferentes curvas de produção total, média e marginal.

A curva de produção total anual P_t é representada pela linha OADF na qual OA e DF são segmentos lineares. A curva de produção total anual P'_t é representada pela linha OBD'F', enquanto que a linha OB'D''F'' representa a curva de produção total anual P''_t .

Nestas duas últimas curvas os segmentos D'F' e D''F'' são também lineares.

A cada uma das três curvas consideradas correspondem as respectivas curvas de produtividade média e marginal as quais estão simbolizadas no **Gráfico 1**, por P'_m e P'_m para a curva P'_t por P''_m e P''_m para a curva P'_t e por P''_m e P''_m para a curva P''_t .



Relativamente ao consumo alimentar das populações temos que as curvas de consumo total anual ($C_S T$ e $C_M T$) dependem do nível de consumo anual per *capita* considerado, de população activa e da população que está a cargo desta. Consideraremos no nosso caso dois níveis diferentes de consumo alimentar por cabeça, um relativo a um nível de consumo mínimo ou de subsistência, o outro referente a um nível de consumo suposto máximo³².

Considerando o consumo de subsistência por indivíduo e ano C_s , a população a cargo por trabalhador d e o número de trabalhadores N , temos que o consumo de subsistência total e anual C_{ST} será dado pela expressão $C_s T = N[C_s(1+d)]$. Como $C_s(1+d)$ é, por hipótese, um valor constante e sendo N variável, teremos que a curva do consumo de subsistência total é uma recta cuja origem está na origem das coordenadas. O mesmo se conclui em relação à curva de consumo máximo total e anual $C_M T$ cujo valor é dado pela expressão $C_M T = N[C_M(1+d)]$ na qual C_M representa o consumo alimentar máximo por indivíduo e ano.

As rectas horizontais ($C_S M$) e ($C_M M$) são as curvas representativas dos consumos de subsistência médio e máximo médio as quais coincidem com as respectivas curvas de consumo marginal ($C_S m$) e ($C_M m$). As distâncias destas curvas de consumo médio e marginal ao eixo das abcissas correspondem respectivamente aos valores $C_s(1+d)$ e $C_M(1+d)$ as quais representam as inclinações das respectivas curvas de consumo total ($C_S T$) e ($C_M T$)³³.

As inclinações das curvas de salário total e anual (W_{t_1}) a (W_{t_4}) dependem dos valores dos salários médios anuais (W_1) a (W_4) os quais representam, por sua vez, as distâncias ao eixo das abcissas das diferentes curvas (rectas horizontais) de salário médio e marginal (W_{M_1}) a (W_{M_4}) e (W_{m_1}) a (W_{m_4})³⁴.

Os valores relativos aos salários médios anuais³⁵ definidos para os diferentes níveis da população são determinados a partir da intersecção das curvas da oferta e da procura de trabalho relativas aos referidos níveis populacionais. As diferentes curvas da oferta de trabalho a curto prazo são representadas pelas linhas verticais³⁶, que passam por N , NA , etc.. A curva de procura de trabalho coincide, para as diferentes funções de produção consideradas, com as porções das curvas de produtividade marginal que correspondem a valores superiores a $C_s m$.

Algumas considerações genéricas suscitadas pela representação gráfica em causa

Durante o período de povoamento, pequenos grupos populacionais, dispersando-se ao longo do território a ocupar, vão-se estabelecer no interior de determinadas áreas em relação às quais se consideram com direitos de posse e exploração.

Relativamente ao nosso modelo teórico, tais comunidades caracterizam-se por terem populações activas inferiores a N_A o que exprime que o nível populacional de tais grupos permite unicamente uma utilização parcial das terras disponíveis, correspondendo por sua vez tal utilização a sistemas de agricultura itinerante em floresta (sistemas de pousios muito longos). À medida que o número de trabalhadores vai aumentando de 0 para N_A as populações existentes vão conquistando novas terras à floresta virgem, continuando a poder praticar uma agricultura itinerante de pousios de igual duração aos anteriores.

A produção total potencial de tais economias agrícolas encontra-se, de acordo com o gráfico, localizada na porção inicial e linear OA da curva de produção P'_t , o que se compreende se atendermos a que esta linearidade pretende precisamente representar o facto de que a totalidade da superfície cultivável só terá sido, pelo menos uma vez, utilizada para populações activas iguais ou superiores a N_A . Nestas condições verifica-se que, enquanto se passa de 0 para N_A , tanto a área cultivada como a produção total aumentam proporcionalmente aos acréscimos verificados para o número de activos agrícolas.

Passemos, agora, a analisar o que sucederá se os aumentos demográficos verificados determinarem que a população activa de uma dada comunidade atinja, em relação ao território colocado sob seu controle, posição equivalente à ocupada pelo nível populacional N_A relativamente às condições expressas pela representação gráfica apresentada.

Quando se atinge tal situação o grupo populacional em causa terá que adotar um dos dois comportamentos seguintes: ou, existindo outros territórios ainda não ocupados, um ou mais grupos de maior ou menor dimensão se separam da comunidade-mãe indo ocupar novas áreas, não tendo esta última a neces-

sidade de alterar a frequência com que cultiva as diferentes parcelas do seu território, ou então, não sendo possível a verificação de migrações para áreas ainda disponíveis, vê-se a comunidade na necessidade de a partir de certa altura reduzir a duração dos períodos de pousio passando, portanto, e gradualmente a alargar à totalidade do seu território a prática de sistemas de pousios longos.

É muito provável que, ao ser ultrapassado nível de pressão demográfica correspondente a uma população activa N_A e ao iniciar a comunidade um lento processo de substituição de áreas cultivadas segundo um sistema de pousios muito longos por outras cultivadas em pousios longos, se não verifiquem desde logo grandes modificações quanto às condições técnicas de produção. Verificando-se tal hipótese assistir-se-á inicialmente a um aumento de produção resultante de um processo de intensificação à base de trabalho, o que será representado no gráfico em causa por aumentos de produção ao longo da curva P_t os quais se iniciam no ponto A e verificar-se-ão pelo menos até ao ponto C, ou seja, até que sejam atingidos níveis de população activa iguais a N_c .

No entanto, a continuação de um crescimento demográfico provocando uma ocupação cada vez mais intensa das áreas disponíveis vai com certeza determinar uma cada vez mais completa substituição dos sistemas mais extensivos por outros menos extensivos e conseqüentemente o aparecimento de novas proporções na combinação dos factores de produção utilizados o que origina, portanto, o aparecimento de uma nova função de produção.

É evidente que é extremamente difícil definir qual o ponto a partir do qual a pressão demográfica exercida, no interior de um dado território, origina uma mudança de técnicas de produção e por conseguinte qual o ponto a partir do qual se devem passar a considerar novas curvas de produção total, média e marginal³⁷.

Malassis (1970) sugere que tal substituição de funções de produção se deve verificar para o nível populacional³⁸ a que corresponde a igualdade entre a produtividade marginal do trabalho e o consumo de subsistência marginal.

Para as economias agrícolas cuja curva de produção total é P_t tal ponto relaciona-se com um número de activos agrícolas N_c .

Apesar de, tal como referimos, só se verificar a utilização de novos métodos culturais e de novos instrumentos de produção quando são atingidos determinados níveis de pressão demográfica, a afirmação feita não implica que, sempre que se atinjam tais níveis populacionais no interior de um determinado território, se verifiquem transformações tecnológicas. Tal facto sucedeu algumas vezes em relação a certas comunidades cujos acréscimos populacionais foram tecnicamente acompanhados por uma redução na duração dos pousios sem que se tenham modificado as técnicas agrícolas e se tenha verificado a adopção de novas alfaias. A evolução da produção de tais economias agrícolas continuará a ser representada pela curva da produção P_t já que não se verificará o aparecimento de nova função de produção. Assim e após a continuação dos aumentos de produção total atingir-se-á um máximo em D, ponto correspondente a um número de activos agrícolas ND para o qual se verifica que a produtividade marginal se anula ($P_m = 0$). Após ter atingido um máximo a produção total manter-se-á muito provavelmente, a um mesmo nível para posteriores aumentos de produção, isto pelo menos até F, ponto para o qual a produtividade média do trabalho iguala o nível de subsistência ($P_m = C_s M$). (Justifica-se assim a linearidade apontada para o segmento DF).

Para populações, em idade activa, superiores a NF verificar-se-á que as economias agrícolas caracterizadas pela curva de produção P_t começarão a acusar uma diminuição nos níveis de produção total uma vez que a subsistência das populações exigirá o consumo de parte do património das unidades de produção. A tais populações só restará, portanto, uma das duas seguintes opções: a extinção ou a migração.

Para a função de produção em causa, o nível de população activa N_c , separa as economias agrícolas “subpovoadas” das “sobrepovoadas”, conforme o seu nível populacional é respectivamente inferior ou superior a N_c , uma vez que é para N_c que se verifica a igualdade entre a produtividade marginal do trabalho e o consumo marginal de subsistência ($P_m = C_c m$).

Também N_D é um ponto notável na medida em que corresponde a um máximo para a curva de produção total P_t ($P_m = 0$). Tal nível populacional separa, segundo Malassis, as economias agrícolas que se encontram ainda num período

“pré-malthusiano” daquelas que estão já em pleno período “malthusiano”. Estas duas designações pretendem significar respectivamente que os acréscimos de produção são ainda superiores aos aumentos de consumo total e que os aumentos de produção total passam a ser inferiores aos acréscimos de consumo.

Uma vez verificada, para a maioria do território, a passagem de sistemas de pousios longos para sistemas de pousios menos prolongados e tendo sido esta passagem acompanhada por modificações no sistema de produção, passam as economias agrícolas em questão a ser caracterizadas por novas curvas de produção total (P'_t), média (P'_M) e marginal (P'_m).

A verificação de novos acréscimos demográficos obriga muito naturalmente a novos aumentos na frequência com que se utilizam as áreas disponíveis. Com base neste processo de intensificação verificar-se-ão aumentos de produção que iniciando-se em C se vão continuar, ao longo da curva de produção P'_t pelo menos até ao ponto C'.

A partir do nível de população activa $N'C'$ correspondente a uma produção total C', ou se verifica que a pressão demográfica exercida, obrigando à prática de sistemas de pousios curtos e conduzindo simultaneamente à utilização de novas técnicas e à introdução da charrua, determina o estabelecimento de uma nova função de produção, ou se verificará que as populações impossibilitadas de utilizar a charrua se verão na necessidade de fugir à prática de uma agricultura em pousios curtos, o que consegue, como já referimos, através de um sistema de agricultura itinerante cujo período de cultivo será igual ao de pousio, sistema este que se pode considerar como não determinante de mudança de função de produção.

Supondo que a intensidade da pressão demográfica exercida que conduz à introdução da charrua corresponde a um nível de população activa $N'c^{39}$, para o qual a produtividade marginal do trabalho iguala o consumo marginal de subsistência ($P'_m=C_3m$), teremos que é a partir deste nível populacional que deveremos começar a considerar as novas curvas de produção total (P''_t), média (P''_M) e marginal ($P''_m=C_3m$).

Tal como vimos, para a função de produção da curva de produção total $P'_t N'_c$ e N'_D representam dois níveis de população activa característicos, uma vez que o

primeiro separa as economias agrícolas da curva de produção total P''_t “subpovoadas” das “sobrepovoadas” e uma vez que o segundo corresponde a um valor D' da produção total, o qual separa um período de acréscimos de produção superiores aos aumentos de consumo de uma outra fase de relação inversa entre acréscimos de produção e de consumo.

Novos aumentos populacionais a partir de N'_c originarão, tendo-se verificado a introdução da charrua, aumentos de produção total através de um processo de intensificação base do trabalho atingindo-se um máximo de produção para um número de trabalhadores N''_d .

A partir do ponto D'' da curva de produção P''_v , para o qual a produtividade marginal teoricamente se anula⁴⁰, a produção total manter-se-á sensivelmente a mesma até ao ponto F'' correspondente a um número de activos agrícolas N''_f . (Justifica-se assim a linearidade do segmento $D''F''$)⁴¹. Para populações, em idade activa, superiores a N''_f a produção total torna-se decrescente pois a produtividade média do trabalho ao tornar-se inferior ao consumo de subsistência médio ($P''_m C_s M$) conduz a um consumo de parte, cada vez maior, do património das unidades de produção em causa, dando origem, portanto, a um processo de “desinvestimento”.

Verifica-se, deste modo, ao longo da curva de produção total P''_t o aparecimento de diferentes zonas correspondentes a uma utilização cada vez mais intensiva do território ocupado. Tal processo de intensificação far-se-á fundamentalmente com base na mão-de-obra disponível já que se supõe que tal evolução não vai conduzir a novas alterações das técnicas de produção utilizadas, hipótese que nos parece válida se considerarmos a generalidade dos tipos de economia agrícola tradicional hoje em dia ainda existentes na maioria das regiões subdesenvolvidas africanas⁴².

Considerando agora a totalidade das funções de produção e supondo, portanto, que a curva representativa da produção será dada pela linha $DACC'C'D''F''$, podemos afirmar ser N''_c o limite de separação entre economias agrícolas “subpovoadas” e “sobrepovoadas”. Pretendemos com isto afirmar que, considerando como sendo a linha de evolução mais provável da agricultura tradicional

aquela que se exprime, face aos acréscimos populacionais, pelo conjunto das funções de produção definidas, só se poderá falar em economias “sobrepovoadas” quando nos referimos a níveis de população activa superiores a N''_c ⁴³.

Parece-nos ser possível afirmar que a quase totalidade das curvas de produção, habitualmente utilizadas em estudos feitos sobre a agricultura tradicional, coincidem com as curvas de produção total P''_t , média P''_m e marginal P''_m . Tal facto deriva de a maioria (ou quase totalidade) das análises realizadas se referirem a regiões do globo cujas economias agrícolas se caracterizam por produtividades marginais inferiores ao nível de consumo marginal de subsistência.

O próprio conceito de agricultura tradicional tal qual o apresentamos na introdução foi certamente estabelecido para economias agrícolas definidas por uma função de produção contínua, daí o se ter feito realçar o carácter estático, ou em estagnação, de tais tecnologias, uma vez que as condições de pressão demográfica atingidas não deixavam, nem perceber a existência de anteriores mudanças⁴⁴, nem prever qualquer possibilidade de evolução futura de acordo com as técnicas características de uma fase pré-industrial.

Também a condição de equilíbrio a longo prazo considerada por Schultz como definidora da agricultura tradicional se refere, certamente, a uma função de produção do tipo da representada pela curva de produção total P''_t . Tal situação de equilíbrio estacionário era, como referimos, caracterizada pela existência de poupanças e investimentos líquidos nulos e, conseqüentemente, por disponibilidade sempre constante em meios de produção reprodutivos. Tais condições, assim como outras que destas derivam, verificam-se precisamente, segundo Dandekar, para situações de pressão demográfica correspondentes a níveis de população activa entre N''_d e N''_f . Nesta perspectiva, escreve o autor apontado: *“I think the nature of traditional agriculture here comes close to Schultz concept. For instance (...) in spite of its savings potential⁴⁵ little or no investment takes place because any further additions to the stock of capital of the traditional kind are not worth making, and supplies of improved inputs are not readily available (...) Hence the sector may be supposed in a state of long-term equilibrium of the kind postulated by Schultz”* (Dandekar 1965).

Além disso Dandekar crítica não só e implicitamente a aplicabilidade do conceito a economias agrícolas sujeitas a pressões demográficas inferiores às correspondentes a N''_D ⁴⁶, como também a utilização de tal conceito a economias agrícolas sofrendo de pressões demográficas suficientemente intensas para que se originem condições de poupança e investimentos negativos, isto é, no nosso caso para populações activas superiores a N''_F ⁴⁷.

Crescimento populacional e horas de trabalho

Se recordarmos o que anteriormente afirmámos sobre as variações da produtividade por hora de trabalho que acompanham a passagem de sistemas de exploração de terra extensivos para outros mais intensivos, poderá parecer estranho verificar-se que, na representação gráfica apresentada, a evolução da produtividade por unidade de trabalho se processe em sentido oposto.

No entanto, a oposição entre as referidas produtividades não é mais do que aparente, pois, uma utilização mais frequente por meio de técnicas tradicionais de uma determinada parcela de terreno, obriga necessariamente a um maior consumo de horas de trabalho por hectare de área cultivada. Na realidade, com o processo de intensificação, verifica-se que o emprego agrícola tende a aumentar em consequência de duas razões distintas:

- a área total cultivada anualmente aumenta à medida que a duração dos pousios vai diminuindo;
- as horas de trabalho por hectare cultivado aumentarão muito provavelmente (portanto não necessariamente) como consequência da maior frequência com que cada parcela de terreno é cultivada.

Parece-nos ser de aceitar, como bastante provável, a hipótese de que o tipo de emprego agrícola que caracteriza hoje em dia as regiões subdesenvolvidas, fracamente povoadas, é mais ou menos semelhante ao que se verificou na devida altura nas regiões que se encontram agora sujeitas a mais intensas pressões demográficas.

Nesta perspectiva, as modificações que se têm vindo a verificar, por acção conjunta do crescimento demográfico e da intensificação na utilização da terra, ao longo dos tempos em relação ao emprego agrícola, podem, a nosso ver, ser encarada como uma evolução no sentido de um aumento gradual do número de horas de trabalho consumido por unidade de área utilizada.

Na fase do povoamento do território, as populações bastante dispersas dependem um período de tempo bastante reduzido na agricultura, que é ainda nesta altura uma actividade quase sempre suplementar da actividade colectora, da caça e da pesca.

Quando o território se torna mais densamente povoado aumenta o tempo gasto nos trabalhos agrícolas, já que as populações passam a ter que garantir a quase totalidade da sua alimentação com base na actividade agrícola. Tal actividade, no entanto, é levada a cabo por sistemas muito extensivos com um período de trabalho diário extremamente reduzido, e que, por outro lado, não tem qualquer regularidade.

À medida que se verificam novos acréscimos populacionais, a passagem de sistemas de pousios muito longos para outros sistemas de pousios cada vez mais curtos, os períodos de actividade vão aumentando gradualmente, acabando por se atingir um ponto para o qual se verifica a existência de um ou dois períodos de “ponta” relativamente curtos.

Antes que tenha sido atingido um ponto crítico, para o qual a actividade que é necessário desenvolver, durante os períodos de “ponta”, se torna demasiadamente pesada em relação às disponibilidades de uma unidade de produção tradicional típica, é possível aos agricultores produzir cada vez mais, através de um aumento do número de horas de trabalho, sem que para tal seja necessário realizar investimentos ou modificar o sistema de exploração praticado.

A charrua quando é utilizada em sistemas de pousios curtos é encarada fundamentalmente como um processo de preservar a existência de períodos de “lazer”, mesmo quando as pressões demográficas exercidas já são relativamente elevadas. Na realidade é somente numa fase mais adiantada da evolução em causa, quando as pressões demográficas atingem valores já muito mais ele-

vados, que os agricultores deixarão de ter durante o ano épocas praticamente libertas de trabalhos agrícolas. Atingir-se-á, nessa altura, uma fase em que se começam a criar hábitos de trabalho diário ao longo do ano, sendo, no entanto, esta fase unicamente atingida quando os agricultores se vêm obrigados a tratar os seus animais e a produzir forragens, ou então quando começam a regar as suas terras ou a cultivar, por necessidade de subsistência, várias culturas sucessivas anuais.

Parece-nos evidente que uma evolução deste tipo, no sentido de uma ocupação cada vez maior dos agricultores com as tarefas agrícolas, só se justifica se aqueles a tal forem obrigados, quer sob a influência de fortes pressões demográficas, quer por acção compulsiva das autoridades estabelecidas.

As Sociedades Tradicionais Africanas



Os modos de produção das comunidades primitivas

As formações sociais pré-capitalistas, que constituem a base sobre a qual se estabeleceu um conjunto de novas relações que conduziu ao aparecimento das formações de tipo capitalista, são combinações estruturadas a partir de um número limitado de modos de produção⁴⁸.

Segundo Samir Amin são os seguintes os modos de produção das formações sociais pré-capitalistas: os modos de produção da comunidade primitiva; o modo de produção escravagista e o modo de produção feudal (ambos bastante raros); o modo de produção mercantil (que se encontra normalmente associado a outros modos de produção); e o modo de produção comunitário ou tributário⁴⁹.

Cada um destes modos de produção apresenta, no seu “estado puro”, algumas características que lhe são específicas.

Os modos de produção da comunidade primitiva, que segundo Terray (1969) são vários, apresentam todos as seguintes características:

- a organização do trabalho assenta em parte sobre uma base individual (a da “família reduzida”) e em parte sobre bases colectivas (a nível de “família alargada”, do “clã” ou da comunidade), o meio onde essencialmente se exerce o trabalho é a terra, que é propriedade colectiva da comunidade sendo a sua utilização livre para todos os membros do grupo, se bem que segundo regras precisas (utilização das parcelas distribuídas pelas famílias, etc);
- ausência de trocas mercantis e, concomitantemente;

- uma distribuição da produção no interior da colectividade de acordo com determinadas regras estabelecidas em estreita ligação com as relações de parentesco.

O modo de produção escravagista faz do trabalhador, o escravo, o meio de produção essencial. O produto deste trabalho tanto pode entrar num circuito de transferências não mercantis, intrínsecas à comunidade (escravatura patriarcal), como pode englobar-se em circuitos de troca mercantil (caso da escravatura greco-romana).

No modo de produção feudal, para o qual a terra é o meio de produção básico, temos:

- uma organização da sociedade em duas classes, a dos senhores da terra (cuja propriedade é inalienável) e a dos servos que exploram a terra propriedade dos primeiros;
- a apropriação dos excedentes por parte da classe feudal de acordo com determinados direitos estabelecidos e não em função de relações mercantis;
- a ausência de trocas mercantis no interior do domínio feudal o qual constitui a célula elementar da sociedade.

Este modo de produção constituiria, muito provavelmente, a fase próxima de uma evolução normal e directa dos modos de produção primitivos, se tal evolução se tivesse verificado anteriormente às influências do modo de produção capitalista.

O modo de produção comunitário ou tributário aproxima-se bastante do feudal. Também ele já caracterizado por uma organização da sociedade em duas classes: as populações rurais organizadas em comunidade e uma classe dirigente que monopoliza as funções de organização político-social e que recebe um tributo (não mercantil) das comunidades rurais. No entanto, enquanto o senhor feudal é proprietário absoluto da terra, no modo de produção tributário, é a comunidade no seu todo a quem cabe o direito de posse de terra.

O modo de produção tributário evoluído tende quase sempre (caso da China, Índia e Egito) a feudalizar-se, isto é, a classe dirigente tende a substituir a comunidade no que diz respeito à propriedade da terra. Nestes casos o modo de produção feudal originado apresenta quase sempre características secundárias que o distinguem das formas que assumiu na Europa e Japão.

O modo de produção mercantil simples, caracteriza-se no seu “estado puro” pela igualdade entre pequenos produtores livres e pela organização das trocas que se realizam entre eles. Este modo de produção nunca foi, em qualquer sociedade o dominante e, por conseguinte, ele é, no seu “estado puro”, absolutamente ideal. Acontece, no entanto, que é frequente o seu aparecimento no interior de formações sociais caracterizadas pela dominância de um outro modo de produção.

Nenhum destes modos de produção existiu no seu “estado puro” já que as sociedades históricas não são mais do que formações que resultam, por um lado, da combinação de diferentes modos de produção e, por outro lado, da organização de relações entre as sociedades, as quais se manifestam pela existência de relações de comércio “longínquo”⁵⁰.

Esta forma de comércio, apesar de não ser um modo de produção, contribui, no entanto, pelo seu maior ou menor grau de evolução, para caracterizar as diferentes formações sociais, através das combinações particulares que as suas relações determinam no modo de produção dominante.

As sociedades pré-capitalistas não europeias não são, portanto, na sua essência, diferentes daquelas que se estabeleceram na Europa, já que todas elas são formações sociais que resultam da combinação dos mesmos elementos, se bem que de tal combinação possam surgir, ou melhor, tenham surgido, formações de características distintas.

As formações sociais pré-capitalistas africanas

Debruçando-nos agora propriamente sobre o caso africano poderemos afirmar que as suas comunidades primitivas se incluem num conjunto designado genericamente por *Amin* como “formações orientais e africanas” as quais se caracterizam essencialmente pelos seguintes aspectos:

- dominância do modo de produção comunitário ou tributário (em evolução mais ou menos lenta para o modo de produção feudal);
- existência de relações mercantis simples no interior de zonas bastante limitadas;
- existência de relações de comércio “longínquo”.

Quando o modo de produção feudal está completamente ausente ou se encontra ainda numa fase bastante embrionária e quando não existem relações de troca, no interior das comunidades, a formação social resultante, reduzida à combinação de um modo de produção comunitário ou tributário normalmente pouco evoluído e à existência de relações de comércio “longínquo”, será do tipo africano.

Procuremos analisar mais detidamente as sociedades tradicionais africanas no sentido de tornar mais compreensível a caracterização que acaba de ser apresentada.

Factores que condicionam o seu estabelecimento

Difícilmente se compreenderão as sociedades tradicionais africanas, aliás, como todas as outras, se não as enquadrarmos nos condicionalismos ecológicos que presidiram ao seu estabelecimento.

Continente imenso e de difícil circulação interna, opondo barreiras naturais a todo o contacto com o mundo exterior, sofrendo em quase toda a sua extensão de incapacidades climáticas⁵¹, dotado de solos que, apesar da sua diversidade, são na grande maioria pobres tanto física como quimicamente, carente

originalmente em muitos dos vegetais básicos que noutras latitudes serviriam para sustentar o homem⁵², facilitando pelo seu clima a reprodução e crescimento de uma quase infinita multiplicidade de espécies, é a África desde sempre palco de dura competição pela sobrevivência, condição esta que é certamente determinante da fraca densidade e dispersão das diversas populações (vegetais, animais e humanas) existentes⁵³.

São estes, a nosso ver e se bem que tão sumariamente referidos, os parâmetros que definem o contexto em que se originaram as linhas de força da organização técnico-económica das sociedades africanas e conseqüentemente também as estruturas sociopolíticas e as manifestações artísticas e religiosas que as caracterizam⁵⁴.

Ocupação do território e organização em comunidades

Durante todo o período de povoamento⁵⁵ o carácter urgente da subsistência, enquanto condição de sobrevivência para o grupo, é causa da posição central ocupada pela actividade agrícola⁵⁶ no interior da comunidade e também da nítida preponderância que tomam os objectivos comunitários face aos dos indivíduos, já que estes só em grupo se sentiam capazes de vencer os obstáculos que a natureza oferecia ao exercício das suas actividades.

Parece-nos ser em função do binómio, urgência na obtenção de alimentos - garantia da unidade e sobrevivência do grupo, que poderão ser compreendidas algumas das características atrás apontadas como comuns aos diferentes modos de produção da comunidade primitiva. Na verdade, o referido binómio é razão justificativa para que o exercício da actividade agrícola exigisse:

- o estabelecimento de um sistema de posse de terra comunitário;
- a realização conjunta dos principais trabalhos agrícolas;
- a criação de um sistema de distribuição dos direitos de exploração da terra⁵⁷ e de repartição dos produtos obtidos, de acordo com as necessidades.

Na medida em que este conjunto de disposições é considerado indispensável à sobrevivência do grupo, surge a necessidade do estabelecimento de uma organização político-social capaz de garantir a sua prática efectiva.

Estando a garantia de subsistência dependente em larga escala dos condicionalismos ambientais e tendo a comunidade necessariamente⁵⁸ uma visão metafísica do cosmos e das suas forças benéficas ou malélicas, compreende-se que o elemento religioso destas comunidades tenha sido em grande medida *“concebido como uma protecção para o grupo diante das ameaças de penúria ou como uma técnica também voltada para a produção alimentar”*⁵⁹ (Queiroz, 1969).

Desta concepção religiosa resulta a necessidade imediata do estabelecimento de medianeiros entre os poderes sobrenaturais e a comunidade, papel este desempenhado pelos antepassados⁶⁰ considerados como os únicos acessíveis entre os portadores da “força vital”. Os seus representantes na comunidade são os anciões⁶¹ que por esta razão constituem o vértice da “pirâmide social”⁶² e conjuntamente com o chefe ou patriarca (um de entre eles) dirigem a totalidade da vida social e religiosa do grupo.

Parece-nos, portanto, que a posição ocupada, face ao poder e no interior das sociedades tradicionais, pelo estrato dos “mais velhos” resultou, inicialmente, da necessidade de se ver estabelecida uma unidade sociopolítica capaz de controlar um conjunto de disposições consideradas indispensáveis à sobrevivência do grupo e da existência de uma concepção metafísica do cosmos e das suas manifestações, a qual conduziu a um poder assente numa interpretação religiosa da vida e da sociedade.

Face aos obstáculos que o meio geográfico opôs à ocupação humana, os povos africanos organizando-se em pequenos grupos criaram um conjunto de estruturas, susceptíveis de garantir a sua unidade e sobrevivência, cujas características principais são as correspondentes aos modos de produção da comunidade primitiva.

Evolução na organização das comunidades africanas

Na linha de pensamento que nos tem vindo a orientar poderemos, de acordo com Jaques Maquet (1962), definir cultura⁶³ como “*um sistema de adaptação de um grupo ao seu meio ambiente*” e afirmar que “*a produção de bens materiais é o fundamento de toda a cultura*”. Nesta perspectiva e chamando de novo a atenção para o esquema linear já apresentado⁶⁴, é-nos possível afirmar que a formação de uma dada sociedade se processa genericamente do seguinte modo: sobre uma base técnica intimamente ligada a um determinado meio ecológico vão-se desenvolver, de um modo coerente, num primeiro nível as instituições económicas e políticas e, depois, num segundo nível, as criações intelectuais e artísticas. Assim, todas as modificações que se vão operando ao nível da organização técnica da produção conduzem necessariamente, de um modo mais ou menos rápido, ao aparecimento de alterações no conjunto dos restantes sectores que constituem a sociedade em causa. Deste modo, uma análise de evolução sofrida pelas formações sociais africanas terá que assentar necessariamente sobre o conhecimento das modificações verificadas na actividade agrícola de tais formações pré-capitalistas.

Recordando o que anteriormente dissemos sobre a influência que a pressão demográfica exerce nas características do sector agrícola de uma dada comunidade, torna-se fácil compreender a importância que a situação demográfica de um dado território tem sobre a organização global das sociedades que nela se encontram estabelecidas.

As fraquíssimas pressões demográficas características do período inicial de ocupação do Continente africano estão como já referimos, na origem de uma agricultura itinerante de pousios muito prolongados.

A natureza do sistema de exploração da terra praticado apresenta-se-nos como responsável directo pelas primeiras características da organização global das comunidades em causa manifestando-se fundamentalmente tal responsabilidade através dos seguintes aspectos:

- apesar de estas comunidades tenderem, como todas as outras para o sedentarismo, o tipo de agricultura praticado torna tal tendência irrealizável

pois quando as terras que rodeiam o aldeamento se encontram na sua totalidade em pousio torna-se preferível deslocar a comunidade e reconstruir o aldeamento no centro de uma nova região a desbravar, do que sujeitar as populações a longas caminhadas quotidianas;

- um sistema de agricultura itinerante em floresta exigindo grandes disponibilidades de terras por família⁶⁵, torna impossível grandes concentrações populacionais no interior de cada comunidade uma vez que a área exigida por tal grupo seria demasiadamente grande para poder ser cómoda e racionalmente utilizada;
- a floresta densa e hostil isola as comunidades que já por si se encontram necessariamente afastadas umas das outras na medida em que cada uma delas se localiza no interior de uma muito vasta área de exploração passada, presente e futura;
- as dificuldades de conservação inerentes à natureza das culturas fundamentalmente praticadas - os tubérculos - torna praticamente inexistente a acumulação de excedentes agrícolas. Utilizando a terminologia de Paul Baran (1957)⁶⁶ podemos afirmar que as comunidades em causa não obtinham nenhum excedente real ou efectivo tanto mais que para além das dificuldades de acumulação de produtos há a juntar a ausência da possibilidade de trocas mercantis, ausência essa resultante da dispersão e isolamento de tais comunidades africanas.

Temos, no entanto, que tais economias se caracterizam muito especialmente pela existência de excedentes potenciais os quais se exprimem pelas disponibilidades em terras cultiváveis e em horas de trabalho⁶⁷.

Da conjugação dos aspectos apontados resultam as seguintes características específicas deste tipo de comunidades africanas:

- constituição de unidades político-sociais que só muito raramente reúnem mais do que um aldeamento;
- uma organização governamental que não assenta sobre o princípio de ter-

ritorialidade (o chefe tem autoridade sobre aqueles que habitam um dado território) mas antes e essencialmente sobre as relações de parentesco (o patriarca tem autoridade sobre todos aqueles que descendem de um determinado antepassado);

- uma quase nula diversificação na organização técnico-económica das comunidades fruto de uma rudimentaríssima divisão regular do trabalho (a actividade económica resume-se praticamente à produção agrícola);
- uma diferenciação ainda embrionária, das estruturas político-sociais (o grupo dos “mais velhos” que dirige a comunidade exercendo o seu controle sobre os “mais novos” que são os produtores), diferenciação esta que se manifesta ainda fundamentalmente no interior de uma mesma família (família tradicional ou alargada).

Sob pressão dos acréscimos populacionais as comunidades chegam a pouco e pouco a uma situação de total utilização, de acordo com o sistema de exploração da terra praticado, do território aonde se estabeleceram.

Antes mesmo que se verificasse uma intensificação dos sistemas praticados já a referida situação surgira em relação a muitas das comunidades. Sempre que tal se verificou, isto é, sempre que se originou uma densidade demográfica superior à que uma dada área de ocupação podia suportar, de acordo com as tecnologias utilizadas, iniciou-se muito simplesmente um processo migratório pelo qual um ou vários grupos se separaram da comunidade e partiram em busca de novas terras disponíveis⁶⁸.

O desencadeamento de tal processo migratório, tão característico de quase todas as comunidades africanas primitivas, desempenhou certamente papel fundamental no estabelecimento das características destas formações pré-capitalistas uma vez que *“desencorajou com certeza o crescimento social, a evolução de uma forma de sociedade para outra. Tendo sempre a possibilidade de ir mais longe já que a terra era tão vasta e os habitantes tão poucos, estes povos migratórios raramente ou nunca tiveram de enfrentar as crises sociais e económicas que ajudaram a promover as transformações sociais em terras mais exíguas e mais densamente povoadas”* (Davidson, 1957).

Aconteceu, no entanto, muitas vezes não se ter desencadeado tal processo migratório o que obrigou as comunidades em causa a aumentarem a frequência com que cultivavam as parcelas de terreno à sua disposição. Tal passagem de sistemas mais extensivos para outros mais intensivos é acompanhada como já verificámos, por um conjunto de transformações na actividade agrícola de importantes consequências em toda a estrutura sociopolítica das comunidades afectadas.

Assim, tal passagem determina a redução na duração dos pousios, permite a adaptação de novas tecnologias e instrumentos de produção, conduz a um tipo de vegetação natural, como cobertura dos pousios, inteiramente diferente e obriga ao cultivo de culturas de natureza diversa das praticadas numa agricultura itinerante de floresta.

A redução na duração dos pousios e a prática de novas técnicas de fertilização tornam possível a diminuição da área que é necessária atribuir a cada unidade de produção. Tal diminuição origina por um lado um maior sedentarismo das comunidades e, por outro, a possibilidade de se verificarem maiores concentrações populacionais em cada aldeamento.

O aparecimento de uma vegetação natural muito menos densa e, portanto, muito mais facilmente penetrável torna possível o estabelecimento de unidades político-sociais, agregando mais do que um aldeamento⁶⁹. Começa-se assim a verificar uma transição de um tipo de autoridade assente em relações de parentesco para outro que assenta no controle de um determinado território.

A forte infestação em vegetação herbácea que se verifica nestes sistemas menos extensivos obriga a uma modificação na natureza das culturas praticadas, em relação à agricultura em floresta, já que, a presença de tal vegetação herbácea dificulta o cultivo de tubérculos.

Tal modificação, conduzindo à utilização das terras para a cultivo de cereais⁷⁰ e de leguminosas, desempenha importante papel no aparecimento de excedentes agrícolas, acontecimento este que é responsável, segundo a quase totalidade dos historiadores e etnólogos, pelo acesso a uma mais complexa divisão regular do trabalho e pelo estabelecimento de novas estruturas sociopolíticas mais fortemente hierarquizadas⁷¹.

Na realidade, tanto os cereais como as leguminosas podem ser conservados quase indefinidamente, são facilmente transportáveis, são sem grande dificuldade mensuráveis e apresentam suficiente homogeneidade para poderem ser comparados. Estas características permitem uma acumulação de uma riqueza bastante móvel. Assim, este excedente real ou efectivo pode ser facilmente separado do produtor, passar de mão em mão e ser concentrado em quantidades relativamente elevadas.

A existência destes excedentes em natureza vai, como referimos, desempenhar importante papel na organização económica e político-social das comunidades para as quais se verifica a sua obtenção.

A possibilidade que tais excedentes têm de ser comparados entre si ou com outros objectos torna possível o estabelecimento de trocas mercantis o que origina em alguns casos (uma minoria) o aparecimento de mercados no interior das sociedades africanas. O aparecimento de trocas mercantis constitui certamente uma base de maior diversificação e especialização na organização técnico-económica das sociedades a qual é, aliás, reforçada pelo aparecimento de formas mais evoluídas de divisão regular do trabalho, evolução esta que é consequência simultaneamente da existência de excedentes facilmente separáveis dos seus produtores e da introdução de novas alfaías agrícolas exigidas pelas novas condições de cultivo.

As características apontadas para os excedentes agrícolas permitem-nos compreender facilmente o papel por eles desempenhado na estruturação das comunidades. Se bem que, já se verificasse na organização sociopolítica, das comunidades que praticam uma agricultura itinerante em floresta, a prestação de um tributo (não mercantil) por parte dos “mais novos” (os produtores) em relação aos anciões, é agora, com a maior facilidade de acumulação dos excedentes, que tal tributo, toma uma forma mais definida passando a desempenhar um papel muitíssimo mais importante no funcionamento das sociedades em causa.

O lugar ocupado pelos anciões, especialmente pelo chefe ou patriarca no esquema de circulação dos produtos permite-lhes, ao ficarem com uma parte importante da produção que receberam e que estão encarregados de repartir, concentrarem nas suas mãos grandes quantidades de excedentes. Esta riqueza

não é totalmente utilizada para seu consumo pessoal ou para o dos seus familiares, mas, tal acumulação, permite-lhe, consagrar a totalidade do seu tempo à actividade governativa, fazer-se rodear de alguns especialistas, como sejam os artesãos e sobretudo de um conjunto de conselheiros e de elementos executivos. A sobreprodução acumulada pelo chefe desempenha também papel importante no debelamento das fomes “conjunturais”⁷².

Na medida em que um indivíduo ou um grupo de indivíduos se pode apropriar e utilizar os excedentes de produção da sua comunidade, ele passa a dispor de meios de pressão e de coerção, isto é, de poder político, o qual (poder) lhe permite reivindicar os excedentes de outros agricultores. Estabelece-se, deste modo, uma espiral de acréscimos alternativos e cumulativos de rendimento e de poder.

Referindo-se a todo este processo Jaques Maquet afirma: *“Ce schème qui nous simplifions à l’extrême - milieu naturel et techniques permettant la production d’un surplus agricole, contrôle de ce surplus d’un groupe pour un des membres du groupe, émergence et développement du pouvoir politique, renforcement de la mainmise sur la production excédentaire – s’est reproduit des milliers de fois dans l’immense zone qui, au sud de la ceinture équatoriale, s’étend de l’océan Atlantique à l’océan Indien. C’est ainsi que naquirent les chefferies, bien plus caractéristiques de l’Afrique pré-coloniale que les villages des forêts ou les campements des chasseurs”*. (Maquet, 1962).

O interesse que tais formações sociais pré-capitalistas têm para o caso angolano é tanto maior quanto se sabe que a maioria dos reinos, (cujo conjunto normalmente é designado por reinos do Congo), aqui existentes, quando dos primeiros contactos dos portugueses com estas paragens, eram certamente formas já bastante desenvolvidas, originadas essencialmente a partir do processo analisado.

A passagem de uma agricultura itinerante em floresta para sistemas de exploração da terra de pousios mais curtos, consequência de uma intensificação das pressões demográficas exercidas no interior dos territórios ocupados, conduziu, tal como temos vindo a analisar, ao aparecimento de formas já mais evoluídas do modo de produção comunitário ou tributário, evolução essa que,

tendo resultado essencialmente de um processo de apropriação dos excedentes criados no interior das comunidades, se caracteriza pelo estabelecimento de estruturas sociais mais diferenciadas com a formação de uma “classe” dirigente que, distanciando-se cada vez mais em relação ao conjunto dos produtores, faz, assentar e reforçar o seu poder na recepção de um tributo (não mercantil), que assume normalmente a forma de excedentes alimentares.

Não são estas, ainda, as formas mais evoluídas que as formações pré-capitalistas africanas assumiram. Condições de mais intensa pressão demográfica e sobretudo o estabelecimento de relações de comércio longínquo determinaram, em certas regiões do Continente Africano, a formação de sociedades urbanas, artesanais e comerciais, idênticas nos seus fundamentos às cidades europeias características da Idade Média. Constituem tais formações um conjunto que os autores, habitual e genericamente, designam por estados “sudaneses”⁷³. É o caso dos estados formados a partir de comunidades negras do Sudão Ocidental e Central, dos estados que se estabeleceram na floresta tropical da África Ocidental, os quais são habitualmente chamados por Estados da Guiné e é ainda o caso de algumas outras sociedades mais interiores cuja história ainda nos é desconhecida⁷⁴.

Se bem que não exista ainda uma absoluta concordância de opiniões entre os estudiosos da História das sociedades africanas, tudo parece indicar que a formação destes estados de carácter já tão acentuadamente urbano obedece em linhas gerais ao seguinte esquema:

- pré-existência de formações sociais cujo modo de produção tributário difere, apenas, em relação às sociedades anteriormente analisadas, pelo facto de o tributo devido às “classes” dirigentes não assentar, somente, sobre os excedentes agrícolas, mas também sobre as riquezas minerais extraídas do subsolo de tais regiões;
- atracção exercida por tais recursos naturais sobre os povos comerciantes do Magreb e de outras regiões mais evoluídas;

- introdução de novas ideias de organização político-social e de novas técnicas minerais, metalúrgicas e de organização comercial, através dos contactos comerciais desenvolvidos;
- apropriação da maior parte dos lucros resultantes da extracção e comercialização dos recursos minerais da sociedade, por parte da classe dirigente;
- aparecimento de novas formas de organização estatal as quais se caracterizam essencialmente por uma cada vez maior separação entre as classes dirigentes e todo o conjunto de grupos sociais que, resultando das relações que o comércio longínquo estabeleceu no interior das sociedades, se situam na proximidade do grupo no poder e as comunidades rurais pré-existentes cujos excedentes garantam a subsistência dos primeiros. Tal separação conduz muitas vezes ao aparecimento de verdadeiras formações “dualistas”. Sobre tal dualidade, escreve Jaques Maquet: “À un premier niveau, les paysans vivent d’agriculture et d’élevage dans un circuit économique très limité et dans des organisations politiques villageoises (...). À un second niveau, les cités-états orientées vers l’extérieur constituent les points d’arrêt et les carrefours d’un réseau de communications qui les unit entre elles et au Maghreb” (Maquet, 1962);
- existência de uma, cada vez mais complexa, rede de trocas comerciais entre os diferentes estados “sudaneses”.

Aconteceu mesmo algumas vezes que a evolução do modo de produção comunitário ou tributário atingiu estádios já bastante próximos da “feudalização”, o que se verificou sempre que determinada “classe” dirigente conseguiu um controlo efectivo sobre a terra. Tal processo de apropriação de terras assumiu muito provavelmente as seguintes formas:

- utilização de áreas disponíveis localizadas nas proximidades das cidades estados, utilização esta que é concebida sob a forma de “explorações estatais” e que assenta numa utilização do trabalho de membros da comunidade ou de escravos;

- apropriação por parte dos chefes do direito de utilização da terra pertencentes a indivíduos que, ou morreram ou, por qualquer outra razão, perderam tais direitos.

De qualquer modo o aparecimento do modo de produção feudal resulta, tal como para os casos anteriores, de se ter atingido uma determinada pressão demográfica no interior dos territórios ocupados.

Na realidade, enquanto a população é reduzida em relação aos recursos da comunidade, o poder do grupo dirigente tem que se estabelecer com base num controlo directo dos produtores, enquanto que, uma vez a população se tenha tornado tão densa que a terra disponível esteja toda ocupada, torna-se desnecessário manter um poder assente em relações personalizadas já que o controle dos produtores passa a poder ser feito com base numa apropriação do direito de posse da terra por parte da “classe” no poder.

O que precisamente acontece em relação à maioria das regiões do Continente Africano é que as condições demográficas nunca foram suscetíveis de conduzir ao aparecimento de formas do tipo feudal. As pressões demográficas exercidas no interior dos territórios utilizados conduzindo, na maioria dos casos e como já referimos, a sistemas de agricultura itinerante de pousios longos, são sem qualquer dúvida o principal factor explicativo de uma permanência das formações pré-capitalistas africanas num estágio não muito evoluído do modo de produção tributário⁷⁵.

Transição das economias agrícolas pré-capitalistas para as diferentes formas que actualmente assumem nas regiões subdesenvolvidas





Havíamos afirmado na introdução que as economias agrícolas tradicionais se encontram, hoje em dia, e de região para região do globo, em estádios distintos de desintegração face ao impacto do crescimento populacional e à penetração do modo de produção capitalista.

Uma vez analisadas, em traços necessariamente muito gerais, as características das formações sociais pré-capitalistas, estamos, talvez, em condições de melhor compreender as transformações por elas sofridas ao contactarem com as formações de tipo capitalista.

A análise de tais transformações, podendo ser feita de acordo com variadíssimas orientações, assentará, no nosso caso, no estudo dos diferentes mecanismos responsáveis pelas principais características das actuais economias agrícolas subdesenvolvidas. Será nesta perspectiva que abordaremos os seguintes aspectos:

- Modificações verificadas nos sistemas de posse da terra;
- Perturbações sofridas pelo mercado do trabalho;
- Processo de “comercialização” da agricultura de subsistência;
- Processo de “monetarização” das economias pré-capitalistas;
- Crescimento demográfico, sobrepovoamento relativo e marginalização.

É evidente que os aspectos referidos não se verificaram com igual intensidade e que a sua interligação obedeceu a mecanismos distintos e tomou formas nem sempre semelhantes para as diferentes regiões afectadas pelas transformações apontadas. No processo histórico real muitas das transformações consi-

deradas coexistiram, tendo sido como resultado da sua actuação conjunta que surgiram as actuais estruturas características das economias agrícolas subdesenvolvidas.

Nesta perspectiva a consideração em separado dos aspectos apontados tem, como não pode deixar de ser, uma intenção fundamentalmente didáctica.

Modificações verificadas nos sistemas de posse da terra

Uma observação, mesmo que superficial, de uma determinada região subdesenvolvida é suficiente para fazer sobressair a coexistência entre um elevado número de diferentes sistemas de posse da terra⁷⁶.

Tal situação necessariamente confusa e de consequências negativas quanto à elaboração de planos de desenvolvimento não é, no entanto, fruto do acaso. A coexistência entre diferentes sistemas de posse da terra resulta, a nosso ver, fundamentalmente de dois factores:

- do sistema característico das diferentes regiões antes da penetração capitalista e;
- das modificações que as administrações coloniais julgaram ser necessário introduzir em ordem aos objectivos económicos que pretendiam alcançar e de acordo com as suas concepções sobre os referidos sistemas.

Os modelos básicos de sistemas de posse de terra que os europeus encontraram, quando se iniciaram os seus contactos com as diferentes regiões do globo, encontravam-se intimamente associados aos sistemas de exploração da terra neles praticados.

Parece-nos ser, portanto, lícito afirmar que a evolução sofrida por uma dada região, relativamente aos sistemas de posse da terra existentes, resultará ou de aumentos na pressão demográfica exercida e, conseqüentemente, das variações verificadas quanto aos sistemas de exploração de terra praticados, ou então de pressões exercidas pelas autoridades governativas.

Havíamos já anteriormente afirmado que o sistema de posse de terra característico das formações sociais pré-capitalistas africanas era o sistema tribal ou comunal⁷⁷. Também havíamos referido que o aparecimento de tal sistema se justificava, para o período inicial de ocupação de território, em função do binómio urgência na obtenção dos alimentos - garantia da unidade e sobrevivência do grupo⁷⁸.

Direitos geral e específico de utilização da terra

A permanência, muito para além do período de luta pela sobrevivência, de formas comunitárias de posse de terra encontra fundamentalmente a sua explicação nas fracas pressões demográficas exercidas nos territórios ocupados pelas comunidades africanas.

De modo a tornar mais compreensível a influência que o crescimento populacional e a redução na duração dos pousios exercem sobre o sistema tribal ou comunal, passaremos a apresentar a distinção existente entre o direito geral e o direito específico da utilização da terra.

O direito geral de utilização da terra resulta do facto de todo e qualquer membro de uma dada comunidade ter direito a cultivar uma ou mais parcelas do território ocupado, parcelas estas cujo número e dimensão se relaciona com as possibilidades e necessidades das famílias enquanto unidades de produção e consumo. Os não membros da comunidade só podem adquirir temporariamente tal direito enquanto são reconhecidos como “membros adoptivos” da comunidade. Este direito geral de utilização da terra, pertencente ao grupo, nunca é perdido pelos elementos de tal grupo, mesmo quando abandonam o território temporariamente, a não ser quando, por qualquer razão, um elemento da comunidade é expulso daquela.

Por direito específico de utilização da terra, entende-se o direito que uma dada família tem de cultivar uma determinada parcela de terreno. Para os diferentes sistemas de agricultura itinerante, uma dada família pode manter, para além da colheita, o direito exclusivo em relação a uma parcela por ela cultivada

variando, no entanto, de região para região a duração do período de tempo para o qual tal direito pode ser conservado. Normalmente uma família mantém o direito de cultivo sobre uma certa parcela, pelo menos enquanto forem visíveis sinais de uma sua utilização anterior. Se passado o período normal de pousio, a família não voltar a cultivar a parcela em questão, ela perderá imediatamente o direito à sua utilização conservando, no entanto, o direito geral de utilização de uma outra parcela qualquer do território ocupado pela comunidade a que pertence.

Nesta perspectiva pode-se afirmar que o direito geral de utilização de terra é um direito, em princípio inalienável, de qualquer elemento de uma dada comunidade, enquanto que o direito específico de utilização de uma determinada parcela deixa de existir quando decorrido um determinado período de tempo tal parcela não volta a ser utilizada pela mesma família, período de tempo esse que depende da duração dos pousios referentes ao sistema de exploração de terra praticado.

Evolução dos sistemas de posse da terra por acção da pressão demográfica exercida

Enquanto uma dada comunidade dispõe de bastantes terras, as famílias não têm, de um modo geral, qualquer interesse em voltar, após o período de pousio, a cultivar uma mesma parcela. Na verdade, sendo-lhe possível ocupar uma nova parcela de terreno, pelo menos em tão boas condições de fertilidade e de facilidade do trabalho como a anterior, não há qualquer razão para uma dada família retornar obrigatoriamente à parcela inicial.

Era numa situação deste tipo que se encontravam a maioria das economias agrícolas africanas quando se iniciou o processo colonialista. Em relação a tais economias é-nos possível, portanto, afirmar e de acordo com Andrew Kamark que *“enquanto a população foi relativamente escassa (...) não houve motivo para alterar este sistema (sistema tribal ou comunal da posse de terra); de facto qualquer tentativa de modificação fundamental teria sido fútil e um pouco absurda”* (Kamark 1971).

No entanto tal situação tende a modificar-se à medida que se vão verificando novos crescimentos demográficos. Os agricultores, face à necessidade de aumentar a frequência de utilização da terra, voltarão a cultivar a mesma parcela já anteriormente utilizada antes mesmo que o período normal de pousio tenha terminado. Nestas condições uma família tenderá a ligar-se mais intimamente às parcelas que antes havia cultivado uma vez que começa a tornar-se difícil encontrar boas parcelas ainda disponíveis.

Assim, à medida que vão aumentando as pressões demográficas exercidas no território pertencente a uma dada comunidade, verifica-se que a ligação de cada uma das famílias do grupo a determinadas parcelas se torna pouco a pouco mais intensa, havendo, portanto, a preocupação de utilizar sempre tais parcelas antes que termine o direito específico que as famílias gozam sobre elas. Do mesmo modo o direito geral que têm os elementos de um grupo de desbravar novas parcelas do território dominado vai-se tornando cada vez menos passível de ser efectivado uma vez que dentro em breve todas as boas terras estarão ocupadas, não estando, como é natural, as famílias interessadas em desbravar zonas muito pobres.

Com a continuação dos aumentos populacionais chegar-se-á a um momento em que as redistribuições de terra deixarão de ter significado, momento esse a partir do qual se começa habitualmente a verificar uma distinção entre famílias com direito à utilização de terra e famílias sem tal direito. Os membros constituintes destas últimas famílias são principalmente “estrangeiros” à comunidade (escravos ou não) cuja sobrevivência no interior daquela vai depender muitas vezes da possibilidade de fazerem parte dos elementos servidores dos chefes ou patriarcas.

Além dos direitos à utilização da terra considerados, é necessário não esquecer o direito que todos os membros de comunidade têm de utilizar, para alimentação do seu gado, as parcelas que estão em pousio. Na realidade para sistemas de exploração da terra cujos pousios são cobertos por vegetação herbácea verifica-se, em relação às comunidades africanas, a existência de pastagens comunais, cujos direitos de utilização são, como o nome indica, comuns a todas as famílias pertencentes à comunidade.

À medida que a duração dos pousios vai diminuindo reduz-se também o número de animais que é possível alimentar pela utilização das pastagens comunais até que a prática de uma agricultura permanente torne tais pastagens inexistentes.

O direito à utilização comunitária dos pousios tem na maior parte dos casos, a partir de determinados níveis populacionais, uma acção contrária à intensificação da agricultura. Tal acção retardadora do “progresso” agrícola reflecte-se habitualmente debaixo dos seguintes aspectos:

- a introdução de novas técnicas de colheita é muitas vezes retardada face aos direitos de utilização de pousios pelos animais da comunidade;
- a adaptação de novos métodos de cultura mais intensivos, na medida em que vão eliminar a existência de pousios, origina tensões entre os inovadores e os restantes agricultores da comunidade, tensões essas que se resolvem habitualmente a favor destes últimos;
- a mudança de técnicas de alimentação animal, com a introdução de culturas forrageiras, é também retardada pelos referidos direitos uma vez que a introdução de tal inovação, determinando para o seu “agente” um aumento de trabalho como resultado das novas culturas introduzidas e simultaneamente beneficiando os restantes agricultores que se poderão aproveitar de pastagens comunais, áreas menos densamente ocupadas, vai determinar certamente, aos olhos do comum dos agricultores, uma atitude de desconfiança perante uma inovação que a curto prazo surge como tão pouco favorável.

A evolução que temos vindo a analisar, função dos crescimentos demográficos e cuja principal consequência é o desaparecimento gradual do direito à utilização de novas parcelas e à utilização das pastagens comunais e a sua substituição por direitos de permanência sobre determinada(s) parcela(s), direitos esses conquistados por cada família da comunidade, não é no entanto mais do que uma condição necessária mas não suficiente para que se verifique uma transformação das estruturas agrárias no sentido da dominância de propriedade privada da terra. Para que tal dominância se verifique torna-se necessário o

desencadeamento de um processo de “monetarização” das economias agrícolas existentes.

É provável que, para algumas regiões africanas, as mudanças de sistema de posse da terra tenham sido, ou possam vir a ser, unicamente fruto de uma evolução do tipo apontado. Temos, no entanto, que tal hipótese só se confirme para zonas restritas, uma vez que para a maioria dos casos a evolução em causa foi perturbada pela acção de factores exteriores ao processo demográfico.

Outros factores que influenciaram a evolução dos sistemas de posse da terra

Como já referimos a característica da maioria das formações africanas pré-capitalistas é o aparecimento de uma classe de chefes tribais que controla o conjunto da população rural. A influência que tal estruturação social pode ter sobre a modificação nos sistemas de posse da terra não é tão importante como à primeira vista poderá supor-se. Na realidade, tais classes dirigentes, mesmo quando assumem formas mais evoluídas (mais próximas do feudalismo), tal como para o caso dos estados chamados “sudaneses”, ao receberem um tributo por parte dos membros das comunidades, fazem-no, não em função do possível direito sobre o território que dirigem, mas sim de acordo com os serviços públicos que prestam através do exercício do poder. Deste modo as famílias continuam a gozar dos seus direitos gerais e específicos e a redistribuição das parcelas faz-se normalmente sem qualquer interferência por parte dos chefes tribais.

Se é verdade que nalguns casos se chegou a iniciar um processo de “feudalização” do modo de produção tributário, no entanto tal processo foi quase sempre parcial e sobretudo afectou zonas muito restritas.

Temos, no entanto, que uma diferenciação hierárquica do tipo referido (chefes tribais) pode muitas vezes vir a ter uma importância relativa na modificação dos sistemas de posse da terra comunais, mas tal influência é normalmente indirecta pois resulta de actuações posteriores das administrações coloniais.

A penetração do modo de produção capitalista teve, sobre os sistemas de posse da terra, uma influência que se pode, a nosso ver, considerar como resultante dos seguintes tipos de intervenção:

- apropriação das terras tribais ou comunais por parte das administrações coloniais com vista à instalação de unidades de produção (minas e plantações) alóctones;
- eliminação dos direitos tradicionais de posse e utilização da terra, eliminação esta que se processa pela distribuição de tais direitos ou pelos chefes tribais ou por outros membros da comunidade cujo apoio, a grupo alóctone no poder, pretende obter;
- introdução, através de variadíssimos canais, de novos sistemas de posse de terra com os quais se vão influenciando a pouco e pouco as camadas mais jovens pertencentes sobretudo às comunidades vizinhas dos centros populacionais mais rapidamente afectados pelas atitudes individualistas inerentes ao modo de produção capitalista.

A instalação de unidades de produção alóctones

É hábito apontar, como razão justificativa do processo da apropriação de terras por parte das economias alóctones, o desconhecimento então existente das características dos sistemas de exploração da terra praticados. Assim, as administrações coloniais, teriam distribuído terras para instalação de empresas capitalistas sem saberem que tais superfícies não eram mais do que pousios resultantes da prática de sistemas de agricultura itinerante. Parece-nos, no entanto, que tal justificação, embora de certo modo pertinente, não é suficiente para explicar o processo em causa uma vez que este assumiu formas e teve conseqüências bastante distintas de região para região do Continente Africano. Somos de opinião que a maior ou menor extensão de terras apropriadas resultou fundamentalmente da orientação adoptada, face às regiões afectadas, pelos governos ocidentais. Quando a preocupação central foi a de controlar política-

mente a região em causa de modo a garantir o controlo sobre o comércio local, as apropriações de terra verificadas foram pouco mais que marginais e as suas consequências limitaram-se a uma redução das áreas disponíveis para cultivo futuro, limitação essa que se reflectiu fundamentalmente por uma mais rápida passagem a sistemas itinerantes de pousios menos longos.

Quando as atenções se centraram sobre as riquezas minerais e agrícolas das regiões afectadas, o processo de colonização desencadeado teve necessariamente consequências mais profundas sobre os sistemas de posse de terra existentes.

Em relação a este tipo de regiões também o alcance das apropriações referidas variou tendo tido, no entanto, sempre uma influência marcante sobre a agricultura tradicional.

Como casos extremos resultantes de tal processo temos os que se verificaram no Quênia e na Rodésia do Sul⁷⁹.

A introdução de um novo sistema de posse de terra, o sistema de plantações, veio ter consequências diversas sobre as economias agrícolas tradicionais mais afectadas.

Uma primeira consequência de tal processo é a rapidíssima evolução provocada nas unidades de produção tradicionais. De um sistema de agricultura itinerante, tais economias, foram “empurradas”, num breve espaço de tempo, para disponibilidades em terra pouco mais que suficientes para garantir, através de uma agricultura permanente, a subsistência das populações.

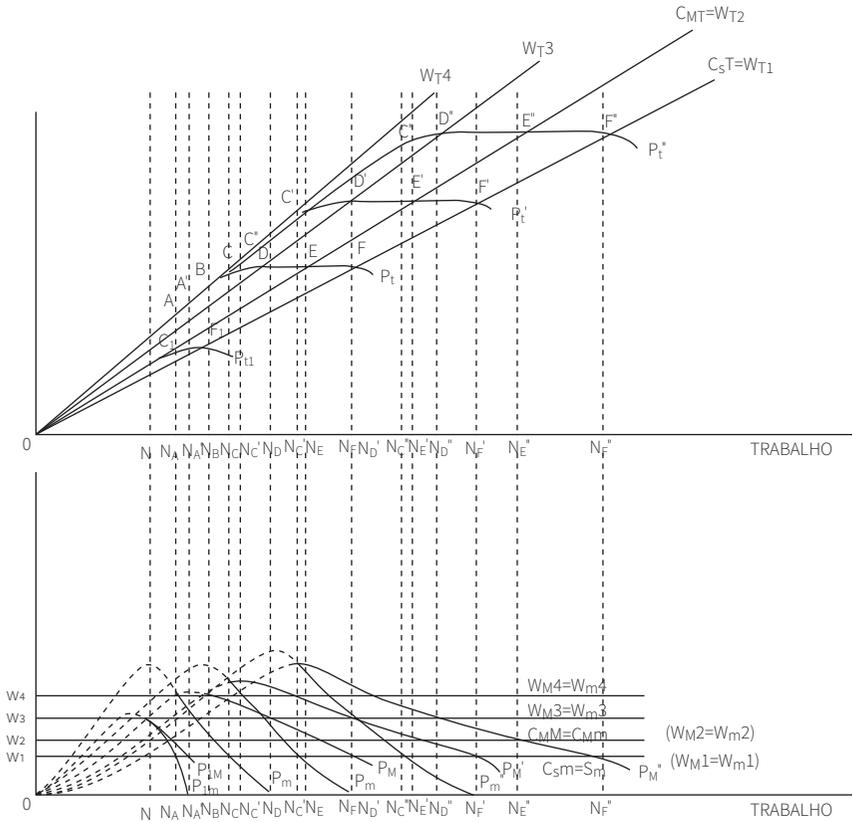
Verificou-se, portanto e num curtíssimo período de tempo, uma profunda transformação nas condições características da actividade agrícola, transformação essa que normalmente seria resultante de um muito lento processo evolutivo. Ficou, deste modo, grandemente comprometida a capacidade de adaptação, dos agricultores afectados, às modificações tecnológicas que a transformação provocada exigirá. Na realidade o processo de adaptação a novas tecnologias é sempre, ou, pelo menos foi sempre para as economias tradicionais, um processo lento, tendo sido só através de muitas experiências e erros que, habitualmente, um determinado agricultor conseguiu utilizar devidamente os factores de produção de que dispõe. Uma tão rápida evolução é tanto mais difícil quanto

se sabe que os níveis de produção obtidos se aproximam bastante do limite mínimo de subsistência e que torna todos os erros e experiências de adaptação extremamente graves na medida em que fazem perigar bastante a sobrevivência das famílias em causa.

Nesta perspectiva, a saída mais comum às unidades de produção abrangidas pelas apropriações de terras é, necessariamente, uma muito rudimentar utilização dos factores, que uma agricultura obrigatoriamente permanente, põe ao seu dispor. Tal saída conduz quase sempre a médio prazo a um esgotamento dos solos, a um decréscimo na produção, a graves carências alimentares, a fortes aumentos na mortalidade ou, na melhor das hipóteses, à migração de grande parte dos elementos activos das comunidades em causa⁸⁰.

A impossibilidade de evolução das unidades de produção que vêm, por força das apropriações, fortemente reduzidas as disponibilidades em área cultivável, pode-se facilmente explicar recorrendo ao modelo teórico atrás apresentado.

Para tal análise torna-se necessário trazer novas curvas de produção total (P_{t_1}), média (PM_1) e marginal (Pm_1), já que para as novas condições de produção se modifica a relação $\left(\frac{A_1}{N}\right)$ entre a área A_1 disponível e o número (N) de trabalhadores utilizados, o que obriga à consideração de uma nova função de produção.



A posição ocupada pelas novas curvas de produção vai, evidentemente, depender da maior ou menor intensidade do processo de apropriação por parte das economias alóctones. Podemos considerar um caso extremo (não tão raro como se poderá supor) que se relaciona com a criação das chamadas “reservas” indígenas o qual corresponderá a uma curva de produção total (P_t) que quase coincide, podendo mesmo ficar abaixo, com a curva de consumo total de subsistência (C_5T). Tal situação origina, como é óbvio, a prática de uma agricultura permanente já que, como referimos, as áreas disponíveis são quase insuficientes para garantir a sobrevivência do grupo. Ora a prática de um sistema intensivo obriga à realização de todo um conjunto de investimentos que assentam,

na sua quase totalidade, na existência de excedentes potenciais sob a forma de trabalho. No caso analisado, dado a “coincidência” entre as curvas Pt_1 a C_5T , tais excedentes⁸¹ são praticamente nulos o que torna impossível a realização dos investimentos indispensáveis a uma agricultura permanente com algumas hipóteses de viabilidade.

Uma imediata consequência desta situação precária em que ficam, após as apropriações, as economias agrícolas tradicionais é sem qualquer dívida a criação de uma reserva de mão-de-obra. É necessário referir que a criação de tal reserva não foi alheia à definição, por parte das administrações coloniais, das políticas de apropriações de terras a seguir. Deixemos, no entanto, para mais tarde a análise de tais mecanismos introduzidos no mercado de trabalho das regiões colonizadas.

Alteração nos direitos de propriedade verificada no interior da comunidade tradicional

A necessidade de obter apoios entre as autoridades tradicionais levou, em alguns casos, as administrações coloniais a transferir o direito de posse das terras tradicionalmente pertencentes à comunidade, para os respectivos chefes tribais.

Esse tipo de intervenção originou o aparecimento de novos sistemas de posse de terra de tipo patronal, que, devido às condições técnico-económicas existentes, se aproximam mais, quanto às características apresentadas, de unidades de produção do tipo feudal do que de unidades de produção capitalistas. Aliás estas unidades de produção tiveram bastante dificuldade em evoluir, uma vez que os elementos activos da comunidade preferiram muitas vezes a migração e o trabalho em plantações e minas do que continuar a trabalhar no território da comunidade sob as ordens de “novos proprietários”

Originou, portanto, e também tal intervenção colonial, um fluxo migratório de grande importância.

Outras vezes, a penetração das concepções individualistas no interior das comunidades tradicionais originou uma revolta dos mais novos em relação aos anciões, o que em alguns casos levou ao aparecimento de um sistema de posse de terra privado do tipo familiar. É exemplo característico deste processo o caso do Quênia. É claro que as autoridades coloniais tiveram acção importante na efectivação de tal processo. Por outro lado, a sua concretização só se tornou possível porque as condições demográficas e a prática de culturas de mercado assim o permitiram.

A realização de apropriações, quer estas se destinem a alóctones ou a autóctones, determina sempre, em relação às restantes áreas não afectadas, a existência de fortes pressões demográficas o que conduz, portanto, a uma mais íntima ligação entre os agricultores e as parcelas que, pertencendo à comunidade, são por eles utilizadas.

Esta ligação, obrigando na maioria dos casos, a práticas de melhoramentos fundiários susceptíveis de permitir melhores condições de cultivo para os sistemas de agricultura permanente praticados, toma a pouco e pouco formas muito próximas de uma posse privada das referidas parcelas. A penetração das concepções ocidentais do sistema de posse de terra e a “monetização” das economias em causa são os outros factores que, convergindo com as pressões demográficas exercidas, conduzem a formas privadas de propriedade da terra.

São, portanto, em linhas muito gerais, estes os mecanismos responsáveis pela transição de sistemas de posse de terra tribais ou comunais, característicos das formações pré-capitalistas, para outras formas assumidas pelos referidos sistemas de posse de terra das quais as principais são a dos sistemas privados de tipo patronal, quer sob uma forma feudal ou “semifeudal” (grande propriedade autóctone), quer sob uma forma capitalista (plantações), a dos sistemas privados do tipo familiar.

Perturbações sofridas pelo mercado do trabalho

A instalação de unidades de produção alóctones é um aspecto característico do período colonial. Destas unidades, as mais frequentes, são as empresas de exploração mineira e as empresas agrícolas dedicadas a culturas para exportação, empresas estas que são, habitual e respectivamente, designadas por minas e plantações.

Tanto as minas como as plantações são unidades de grandes dimensões cujo estabelecimento nas regiões colonizadas teve como principal objectivo a exploração, para exportação para as respectivas metrópoles, de matérias-primas de natureza mineral e de natureza agrícola.

Já anteriormente apontámos algumas das consequências que a instalação de tais unidades de produção determinou, através das apropriações de terras que exigiram, nas economias agrícolas tradicionais. Procuraremos agora outras consequências, aliás, intimamente ligadas às anteriores, que o referido estabelecimento de empresas alóctones teve sobre o mercado de trabalho das regiões colonizadas.

Os mercados do trabalho em regiões “subpovoadas” e em regiões “sobrepovoadas”

As minas e as plantações, enquanto empresas de grande-escala, exigem normalmente maiores quantidades de mão-de-obra por unidade de superfície, do que as unidades de produção tradicionais. Deste modo, o seu estabelecimento numa dada região provoca quase sempre grandes aumentos na procura de mão-de-obra autóctone. Esta procura não encontra, para as regiões “sobrepovoadas”, grandes dificuldades em ser satisfeita enquanto que a situação se torna bastante mais complexa para o caso de regiões pouco povoadas.

A situação em que se encontravam as economias africanas, quando da instalação das referidas unidades capitalistas, era, como já vimos, caracteristicamente de “subpovoamento” o que tem importantes implicações para a com-

preensão de muitos dos aspectos que apresentaram e ainda hoje apresentam as economias do trabalho de tais regiões.

A utilização das curvas clássicas da oferta e da procura para a determinação dos preços (salários) que se estabelecem num mercado de trabalho “livre” permite-nos concluir, como resultado normal de tal análise, que os níveis de salário estabelecidos serão mais elevados para as regiões onde se exerçam fracas pressões demográficas do que para as mais densamente povoadas. Por outro lado, face a um rápido aumento de produção por parte das empresas alóctones, a análise sugerida leva-nos à verificação de que estes incrementos de produção conduzem a aumentos nos níveis salariais, uma vez que aqueles assentam pelo menos inicialmente, em novas necessidades em unidades de trabalho.

A experiência de algumas das regiões do globo, a América do Norte e a Austrália, confirma as conclusões teóricas, que uma análise do tipo anterior havia suscitado.

Acontece, no entanto, que a observação do caso africano conduz a conclusões precisamente opostas às anteriores pois nem os níveis de salário foram superiores aos praticados em regiões “sobrepovoadas”, nem se verificou que esses níveis tenham sofrido aumentos significativos a acompanhar a rápida expansão na produção conseguida pelas novas empresas estabelecidas.

A explicação habitualmente apresentada como justificativa da situação em causa assenta na hipótese de que não existe qualquer diferença entre a produtividade do trabalho das populações pertencentes a regiões “subpovoadas” e “sobrepovoadas” e que tal produtividade é para ambos os casos muito baixa. Deste modo e de acordo com a referida explicação a quase uniformidade dos salários praticados em todas as regiões subdesenvolvidas reflectiria muito simplesmente os baixos níveis de produtividade do trabalho, comum, àquelas regiões. Também as diferenças de níveis de salário entre as regiões “subpovoadas” do Continente Africano e do Sul Americano e as regiões cujo povoamento resultou da ocupação de colonos europeus (casos Norte Americano e Australiano) seriam nesta perspectiva resultantes de uma muito mais elevada produtividade do trabalho no segundo tipo de regiões em relação ao primeiro tipo.

Um outro tipo de argumento muitas vezes utilizado refere-se ao preconceito, habitualmente, existente entre os grupos responsáveis de que em geral as populações autóctones não só têm uma produtividade do trabalho bastante baixa como também apresentam uma limitada capacidade de promoção, limitação esta que resultaria, segundo a argumentação em causa, dos baixos níveis de vida a que as populações se habituaram, os quais seriam responsáveis por uma resposta negativa a aumentos nos salários pagos.

Deste conjunto de argumentos resultou a manutenção de baixos níveis salariais nas regiões “subpovoadas” do “Terceiro Mundo”, situação esta que contrasta com uma tendência para a prática de salários cada vez mais elevados nas regiões do chamado “Novo Mundo”.

Consequências sobre o mercado tradicional de trabalho, da instalação de empresas de grandes dimensões

Vejamos o que se terá passado em relação à procura e oferta de trabalho e aos salários praticados quando se verificou o estabelecimento de empresas capitalistas numa dada região.

Se uma determinada mina ou plantação empregar novas tecnologias de produção para as quais se verifique uma utilização, relativamente elevada, de capital por unidade de trabalho, pode-se esperar, como normal, o aparecimento de uma produtividade do trabalhador autóctone superior àquela que se obtém no sector tradicional. Sendo este o processo de produção seguido pelas empresas alóctones poder-se-ia esperar que os níveis de salário oferecidos fossem suficientemente elevados para atraírem a mão-de-obra necessária. Acontece, no entanto, que numa fase inicial a qualidade do trabalho conseguida pela mão-de-obra autóctone é, naturalmente, muito baixa. As razões prováveis deste facto são de ordem diversa:

- por um lado, as novas empresas instaladas exigem um ritmo e disciplina de trabalho característico das unidades industrializadas enquanto que as populações autóctones das regiões “subpovoadas” não estão habituadas a um ritmo regular de trabalho diário, já que a agricultura itinerante exige, como já

apontámos, um número de dias de trabalho relativamente reduzido e mesmo para esses dias o número médio de horas efectivas e intensamente ocupadas são também relativamente poucas;

- por outro lado, a dieta alimentar das populações, encontrando-se relativamente ajustada aos esforços exigidos por uma agricultura extensiva não é com certeza a mais adequada e necessária para o exercício de um ritmo de trabalho industrial;
- finalmente, a utilização de tecnologias de tipo industrial obriga necessariamente os operários a um período de adaptação tanto mais longo quanto se conhece o rudimentarismo dos instrumentos de produção que as populações agrícolas autóctones estão habituadas.

Foi aliás em função desta dificuldade de adaptação à utilização de novas tecnologias que resultou em parte a convicção dos responsáveis pela produção das empresas instaladas, de que existe uma limitação “inata” na capacidade de adaptação ao trabalho por parte de mão-de-obra indígena.

Nesta perspectiva e numa fase inicial de laboração, as unidades estabelecidas não conseguem obter níveis de produtividade muito superiores aos apresentados pelo sector tradicional.

As dificuldades inerentes a esta fase de transição não são muito importantes relativamente às regiões “sobrepovoadas” uma vez que as suas populações, encontrando-se perto do limiar de subsistência, são facilmente atraídas pelo sector não tradicional mesmo para níveis de salário tão baixos como aqueles que se praticam nesta fase.

Já em relação às regiões “subpovoadas” a situação surge-nos como mais complexa, pois a procura de trabalho ao fixar salários a níveis correspondentes às fracas produtividades que, inicialmente, se obtêm não consegue, certamente, exercer uma atracção sobre a oferta de trabalho considerada necessária, mas e por outro lado, se os salários fixados forem suficientemente elevados para garantir a mão-de-obra necessária, verificar-se-ia que o montante despendido pela procura seria superior às produtividades conseguidas o que provocaria resultados finais negativos.

Análise gráfica da oferta de trabalho para regiões “subpovoadas” e “sobrepovoadas”

As diferenças apontadas, quanto ao comportamento da oferta de trabalho, entre regiões pouco e muito densamente povoadas tornam-se facilmente perceptíveis se recorrermos à representação gráfica anteriormente utilizada.

Na devida altura tínhamos referido que os salários médios anuais, W_1 , W_2 , W_3 e W_4 , considerados na representação gráfica, resultavam da intersecção entre as respectivas curvas da oferta e da procura de trabalho. Por outro lado, havíamos afirmado que as diferentes curvas de oferta de trabalho coincidiam com as linhas verticais que passam pelos diferentes níveis de população activa enquanto que as curvas da procura de trabalho coincidiam, para as diferentes funções de produção consideradas, com as porções das curvas de produtividade marginal que correspondem a valores superiores no consumo marginal de subsistência.

Consideramos como hipóteses suficientemente representativas da situação em que se encontravam as economias africanas, quando do estabelecimento de unidades de produção autóctones de grande dimensão, as duas hipóteses seguintes: uma região cuja pressão demográfica é a equivalente a um nível de população activa N_A , o que corresponde, segundo o gráfico considerado, a uma agricultura itinerante em florestas; uma região cujo número de elementos activos é $N_C X$, 0 que diz respeito a um sistema de exploração de terra de posuios menos prolongados.

Uma empresa autóctone que se estabeleça numa das regiões consideradas terá que oferecer remunerações, supondo-se que pretende uma quantidade razoável de mão-de-obra através de um mercado de trabalho “livre”, que, pelo menos, correspondam a um salário médio anual W_4 , nível salarial este que é o que coincide com o custo de oportunidade⁸² correspondente à actividade das respectivas populações activas, no sector agrícola tradicional. Na realidade tal custo de oportunidade coincide sempre com o valor que a produtividade marginal do trabalho assume para os diferentes níveis de mão-de-obra considerados.

Considerando agora o caso de uma região cujas pressões demográficas correspondam a condições de “sobrepovoamento” é suficiente, para que uma em-

presa qualquer obtenha uma oferta razoável de trabalho, que ela se disponha a pagar um salário médio anual W_1 , salário que habitualmente se designa por salário mínimo ou de subsistência ($W_1 = C_3M$). Esta condição verifica-se para todas as economias agrícolas cujos níveis de população activa sejam respectivamente para cada uma das funções de produção a que se referem, superiores a NC' NC' e NC'' .

Temos, portanto, que em condições de mercado de trabalho “livre”, as unidades de produção alóctones que se estabeleceram em África seriam obrigadas, para garantir uma oferta de trabalho suficiente, a pagar um salário médio anual relativamente elevado e sobretudo bastante mais elevado que a produtividade que é possível inicialmente alcançar.

Medidas adoptadas para obtenção de uma oferta de trabalho regular em regiões “subpovoadas”

No entanto, verifica-se que, na realidade, as referidas empresas conseguiram obter o número de trabalhadores necessários sem que se vissem na necessidade de pagar remunerações superiores ao salário mínimo ou de subsistência.

Antes, porém, de analisarmos quais as medidas adoptadas em ordem a tornar tal situação possível, procuraremos analisar o que se poderia ter passado se as empresas, sujeitando-se a perdas iniciais e dedicando maior atenção à formação profissional das populações, tivessem oferecido, desde logo, salários correspondentes aos estabelecidos em condições de mercado de trabalho “livre”.

Se as minas e plantações tivessem adoptado uma política de salários elevados, de modo a atraírem grandes quantidades de mão-de-obra, elas vir-se-iam na necessidade de, perante o desajustamento existente, a curto prazo, entre salários e produtividade, seguirem uma orientação no sentido de economizar mão-de-obra e de alcançar aumentos de produtividade, efeitos estes que poderiam ser obtidos por uma mais cuidadosa selecção e treino dos operários e pela introdução de tecnologias menos exigentes em mão-de-obra.

Como já referimos a adopção destas orientações apresentava-se complexa face às dificuldades relativas ao período de transição. Mas o que não há dúvida é que se estas medidas tivessem sido as adoptadas poderiam então as empresas alóctones ter desempenhado um papel de indústrias motrizes⁸³ provocando aumentos de produtividade nos restantes sectores da economia com os quais mantém contactos.

Não tendo sido esta a orientação escolhida, verifica-se que a mão-de-obra é completamente esbanjada e a produtividade do trabalhador das regiões “subpovoadas” fica mais ou menos estagnada a um nível bastante baixo.

A situação analisada pode ser contrastada com a que se verificou em regiões também fracamente povoadas como são os casos apontados da América do Norte e da Austrália. Neste caso, como já referimos, a política de salários adoptada foi precisamente a oposta.

Não nos parece ser possível explicar a oposição de políticas adoptadas com base numa diferença de produtividades favorável aos colonos europeus que povoaram o Novo Mundo. Na verdade, é hoje opinião corrente que o rápido desenvolvimento da mecanização nas indústrias norte-americanas não resultou da existência de elevados níveis de produtividade iniciais, mas sim das relativamente fracas produtividades, apresentadas pelos novos imigrantes, face aos elevados salários já então atribuídos, salários estes que eram consequência das fracas pressões demográficas que caracterizavam o continente na época em causa.

O desejo de manter um elevado nível salarial médio para a América face ao aparecimento de novos imigrantes serviu como importante polo indutor da actividade das empresas no sentido de utilizarem novas tecnologias, utilização que permitiu, segundo Myint (1964), tirar grandes vantagens da nova mão-de-obra imigrante sem ter sido necessário baixar os níveis de salários. Esta orientação permitiu também transformar o Novo Mundo num polo de atracção importante em relação às populações dos diferentes países europeus.

Nesta perspectiva, parece-nos que a razão ou razões justificáveis das diferenças de políticas salariais adoptadas nos dois tipos de regiões consideradas, não devem ser procuradas ao nível de possíveis diferenças de produtividade, mas sim ao nível global das grandes orientações de política económica.

A razão principal destas diferenças reside, a nosso ver, no facto de num dos casos, o norte americano e o australiano, as orientações adoptadas visarem o desenvolvimento económico da própria região colonizada, enquanto que no outro caso, o africano, as medidas seguidas pretenderem essencialmente obter, a partir da região colonizada, o máximo de benefício possível em ordem ao desenvolvimento dos países colonialistas.

Procuremos, agora, identificar quais as medidas que permitiram às empresas alóctones, estabelecidas nas regiões subpovoadas, obter a totalidade da mão-de-obra de que precisavam, quando se verificou que os salários praticados correspondiam a remunerações comparativamente inferiores àqueles que podem ser obtidas no sector tradicional.

É evidente que o processo de garantir uma oferta regular de mão-de-obra, não poderá assentar num mercado do trabalho “livre”, havendo, portanto, a necessidade de se conseguir forçar a adesão das populações activas. A “forçagem” em causa assumiu, como é natural, formas bastante diferentes, desde um tipo de actuação radical, mas simultaneamente, bastante primário e brutal como é a instituição do trabalho forçado, nas formas bastante mais subtis de actuação das quais algumas delas são mesmo consequências não intencionais de situações criadas nas regiões colonizadas.

São as seguintes as principais medidas adoptadas relativamente à resolução da situação analisada:

- instituição do trabalho forçado;
- criação de “reservas de mão de obra” através de uma política concertada de apropriações de terras;
- imposição de pagamento de impostos às populações do sector de subsistência;
- outras medidas indirectas que permitiram aumentos na mão-de-obra disponível.

Sobre o primeiro tipo de medidas, a instituição do trabalho forçado que, também, por sua vez, pode assumir formas mais ou menos declaradas, pouco há a apontar a não ser que ela foi aplicada mais vezes do que se pensa e que a sua intensidade e alcance foi nalguns casos extremamente importante.

Em relação aos efeitos provocados sobre o mercado de trabalho por uma política de apropriação de terras, algumas questões há a acrescentar para um dos aspectos já atrás referidos.

É fácil compreender que as apropriações de terras, ao determinarem reduções mais ou menos profundas nas áreas disponíveis por unidade de trabalho, tenham tido influência na modificação das relações entre as curvas da procura e oferta de trabalho. Essas modificações tornam-se perceptíveis se de novo utilizarmos o gráfico apresentado.

Assim pode-se verificar que para um mesmo nível de população activa por exemplo NA, o nível de salários médio anual anterior às apropriações, situação a que corresponde uma curva de produção total P_v , é W_4 , enquanto que esse nível salarial se encontra já situado entre W_2 e W_1 para uma curva de produção total P_{t_1} , a qual atrás considerámos como representativa das economias agrícolas tradicionais após a concretização das referidas apropriações.

A imposição de pagamento de impostos às populações cuja actividade agrícola se ligava exclusivamente à produção de bens de subsistência, teve também consequências favoráveis quanto ao recrutamento de mão de obra. Na verdade, na impossibilidade de pagar tais impostos com a sua produção agrícola, viram-se as populações activas na obrigação de trabalhar, pelo menos temporariamente, nas empresas capitalistas, de modo a obterem o dinheiro necessário.

Numa fase mais avançada da colonização de determinadas regiões, quando se começou a verificar uma importação significativa de produtos substituintes de alguns dos artigos fabricados pelo artesanato local, originou-se, por ruína dos respectivos artesãos, uma nova “fonte” de mão de obra que pode vir a ser utilizada nas minas e plantações. É este talvez o tipo mais corrente de consequências no mercado de trabalho originadas por determinadas medidas menos intencionais.

O trabalho temporário: elemento essencial da oferta de trabalho das regiões “subpovoadas”

É importante verificar que, se excluirmos as formas de trabalho forçado e nos debruçarmos exclusivamente sobre as diferentes medidas indirectas referidas, o tipo de mão de obra que se liberta do sector tradicional é essencialmente uma mão de obra temporária. Na realidade tanto as apropriações, como a fixação de impostos e como a ruína dos artesãos que na sua maioria, segundo Samir Amin (1970), regressam parcialmente à actividade agrícola, vão provocar o aparecimento de migrações de trabalhadores, migrações essas que são habitualmente temporárias e que não põem em causa a actividade agrícola tradicional.

Nestas condições é fácil compreender que a mão de obra utilizada não exige salários mais elevados mesmo quando a produção aumenta, pois, sendo praticamente satisfeita pela actividade agrícola que desempenha a sua subsistência, eles não pretendem mais que reforçar tal garantia de subsistência ou obter o dinheiro indispensável ao pagamento de impostos.

É claro que, com o evoluir dos tempos, as migrações temporárias de mão de obra vão também pretender obter o necessário com que comprar novos artigos que a importação põe ao seu dispor.

Este tipo de mão de obra vai com certeza reforçar bastante a situação de estagnação tanto de salários como de níveis de produtividade alcançados. Assim, teremos que:

- os curtos períodos de estadia e a conseqüente grande quantidade de trabalhadores que passam anualmente por uma unidade de produção tornam praticamente impossível a selecção e treino de pessoal;
- a referida instabilidade dessa mão de obra leva as empresas a não se considerarem responsáveis pelos seus operários e sobretudo permite-lhes pagar salários baixos e não sentir a necessidade de realizar investimentos do tipo social.

A utilização de mão de obra temporária (excluindo os níveis de produtividade baixos, os quais aliás são compensados para idênticos níveis de salários), resulta numa situação habitualmente favorável para as empresas, pois permite-

-lhes adaptar a montante de mão de obra utilizada, as flutuações de produção a que são obrigadas face a idênticos movimentos verificados nos mercados internacionais.

A teoria da “regressão na oferta de trabalho”

A constatação de que a mão de obra utilizada abandonava as empresas logo que obtinha a necessária satisfação das suas aspirações, justifica o aparecimento duma teoria pretensamente científica sobre a oferta do trabalho (“*Backward-bending*” *supply curve of labour*). Esta teoria pretendia demonstrar que a curva da oferta de mão de obra nas zonas subdesenvolvidas não era uma curva de oferta normal, pois, tendo um andamento típico até um dado nível de salários, passaria em seguida a um andamento em sentido contrário para remunerações mais elevadas.

Conclui-se, com base nestas congeminações, que a mão de obra autóctone não tinha um comportamento economicamente racional e que, portanto, não responderia a incentivos de natureza económica.

Surgiu deste modo uma base teórica justificativa⁸⁴ das medidas mais ou menos directamente coercivas que as administrações coloniais tiveram que utilizar em ordem a garantir o funcionamento das unidades de produção estabelecidas.

Em termos económicos o fenómeno apontado “é uma regressão operada na curva de oferta de trabalho - quer dizer, a oferta de trabalho suscitada por um salário mais alto volta para trás a partir de certo ponto e diminui em vez de aumentar com o incremento dos salários. Mas esse comportamento é completamente racional. Quando aquilo que um indivíduo deseja comprar com dinheiro é limitado, quando satisfaz todas estas necessidades, e quando a precisão de poupar dinheiro para necessidades desconhecidas ou ainda não é sentida ou está satisfeita, é perfeitamente compreensível (e economicamente sensato) parar de trabalhar mais cedo e gozar mais repouso quando o salário sobe” (Kamarck 1971).

Temos, aliás, que este fenómeno foi identificado pela primeira vez na Europa Ocidental quando se iniciou o seu processo de industrialização⁸⁵.

Processo de “comercialização” da agricultura de subsistência

A quase ausência de relações mercantis e consequentemente a predominância de economias agrícolas de subsistência era, como já referimos, um dos aspectos característicos das formações sociais pré-capitalistas africanas.

O processo de transformação das economias pré-capitalistas em capitalistas pressupõe uma transição das economias de subsistência em economias mercantis, sendo, portanto, de esperar que a penetração do modo de produção capitalista em África tivesse conduzido à predominância das relações mercantis no interior das formações originadas.

Temos, no entanto, que uma análise da actual situação de agricultura africana, decorridos que são já tantos anos após o início da penetração colonialista, leva-nos à constatação que são ainda as economias agrícolas de subsistência aquelas que predominam. Se bem que, a ausência de elementos estatísticos seguros dificulta uma visão clara do que em África se vem passando nestes últimos decénios quanto à distribuição da produção total de acordo com o seu destino, autoconsumo ou mercado, parece-nos ser correcto afirmar que o autoconsumo representa ainda mais de metade da produção obtida.

É necessário, contudo, referir que por detrás de uma aparente homogeneidade, quanto ao destino da produção nas diferentes regiões africanas, se escondem assimetrias muitas vezes bastante pronunciadas.

Assim, e enquanto para determinadas zonas, a quase totalidade da produção é consumida pelas próprias unidades que a produzem, outras regiões há que, num extremo oposto, dedicam praticamente toda a sua actividade na obtenção de produtos agrícolas que se destinam ao mercado, sobretudo ao mercado externo. Como é natural entre estas duas posições extremas é possível identificar uma série enorme de casos que se encontram em situações intermediárias.

Uma tão pronunciada heterogeneidade de casos deriva como é óbvio de evidentes dessemelhanças quanto à penetração do modo de produção capitalista, penetração esta que é comandada essencialmente pela lógica interna do modo de produção em causa.

Modelos explicativos do aparecimento em África de uma agricultura de mercado

É opinião corrente dos estudiosos da economia do desenvolvimento africano que, o processo de transição da agricultura de subsistência para a agricultura de mercado, é provavelmente a mais importante transformação económica isolada que se está a operar na África de hoje.

Segundo alguns autores Abercombie (1961) Yudelman (1964) e Kamarck (1971) o processo de “comercialização” da agricultura de subsistência caracteriza-se pela sequência de quatro fases principais.

Numa primeira fase, aonde se englobam a quase totalidade das economias africanas pré-coloniais e que hoje em dia é uma fase praticamente inexistente, encontram-se representadas as comunidades e regiões cuja totalidade de produção é utilizada para a sua auto-subsistência.

Numa segunda fase os agricultores, cuja preocupação fundamental, ou mesmo única, continua a ser a de garantirem a subsistência, conseguem, se bem que não intencionalmente, obter em anos agricolamente favoráveis, um pequeno excedente, o qual, quando não existe possibilidade de ser armazenado, vai ser utilizado como objecto de troca⁸⁶.

Numa fase seguinte verifica-se já a introdução deliberada de uma ou outra cultura comercializável não originando, no entanto, esta introdução uma modificação pronunciada na orientação das respectivas empresas agrícolas uma vez que a produção de subsistência continua a ocupar uma posição primordial na actividade das unidades em causa.

Segundo Kamarck (1971) *“a maior parte dos agricultores da África do Sul, do Centro e do Leste e nas regiões de Savanas da África Ocidental, encontra-se nestas duas categorias intermédias”*.

Finalmente numa quarta fase começa a verificar-se a predominância de produção destinada ao mercado, fase esta que corresponde ainda, hoje em dia, a zonas limitadas do Continente Africano. Encontram-se nesta situação principalmente os cultivadores de cacau do Gana e da Nigéria Ocidental e os produtores de cacau e café de algumas das regiões da Costa do Marfim.

H. Myint (1964) considera, por sua vez e no seu modelo sobre o aparecimento de uma agricultura de mercado virada para a exportação, que a expansão da produção de uma agricultura deste tipo pode ser descrita com base em duas fases analiticamente distintas.

Numa primeira fase o autor considera que a “comercialização” (e simultaneamente a “monetarização”) das economias de subsistência, resulta do aparecimento de um número cada vez maior de agricultores que se dedicam à prática de culturas destinadas aos mercados externos sem que, no entanto, se tenham alterado as áreas e as horas de trabalho dedicadas à produção de subsistência.

A complementaridade no interior de uma unidade de produção entre um sector de subsistência e um sector “*comercial*” foi, para Myint, gradualmente destruída por uma “especialização”, em ordem ao mercado, das referidas unidades. Quando a “especialização” atinge o seu termo e, portanto, a totalidade da actividade das unidades de produção passa a incidir exclusivamente sobre as culturas destinadas à exportação, origina-se o conjunto que constitui a segunda fase do modelo proposto por Myint.

É pouco notória a distinção entre os dois modelos anteriormente apontados. As diferenças existentes entre eles são facilmente detectáveis e relacionam-se por um lado, com a não consideração por Myint de uma fase *inicial* de subsistência (total ou quase total), que corresponde às duas primeiras fases do modelo inicialmente apresentado e por outro lado por a segunda fase de Myint se referir a um caso extremo⁸⁷ não identificável com a quarta fase sugerida pelos restantes autores apontados. Assim a primeira fase do modelo de Myint corresponde às terceira e quarta fases do modelo inicialmente apresentado.

É necessário, ainda, referir que os dois tipos de modelos propostos têm originalmente finalidades diferentes. O de Myint pretende explicar o que se terá passado com a expansão da produção do sector tradicional com destino à exportação enquanto que o de Abercombie, Yudelman e Kamarck procura identificar as diferentes fases da transição da agricultura de subsistência para a agricultura de mercado qualquer que seja o mercado (interno ou externo) a que a produção se destina. No entanto não se deve exagerar a distinção entre os referidos modelos com base no critério anterior uma vez que o processo de “comercialização” veri-

ficado nos últimos decénios em formações económicas africanas é predominantemente o que se relaciona com as culturas destinadas aos mercados externos.

As unidades de produção responsáveis pela obtenção de produtos agrícolas exportáveis

A prática de culturas para exportação ocupou desde os primórdios do período colonialista, um lugar de destaque nas relações comerciais estabelecidas entre os países colonizadores e as diferentes regiões colonizadas. A importância que desde logo tal fluxo mercantil representou explica-se facilmente se se considerar que numa fase inicial, (fase esta para a qual, pelo menos teoricamente não existem distinções entre os salários reais praticados nas diferentes regiões em causa), só é possível às economias colonizadas exportar aqueles produtos para os quais se verificam vantagens naturais, produtos esses que são muito especialmente os produtos agrícolas exóticos. É evidente que, as empresas capitalistas dos países colonizadores a quem os produtos em causa interessam mais directamente tenderão a procurar instalar-se, através do estabelecimento de novas empresas, nos próprios locais de produção, em ordem a garantir uma maximização dos seus lucros através de uma integração da totalidade das actividades responsáveis pela obtenção de produtos agrícolas a que se encontram ligadas. Esta instalação só se tornou, no entanto, possível quando, pelas razões já atrás apontadas, tais empresas conseguiram garantir uma oferta regular do trabalho.

Surgiram assim as chamadas plantações, as quais são as responsáveis pela fracção mais importante de produção obtida, nas regiões africanas, com destino nos mercados internacionais. Temos, no entanto, que tal importância variou de região para região, em função de diversos factores, e que se bem que as plantações predominem enquanto origem do conjunto das exportações verificadas não é com certeza de desprezar o papel desempenhado pela agricultura tradicional na expansão das referidas culturas. Esta expansão apresenta-se, na realidade, como bastante importante, e mesmo nalguns casos como espetacular, para algumas regiões Asiáticas e Africanas. Assim e de acordo com Myint (1964

e 1965) tanto o Sudeste Asiático como a África Ocidental foram palco de uma oferta para os mercados externos, por parte do sector agrícola tradicional, cuja curva de crescimento mantém, durante quase três décadas, uma taxa média de cerca de 5% ao ano, a qual se originou sem que para tal se tivessem verificado reduções significativas nas produções obtidas para as culturas de subsistência. Assim e por exemplo, tomando 1870 como ano base, o valor da exportação de arroz produzido pelos sectores tradicionais do Burina e da Tailândia aumentou de cerca de 10 a 13 vezes até 1913 e de cerca de 20 vezes até à altura da “Grande Depressão”.

Do mesmo modo a exportação de cacau do Gana, originada pela agricultura tradicional, sofreu um aumento da ordem das 13 vezes durante o período de 1913 a 1953.

Para idêntico período a Nigéria viu aumentada de cerca de 7 vezes algumas das suas produções agrícolas exportáveis.

Diferenças de funcionamento entre as unidades de produção consideradas

Uma comparação entre a actividade das plantações capitalistas e a forma como o sector tradicional funcionou em ordem à obtenção de uma tão rápida expansão na produção, permite-nos verificar que contrariamente ao que acontece com as empresas alóctones o esforço despendido pelas unidades autóctones assentou numa utilização quase exclusiva dos recursos económicos disponíveis nas regiões em causa.

Nesta perspectiva, as principais diferenças que só podem apontar, entre os dois tipos de unidades de produção referidos são, de acordo com Myint (1964) as três seguintes.

A quase totalidade das disponibilidades em capital das empresas capitalistas alóctones resulta de investimentos provenientes dos países colonialistas, assumindo os referidos investimentos fundamentalmente a forma de capital fixo. Em contraste com esta situação verifica-se que, pelo menos, numa fase inicial de actividade, a qual como veremos se prolongou por um período relativamente

longo, as unidades agrícolas autóctones foram praticamente “autossuficientes” quanto às necessidades em capital. Estas necessidades raramente tomam a forma de capital fixo, mas antes, essencialmente, a forma de “capital circulante”, o qual consiste quase exclusivamente num “fundo substancial” de alimentos e bens de consumo suficientes para garantir a sobrevivência da família dos agricultores até à época das colheitas.

Enquanto que as plantações surgiram como empresas cuja actividade assenta numa utilização de processos tecnológicos e de organização económica (tanto ao nível de produção como de comercialização), características do período industrial, o sector tradicional utiliza para a obtenção de produtos exportáveis processos de actuação que resultam de uma extensão da actividade de subsistência. Se tal facto pode não parecer estranho em relação às culturas já anteriormente praticadas (por exemplo o caso do arroz produzido no Sudeste Asiático para exportação), já nos surge como menos perceptível nos casos que se referem à introdução de novas culturas anteriormente desconhecidas. Acontece, no entanto, que parece precisamente ter sido esta possibilidade de prática de novas culturas segundo processos tecnológicos pouco diferentes dos já então utilizados e sobretudo a complementaridade conseguida entre agricultura de mercado e agricultura de subsistência, um dos factores que melhor explica uma tão rápida resposta, por parte do sector tradicional aos incentivos económicos que as culturas exportáveis representavam⁸⁸.

Finalmente, enquanto que o sector agrícola autóctone recorre habitualmente a uma mão de obra não qualificada proveniente de outras regiões que não aquela em que se encontra instalado, as unidades de produção autóctones utilizam quase exclusivamente mão de obra familiar. O sector tradicional caracterizando-se por unidades de produção relativamente pequenas não necessita de recorrer à utilização de mão-de-obra assalariada a não ser algumas vezes em certos períodos do ponta.

Interessa, no entanto, referir que com o processo de constituição daquilo a que Samir Amin (1970 e 1972) designou pior capitalismo agrário africano, as unidades de produção autóctones tendem a utilizar posteriormente mão-de-obra assalariada.

Condições necessárias ao aparecimento de um sector agrícola tradicional com rápidos crescimentos de produção

Uma análise, mesmo superficial, do ritmo de crescimento da produtividade agrícola para as diferentes regiões africanas⁸⁹ permite-nos constatar que as taxas médias habitualmente apresentadas não são mais do que valores não significativos obtidos a partir da consideração conjunta de imensas regiões em estagnação, algumas vezes mesmo em regressão, e de zonas limitadas que se caracterizam por ritmos de crescimento relativamente elevados.

Estas últimas zonas correspondem precisamente às economias agrícolas tradicionais ligadas ao sector de exportação, cuja rápida expansão da produção, na primeira metade do século XX, temos vindo a analisar.

É evidente que se torna de importância extrema uma tentativa de análise das condições susceptíveis de terem determinado o aparecimento de tais crescimentos localizados⁹⁰.

As condições que passaremos a analisar são genericamente as seguintes:

- estabelecimento de relações características de um sistema de economia de tráfico;
- existência de sociedades tradicionais com um nível adequado de hierarquização sociopolítica;
- existência de valores médios de pressão demográfica;
- existência de condições edafo-climáticas favoráveis à prática de culturas “ricas”;
- existência de uma orientação político-administrativa não desfavorável a um processo de crescimento espontâneo da agricultura tradicional.

Estabelecimento de relações características de um sistema de economia de tráfico

Dois factores básicos tornam-se necessários para que se verifique o estabelecimento das referidas relações de tráfico. Em primeiro lugar a realização de melhoramentos no sector dos transportes e comunicações, melhoramentos esses que tornaram possível o estabelecimento de contactos com regiões originariamente isoladas. Em segundo lugar a instalação de unidades de exportação-importação as quais através de comerciantes localizados nas regiões contactadas desempenham um papel fundamental no estabelecimento de ligações entre o sector agrícola tradicional e os mercados internacionais.

Não se torna, em nosso ver, necessário aprofundar a importância que as melhorias operadas no sector dos transportes e comunicações terá desempenhado no acelerar do processo de “comercialização” das economias de subsistência, já que tal importância é por demais evidente para que seja necessário perder tempo em demonstrá-la.

Já o aparecimento de unidades de exportação-importação e sobretudo as relações características que se estabelecem entre os indivíduos que as representam localmente e os agricultores que começam a praticar culturas com destino ao mercado, nos merece necessariamente bastante mais atenção. Como anteriormente referimos estas relações estabelecidas são características de um sistema de economia agrícola que habitualmente se designa por agricultura do tráfico. De acordo com Badouin, poderemos dizer que *“le système d’économie de traite est celui qui met en presence un cultivateur dont la participation à l’échange n’a pas modifié les habitudes qu’il possède en tant que producteur et un commerçant (le traitant) qui doit être polyvalent et bien inséré dans la vie villageoise”*. (Badouin 1971)⁹¹.

Elementos constituintes de uma economia de tráfico

São, habitualmente, três os elementos apontados como constituintes de uma economia de tráfico: a natureza e a origem dos bens que são sujeitos a ope-

rações de troca; a polivalência do comerciante; o comportamento dos produtores agrícolas e da combinação ou da sobreposição destes diferentes elementos que resultam as relações específicas aos sistemas de tráfico.

As relações de tráfico exprimem-se relativamente aos bens transaccionados pela existência de dois tipos de oposição: por um lado tal oposição resulta de uma transação entre produtos agrícolas brutos e mercadorias de origem industrial; por outro lado uma segunda oposição refere-se a uma troca entre produtos agrícolas de origem local e bens industriais de proveniência estrangeira⁹².

As diferentes transacções realizadas entre bens de natureza e origem distintas são resultado da actividade de um tipo particular de comerciante, o “traficante”, o qual exerce as suas funções em colaboração com as sociedades comerciais de exportação-importação às quais serve de intermediário, indispensável, no interior das comunidades tradicionais.

Pode-se afirmar que o comerciante ou “traficante” é a personagem central de um sistema de relações do tipo analisado, já que é a sua actividade que determina o funcionamento do sistema. A característica fundamental deste tipo de comerciante é, sem qualquer dúvida, à sua polivalência. A função central por ele desempenhada relaciona-se com a compra das produções obtidas localmente e com a oferta de bens importados (ou não) que são considerados pelos agricultores indispensáveis quer ao exercício da sua actividade quer para consumo seu e dos seus familiares. O que é fundamental neste tipo de relações comerciais é que não existe qualquer especialização entre o comércio de compra e de venda pois ambas as operações se encontram inteiramente associadas uma à outra. Na realidade se a compra de produtos agrícolas é uma operação básica para o desenvolvimento das relações mercantis no interior das economias de subsistência, a oferta de mercadorias é, muito provavelmente, uma função ainda mais importante que a anterior pois é ela que vai estimular, a maioria das vezes, os agricultores a dedicarem cada vez maior parte da sua terra e do seu esforço na obtenção de produtos cuja venda seja suscetível de permitir a satisfação das necessidades despertas por tal oferta.

A actividade dos comerciantes não se limita, no entanto, à realização de operações comerciais pois eles desempenham funções de armazenamento e trans-

porte quer dos produtos que adquire para venda aos agricultores quer daqueles que compra à agricultura local e que se destinam, na maior parte dos casos, à exportação.

Também as íntimas relações mercantis que se estabelecem entre comerciantes e produtores as quais se relacionam como vimos com a totalidade dos produtos que o agricultor produz ou consome, conduz inevitavelmente, (face às dificuldades a que a passo e passo uma agricultura ainda quase de subsistência enfrenta ao iniciar-se no processo de “comercialização”), ao estabelecimento de uma actividade “bancária” que entronca também na pessoa do comerciante.

Temos, pois, que a actividade do comerciante se exprime através de um conjunto de funções acumuladas num único indivíduo, acumulação (ou polivalência) esta que resulta não de um simples acaso, mas antes de uma necessidade.

Sendo o volume das operações de compra e o das de venda relativamente reduzido não é possível ao comerciante atingir um nível, quer de actividades, quer de rendimento, que seja suficiente para garantir a cobertura do risco inerente à sua profissão a não ser quando ele controla simultaneamente a totalidade das funções referidas. Nesta perspectiva as operações de transporte e as operações “bancárias” situam-se no prolongamento da actividade especificamente comercial, completando-a.

É evidente que a referida polivalência exige qualidades especiais por parte dos comerciantes em questão, as quais se relacionam por um lado com a necessidade de estarem inseridos no interior das comunidades tradicionais o que torna a sua vida necessariamente árdua e penosa e por outro lado com a necessidade de ter uma nítida aptidão para a actividade comercial, a qual (aptidão) se justifica face a heterogeneidade de tarefas a que se tem que dedicar. A conjugação das referidas qualidades nem sempre se apresentou como tarefa fácil o que originou o aparecimento de grupos de indivíduos alóctones perfeitamente definidos os quais se distribuíram pelas diferentes regiões aonde se verificou o aparecimento de uma agricultura de tráfico. Em relação ao Continente Africano podem-se referir os seguintes diferentes grupos de comerciantes de acordo com a sua origem e localização: os libaneses e os sírios estabeleceram-se na África Ocidental, os gregos e portugueses preferiram a África Equatorial e Meridional

e os chineses, indianos e paquistaneses tomaram posições principalmente na África Oriental e em Madagáscar.

A quase ausência de “traficantes” autóctones nas regiões africanas encontra a sua explicação na inexistência quase absoluta de grandes civilizações urbanas pré-coloniais o que determinou que os comerciantes tradicionais existentes mais não fossem do que simples prolongamento do grande comércio árabe. Deste modo é natural que com a criação de cidades, já durante o período colonial, as várias funções comerciais tenham, mesmo para as suas formas mais subalternas, sido ocupadas por grupos alóctones. Mesmo em relação às regiões aonde os grupos populacionais autóctones se caracterizavam por uma forte tradição “comercial” a penetração europeia conduziu muito naturalmente, por apropriação e controle das “linhas” de tráfico mais importantes, à entrega a grupos alóctones das tarefas tradicionalmente realizadas por determinados sectores das comunidades tradicionais⁹³.

Se o comerciante ou “traficante” é o elemento central de uma economia de tráfico é preciso, no entanto, não esquecer que o outro elemento atrás referido, o comportamento dos produtores agrícolas, se apresenta como fundamental para a estabilização de um sistema do tipo referido. Na realidade, a manutenção de uma agricultura resulta fundamentalmente da dificuldade que o agricultor encontra em modificar o seu sistema de produção e por conseguinte em alcançar aumentos no volume das suas produções. Se tais aumentos se realizassem é muito possível que importantes modificações se verificassem quanto ao funcionamento específico de uma economia de tráfico. Em primeiro lugar, um acréscimo no volume das transações permitiria ao comerciante actuar com base em margens comerciais unitárias mais reduzidas, o que seria com certeza um primeiro passo no sentido de uma certa especialização na realização de determinadas operações comerciais. Em segundo lugar um volume maior de produção contribuiria com certeza para a “libertação” dos agricultores face às necessidades de crédito. Na medida em que as disponibilidades em produtos alimentares aumentam e em que se incrementam os rendimentos obtidos, o agricultor passará, muito naturalmente, a deixar de sentir a necessidade de soli-

citar crédito ao comerciante o que com certeza determinará transformações nas relações mercantis existentes.

É necessário, no entanto, referir que a possibilidade que os agricultores têm de modificarem as suas condições de produção, em ordem à obtenção de produções mais elevadas, se encontra sobretudo limitada pela posição subalterna que ocupam no interior do sistema de economia de tráfico. São a sua dependência e endividamento, que permitindo uma apropriação dos excedentes pelo comerciante, os factores que, mais fortemente condicionam o crescimento de produtividade da agricultura em causa, o que funciona como é natural como mecanismo impeditivo do acesso a formas de economia agrícola assentes em relações mercantis mais adequadas ao desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas.

Funcionamento de uma economia de tráfico

A possibilidade de transformação de um sistema de economia de tráfico num outro tipo mais evoluído de agricultura de mercado apresenta-se como um dos problemas de mais difícil resolução para muitas das regiões africanas. A complexidade inerente ao referido problema resulta muito especialmente da natureza ambígua das relações que se estabelecem entre comerciante e agricultores.

Na realidade e se bem que, fundamentalmente, as relações estabelecidas sejam relações de dominação e exploração por parte do comerciante e de dependência por parte dos produtores agrícolas tradicionais é necessário não esquecer que o exercício de tais relações cria um clima de solidariedade que assume muitas vezes manifestações de entreatajuda que se situam para além do campo relativo às relações de troca. A razão de ser desta solidariedade reside certamente no facto da actividade do comerciante só se justificar em função da existência dos agricultores o que o leva muito naturalmente a refrear as suas ambições. Um retrocesso da agricultura tradicional a formas de subsistência pura originária, como é obvio, um termo na actividade dos comerciantes. É necessário de qualquer modo referir que um retrocesso des-

te tipo se torna gradualmente menos possível face à dependência cada vez maior em que os agricultores se vão colocando face ao comerciante.

Esta dependência resulta de um determinado número de operações que caracterizam o funcionamento de uma agricultura de tráfico. O conjunto destas operações pode-se sintetizar do seguinte modo: o comerciante compra na altura das colheitas (período de maior oferta) a preços baixos produtos, alimentares, obtidos pela agricultura local, que revende em altura determinada do ano (períodos de fraca oferta) sob a forma de “avanços” em bens de consumo ou de produção, “avanços” esses (correspondentes a preços necessariamente mais elevados) que serão reembolsados, em natureza, no final de campanha pela cedência de uma quantidade determinada de produtos alimentares ou de produção destinados à exportação⁹⁴.

Uma análise das transações anteriormente apontadas através de uma comparação entre as quantidades de bens (de consumo ou produção) fornecidas pelo comerciante e as quantidades de produtos agrícolas por este recebidas como reembolso dos “avanços” fornecidos, conduz com certeza à verificação da existência de uma actividade económica assente em taxas de juro elevadíssimas, de carácter nitidamente usurário. Se por um lado tais taxas de juro se explicam pelo fraco montante das transações verificadas e pelos elevados riscos corridos pelo comerciante enquanto “fornecedor” de crédito, a sua completa justificação só se torna possível se considerarmos o carácter monopolista das relações que cada comerciante estabelece com um relativamente elevado número de agricultores que com ele se encontram relacionados.

São, portanto, estes em linhas gerais os mecanismos responsáveis pela apropriação por parte dos comerciantes da maioria dos excedentes resultantes da actividade dos agricultores.

A verificação da importância, por nós já apontada, que os excedentes (efectivos ou potenciais) têm no desencadeamento do processo de crescimento da produtividade agrícola, faz realçar as dificuldades de desenvolvimento de uma agricultura de tráfico. Estas dificuldades tornam-se ainda mais evidentes se con-

siderarmos que a quase totalidade dos rendimentos concentrados nas mãos dos comerciantes ou “traficantes” não se destinam na sua quase totalidade ao financiamento de investimentos produtivos nas regiões em causa já que a grande maioria é canalizada quer para os países de origem dos referidos comerciantes quer para a realização de investimentos pouco ou nada produtivos nos centros populacionais mais próximos.

Existência de sociedades tradicionais com um nível adequado de hierarquização sociopolítica

Para além da condição anteriormente analisada, indispensável à verificação de uma resposta dos agricultores aos incentivos económicos com que são confrontados, importa, agora, estudar quais as condições que permitiram que tal resposta fosse nalguns casos extremamente favorável enquanto que noutros casos se apresentasse com resultados nulos ou mesmo negativos. A primeira das referidas condições⁹⁵ parece ser a existência de uma sociedade tradicional suficientemente hierarquizada pois só nestas circunstâncias se torna possível aos grupos que assumem a autoridade tradicional disporem do poder suficiente para se apropriarem de importantes parcelas das terras tribais ou comunais.

Foi deste modo que os chefes tradicionais do Gana, da Nigéria, da Costa do Marfim e do Uganda conseguiram criar uma economia de plantação praticamente inexistente para a maioria das regiões ocupadas por outros povos Bantu, social e politicamente não tão hierarquizados.

Também e por sua vez a existência em determinadas regiões de formações pré-capitalistas do tipo “semifeudal”, características da savana islamizada, formações estas de diferenciação hierárquica mais fortemente acentuada, não determinaram na quase totalidade dos casos sistemas de economia agrícola tão dinâmicos como os relativos ao caso anteriormente apontado na medida em que impediram o desenvolvimento de uma burguesia rural africana. Na realidade estas formas latifundiárias foram o obstáculo principal ao progresso da agricultura nas referidas regiões, uma vez que a situação de monopólio em que

se encontravam os grandes proprietários não exigia da sua parte qualquer esforço continuado de modernização em ordem à conservação dos seus privilégios económicos.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que para o caso Africano se tem verificado que um capitalismo agrário assente na propriedade familiar (com dimensão suficiente para poder originar um modo de produção capitalista, isto é, de poder recorrer à utilização de mão-de-obra assalariada) é potencialmente mais dinâmico que um capitalismo latifundiário resultante da transformação da grande propriedade pré-capitalista do tipo “semifeudal”.

Existência de valores médios de pressão demográfica

Uma outra condição resultante da análise comparativa, refere-se à existência de valores de pressão demográfica correspondentes a densidades populacionais médias da ordem dos 10 a 30 habitantes por km².

A existência de fracas pressões demográficas conduzindo à prática de sistemas de agricultura itinerante de pousios muito longos não permite com certeza o aparecimento de relações mercantis no interior das comunidades em causa. Na realidade um sistema de exploração da terra do tipo referido, conduz como já indicámos à dispersão e isolamento das comunidades o que torna praticamente impossível ou pelo menos economicamente não viável o estabelecimento de relações mercantis estáveis.

Quando as pressões demográficas exercidas são demasiadamente elevadas a situação que se cria, também não é suscetível de conduzir a uma resposta favorável por parte dos agricultores, quanto ao estabelecimento de novas relações mercantis do tipo analisado. Tal facto resulta fundamentalmente da quase inexistência de excedentes em terra e trabalho que pudessem ser utilizados na prática de culturas destinadas ao mercado já que as condições de pressão demográfica são tais que os agricultores se veem obrigados a uma utilização intensiva dos factores terra e trabalho disponíveis para produzirem os bens indispensáveis à sua subsistência. A recusa por

parte destes produtores agrícolas de substituírem uma parte das culturas de subsistência praticadas pela introdução de novas culturas destinadas aos mercados parece-nos ser perfeitamente justificável e economicamente racional se atendermos ao elevadíssimo risco que tal decisão acarretaria face aos condicionalismos de toda a ordem que influem sobre a actividade agrícola das regiões em causa⁹⁶.

Temos, portanto, e por exclusão de partes, que uma resposta favorável aos incentivos económicos descritos só se poderia verificar para valores de pressão demográfica médios, uma vez que só nessas condições é possível aos agricultores aderirem rapidamente a um processo de “comercialização” sem que tal os obrigue a correr riscos exagerados. Na realidade para tais níveis populacionais podem as unidades de produção encontrar-se ainda numa situação de utilização extensiva das áreas disponíveis e podem contar com a existência de excedentes potenciais em mão-de-obra capazes de ser utilizados numa intensificação de actividade agrícola pela introdução de culturas de mercado, intensificação essa que se fará, como vimos, com base nas tecnologias já até então utilizadas e sem que se torne necessário reduzir a produção de subsistência.

A pressão demográfica não é necessariamente, portanto, um obstáculo ao progresso de produtividade, como uma análise muito superficial, (tantas vezes realizada e que consiste em dividir o crescimento de produção pelo da população e em dizer que se o segundo fosse mais fraco o crescimento da produção per capita teria sido mais elevado), sugere. Tal como havíamos afirmado, ao analisarmos as relações entre a situação demográfica e a produção agrícola, a existência de pressões demográficas caracterizadas por crescimentos populacionais regulares é factor determinante na intensificação e progresso de produtividade da agricultura tradicional. São, aliás, neste sentido que devem ser entendidas as conclusões sugeridas pelo ensaio de Esther Boserup a que recorreremos na análise que apresentamos sobre a problemática em causa. Estas conclusões são precisamente realçadas por Nicholas Kaldor nas considerações com que apresenta o ensaio referido: *“Her main thesis is that, contrary to the prevailing view, primitive communities with a sustained population growth have a better chance of getting into a process of genuine economic development than primitive communities with*

stagnant or declining populations. As she herself emphasizes however, this thesis is subject to qualifications: it may not be true of communities with a very high rate of population growth which are already densely peopled, and which are unable to undertake the investment necessary for introducing still more intensive methods of agricultural cultivation” (Boserup 1965).

Existência de condições edafo-climáticas favoráveis à prática de culturas “ricas”

Uma outra condição que torna possível os crescimentos localizados referidos, relaciona-se com a possibilidade de se praticarem culturas capazes de garantir quer por hectare, quer por unidade de trabalho e desde um primeiro estágio da sua introdução, rendimentos suficientemente elevados. O nível de rendimento a obter deve por um lado relacionar-se com a utilização de tecnologias pouco “evoluídas” e com uma agricultura de tipo extensivo e por outro lado deve ser suficiente para “remunerar” os acréscimos de trabalho que a introdução de novas culturas ou os aumentos de produção das já existentes, determinam.

Em todo o processo de intensificação da produção, quer em relação a culturas já conhecidas, quer em relação aquelas, cuja introdução tem origem na procura suscitada pelos mercados internacionais, assenta na comparação, por parte dos agricultores envolvidos em tal processo, entre a não utilidade do trabalho adicional necessário à obtenção de dinheiro e a utilidade dos bens e serviços que esse mesmo dinheiro permite adquirir.

Dada a importância assumida pelo nível de “remuneração” por unidade de trabalho que uma determinada cultura é capaz de originar e dada também a já apontada importância das operações de venda de bens e serviços aos agricultores por parte dos comerciantes ou “traficantes”.

Nesta perspectiva torna-se perfeitamente compreensível que uma cultura “rica” seja suscetível de garantir através do rendimento que origina e da maior quantidade de bens e serviços que permite obter, uma maior utilidade para o trabalho adicional a que obriga, do que uma outra cultura de menor rendabili-

dade. É, portanto, natural que culturas como o café e o cacau tenham sido capazes de suscitar uma resposta muito mais favorável, por parte da agricultura tradicional, do que culturas menos ricas como o algodão e de uma maneira geral todas as culturas destinadas aos mercados internos.

É também de acordo com as considerações anteriormente apresentadas que pode ser compreendida a recusa do sector de subsistência à prática de determinadas culturas “pobres”. Esta recusa ou pelo menos as enormes dificuldades de expansão das produções em causa explicam-se, portanto, por as “remunerações” que tais produções determinam não serem compensadoras face aos acréscimos de esforço que exigem em relação ao ritmo de trabalho a que as populações se encontravam inicialmente sujeitas.

Face a esta recusa as administrações coloniais viram-se na necessidade de empregar medidas “extraeconómicas” das quais a principal foi a da criação de campos de culturas obrigatórios. Deste modo, torna-se, também, fácil de perceber que quando se verifica o enfraquecimento das forças administrativas responsáveis por tais imposições se assiste ao abandono de tais culturas em proveito da agricultura de subsistência. Em relação a este processo Samir Amin afirma: *“qualifier de régression cet abandon est superficiel puisque la rationalité est ici du cote des paysans et non de l'Administration qui veut imposer des cultures non economiques”*. (Amin 1972).

Existência de uma orientação político-administrativa não desfavorável a um processo de crescimento espontâneo da agricultura tradicional

Finalmente uma outra condição exige que as autoridades político-administrativas não tenham “bloqueado” a possibilidade de verificação de um crescimento agrícola do tipo que temos vindo a referir, o qual se liga como apontámos com o aparecimento de um capitalismo agrário assente na propriedade familiar. Deste modo, a criação de condições favoráveis a uma apropriação privada do solo, ao estabelecimento de um mercado de trabalho livre e ao fornecimento de um crédito agrícola individual, desempenhou um papel bastante importante

no aparecimento de uma burguesia rural autóctone. É verdade que a aplicação desta e de outras medidas de política agrária nem sempre conduziram a resultados favoráveis, pois muitas vezes foram utilizadas sem que para tal existissem as condições necessárias à obtenção dos fins em vista. Assim e embora a posse individual da terra tenha sido considerada por quase todas as administrações coloniais e pelos governos dos países africanos recém-independentes uma mudança fundamental e tendo estes intervindo no sentido de a tornar possível verificou-se que, para muitas regiões, esta intervenção não teve quaisquer resultados positivos enquanto que para outras quase que nem sequer foi necessário contar com a actuação governamental. Segundo Kamarck e de acordo com o que havíamos anteriormente sugerido “a Missão de Estudos Económicos do Banco Mundial no Uganda identificou as seguintes principais précondições necessárias (à passagem para a posse individual da terra): densidade de população relativamente grande; utilização da terra para culturas destinadas ao mercado e daqui a atribuição de valor monetário à terra; e um aumento dos litígios relativos a direitos de propriedade, que mostre que estes estão a adquirir valor cada vez maior”. (Kamarck, 1971). É extremamente importante referir que quando a mudança de sistema de posse da terra teve que ser programada e aplicada segundo uma política de “colonização” ela só teve êxito quando veio ao encontro dos desejos das populações. Enquanto que, por exemplo, o plano Swynerton, do Quénia, iniciado em 1954, obteve resultados positivos na medida em que veio ao encontro de um movimento de repartição de terras iniciado pelos homens mais novos da tribo Kipsigis movimento este de desafio aos anciões, já os “*paysannats*”⁹⁷ criados pela administração belga tiveram, pelo paternalismo que lhes estava subjacente⁹⁸, papel negativo bloqueando o desenvolvimento de um capitalismo agrário em algumas das regiões do Congo. A acção negativa das referidas realizações parece ser de absoluta evidência, uma vez que quando com a independência do Congo, se verificou o seu desaparecimento, se assistiu a um rápido crescimento de uma burguesia rural. De acordo com Samir Amin: “*En 6 ans, 1960 à 1966, la production vivrière commercialisée du Bas-Congo a été multipliée par 4. A signaler que pour la première fois, a une grande échelle, le processus de développement capitaliste est fondé non sur des cultures d’exportation, mais*

sur des cultures vivrières stimulées par la demande de Kinshasa” (Amin 1972). É necessário acrescentar que o autor aponta uma outra condição que terá operado no referido caso, condição esta que se refere com a possibilidade de obtenção, em grande escala, de mão de obra, estrangeira à etnia. Esta condição que se refere à utilização de mão de obra angolana enquadra-se naquilo que atrás referimos quanto à necessidade, para a verificação de um crescimento agrícola, da existência de valores médios de pressão demográfica⁹⁹.

Uma outra medida característica do tipo de condição que estamos a analisar foi, sem qualquer dúvida, o papel desempenhado pela abolição, em 1950, do trabalho forçado nas colónias francesas. Uma reivindicação do estabelecimento de condições de mercado de trabalho “livre” permitiu, por exemplo, aos agricultores da Costa do Marfim obter um fluxo importante de mão-de-obra imigrante, até então retida pelas plantações europeias com base num recrutamento forçado.

Alguns outros exemplos relativos ao caso africano, poderiam ser referidos. Talvez mesmo a sua apresentação nos permitisse delimitar melhor as situações para as quais determinadas medidas de política e planeamento agrícolas terão resultados positivos e para as quais elas não são indicadas. Deixemos, no entanto, essa análise para quando procurarmos detectar as condições susceptíveis de favorecer a transformação da agricultura tradicional. Neste momento, pretendíamos unicamente sugerir que tendo as intervenções governamentais possibilitado, em alguns casos, o aparecimento de crescimentos agrícolas apreciavelmente dinâmicos, esta possibilidade resultou segundo nos parece, por um lado, de uma actuação não paternalista capaz de ir ao encontro dos interesses e aspirações dos agricultores e, por outro lado, de as orientações adaptadas terem convergido com as restantes condições apontadas como necessárias.

Limites inerentes a um crescimento económico assente em actividades produtivas ligadas à exportação

Do que até este momento referimos, sobre o processo de “comercialização” da agricultura de subsistência, sobressai a nítida correlação existente entre tal processo e a expansão da produção agrícola com destino aos mercados externos. Esta correlação representa, aliás, um dos aspectos característicos de evolução económica sofrida pelas regiões do chamado Terceiro Mundo, face à penetração do modo de produção capitalista.

A longo prazo a referida distorção no sentido das actividades ligadas à exportação constitui um factor de “bloqueio” - pelo menos relativo - de um tipo de crescimento, aliás, dependente e limitado, o único possível para uma região cuja economia se apoia fundamentalmente na produção (ou extracção) de produtos com destino aos mercados externos.

Estimativas de organismos internacionais indicam como necessário para o desenvolvimento das regiões subdesenvolvidas a obtenção, para o próximo decénio, de taxas anuais de crescimento económico da ordem dos 6%. Como o “desenvolvimento” de uma região com base em produtos exportados exige, para que a taxa referida seja alcançada, um fluxo de importações de pelo menos 7 a 8% ao ano e considerando o refluxo de juros e lucros que os investimentos estrangeiros originam, só nos parece possível que os crescimentos previstos se realizem, em relação às regiões em causa, para valores de exportação que cresçam a ritmos de pelo menos 12%.

A experiência africana pode-nos, aliás, elucidar sobre os referidos aspectos. Segundo as séries estatísticas apresentadas pelo documento ONU-CEA (1969), as melhores taxas de crescimento da exportação, para o período de 1960/70 e para o continente africano, referentes a valores anuais compreendidos entre 11,6 e 6,3%, corresponderam taxas de crescimento anuais situadas entre 3,1 e 4,4%, isto é, valores que pouco mais vão além de 1/3 dos relativos aos produtos exportados. Se esta proporção se mantiver, o valor de 12% inicialmente apresentado não seria suficiente para garantir os ritmos de crescimento pretendidos, tendo então que se considerar, como necessárias, taxas anuais de aumento das

exportações que não se situariam muito aquém dos 18%. Este valor é, como facilmente se compreende, absolutamente impossível de ser alcançado pois, mesmo que uma oferta de produtos primários pudesse atingir esse ritmo, a procura desses produtos, no mercado mundial, não é susceptível de acompanhar tais aumentos de oferta.

Na realidade as necessidades dos países desenvolvidos em matérias primas (agrícolas e/ou não agrícolas) provenientes das regiões subdesenvolvidas seguem, na melhor das hipóteses, o ritmo de crescimento médio geral das regiões ditas “evoluídas”. É evidente que esta afirmação é verdadeira para a média do conjunto dos produtos exportados pelos países subdesenvolvidos e não para cada um dos produtos de base considerado isoladamente nos diferentes períodos de desenvolvimento dos países “evoluídos”.

Nesta perspectiva, verifica-se que o ritmo de crescimento das regiões subdesenvolvidas está intimamente dependente do ritmo de crescimento alcançado pelos países desenvolvidos. Esta relação é tanto mais directa e imediata quanto menor for a gama de produtos exportados, quanto melhor for a proporção representada por determinado produto no conjunto das exportações realizadas e quanto mais reduzido for o número de países desenvolvidos a que se destinam os produtos de base exportados.

A História do “Terceiro Mundo” deixou na sua geografia marcas bem visíveis deste tipo de dependência estrutural. Uma determinada região, que para um dado período conheceu uma situação de prosperidade na medida em que o(s) produto(s) que exportava interessavam às regiões desenvolvidas, pode cair rápida e irremediavelmente numa situação de estagnação, sempre que por quaisquer razões tais países ou passem a adquirir o mesmo produto noutras regiões ou substituam o produto inicialmente procurado por outro ou outros que se tornem a seus olhos de maior interesse. Esta situação é sobretudo grave em relação aos produtos agrícolas, na medida em que para estes produtos a adaptação da oferta a uma nova procura é, como é evidente, extremamente difícil e morosa, sendo mesmo impossível.

Reportando-nos ao sector agrícola e de acordo com o que temos vindo a referir é-nos possível afirmar que o tipo de crescimento de produtividade agrícola

anteriormente analisado, o qual se refere à criação de um capitalismo agrário assente em produtos com destino aos mercados externos, é uma hipótese de crescimento necessariamente limitada. Esta limitação, que resulta duma dependência quase absoluta em relação ao mercado mundial, não depende, aliás, somente da saturação da procura dos produtos agrícolas exportados pelas regiões subdesenvolvidas ou de desinteresse mais ou menos repentino dessa procura, mas também, e muito especialmente, da existência de uma continua deterioração das razões de troca¹⁰⁰ entre regiões.

O efeito “bloqueador” desempenhado pela deterioração das razões de troca, sobre o desenvolvimento económico das regiões subdesenvolvidas, pode ser compreendido em função dos aspectos seguintes:

- ritmos de crescimento considerados indispensáveis a um desenvolvimento acelerado das regiões subdesenvolvidas, com uma orientação quase exclusiva da produção no sentido da exportação, obrigam a taxas anuais de importações necessariamente superiores às taxas de crescimento a alcançar;
- um crescimento económico continuado e duradouro exigindo, para as economias em causa, volumes de importação crescentes obriga também a volumes de exportação de produtos de base com, pelo menos, igual ritmo de crescimento, obrigando mesmo, para a maioria dos casos, a taxas de exportação superiores às de importação, exigência essa que resulta do refluxo de juros e lucros originados pelos investimentos estrangeiros nas regiões consideradas;
- exprimindo-se as razões de troca pela quantidade de bens de equipamento que é possível adquirir com uma unidade de produtos exportados, uma deterioração de tal relação, motivada pelas alterações nos preços relativos dos produtos transaccionados, representa uma diferença cada vez maior entre a quantidade de produtos exportados e a quantidade de bens de equipamento, cujas exportações realizadas permitem “realmente” pagar;
- estes aumentos de exportação a que uma deterioração nas razões de troca obriga, tornam-se a partir de certo ponto praticamente impossíveis de serem

obtidos, uma vez que a procura de produtos de base por parte das regiões desenvolvidas, como já referimos, é necessariamente limitada.

A importância da deterioração nas “razões de troca torna-se mais directamente perceptível se se verificar que, de acordo com Paul Bairoch (1970), esta deterioração atingiu valores da ordem dos 10% a partir de 1954 e para a totalidade do comércio externo do “Terceiro Mundo” e que ela foi, muito provavelmente, superior a este valor para o comércio de produtos agrícolas verificado em igual período de tempo e para as regiões em causa.

O bloqueio ao desenvolvimento de uma região, originado pela distorção da actividade produtiva no sentido dos mercados externos, não é, pelo menos teoricamente, impossível de ser ultrapassado. Esta afirmação põe em causa a validade das explicações apresentadas por alguns autores em termos de “círculos viciosos” do subdesenvolvimento.

Pretende-se demonstrar, com base em tais elaborações teóricas, a impossibilidade de um desenvolvimento independente e “autocentrado”, isto é, um desenvolvimento autónomo de investimentos estrangeiros e não orientado prioritariamente para a produção com destino aos mercados externos¹⁰¹.

É claro que a possibilidade de ultrapassar a situação descrita pelos “círculos viciosos” do subdesenvolvimento é uma possibilidade que, dependendo de uma orientação maciça dos excedentes económicos nacionais no sentido da criação do seu próprio mercado ou no alargamento do mercado interno já existente, obrigaria, tal como já referimos, a uma ruptura com o mercado mundial e com a regra de rentabilidade económica¹⁰² dos países desenvolvidos. Na realidade, se a longo prazo se pode considerar que um desenvolvimento autónomo dos países subdesenvolvidos originaria novos mercados à produção de bens de equipamento dos centros “evoluídos”, acontece que a curto prazo, verificando-se uma reorientação dos investimentos no sentido dos mercados locais, e, portanto, também prejuízo para os actuais fornecedores de bens de consumo e produção, a atitude dos países fornecedores será necessariamente contrária a tal evolução. A capacidade de “bloqueio” destes países dependerá do grau de dependência política, económica e financeira em que as regiões subdesenvolvidas se encontram em relação aos países em causa.

Processo de “monetização” das economias tradicionais

A transformação de uma economia pré-capitalista numa outra caracterizada pela dominância do modo de produção capitalista pressupõe obrigatoriamente o desencadeamento de um processo de “monetização” das referidas economias.

A análise do processo de “monetização” das formações sociais pré-capitalistas africanas encontra-se intimamente ligada aos aspectos, já analisados, referentes ao estabelecimento em África de unidades de produção alóctones e ao processo de “comercialização” da agricultura de subsistência das regiões africanas.

Rendimentos monetários “primários” e “secundários”

A integração no mercado mundial das economias pré-capitalistas da África Negra, que se caracterizam pela quase inexistência de relações do tipo mercantil, traduz-se inicialmente pela formação de uma primeira série de rendimentos monetários ditos “primários”. Por um lado, os países colonialistas compram pela primeira vez os produtos agrícolas de exportação produzidos pelo sector tradicional enquanto que por outro lado as minas e plantações pagam, também pela primeira vez, um salário monetário aos novos operários. É a partir destes rendimentos “primários” que se originam, com maior ou menor rapidez conforme os casos, vagas sucessivas de rendimentos monetários ditos “secundários”.

São numerosos os canais através dos quais os circuitos monetários penetram e penetram no interior das economias agrícolas de subsistência:

- os rendimentos monetários “primários” distribuídos, originam uma procura local de produtos agrícolas o que incita os agricultores do sector de subsistência a comercializarem alguns produtos de consumo alimentar interno;
- a concorrência que as plantações alóctones e os grandes proprietários autóctones (quando estes existem) fazem aos pequenos produtores, transforma estes últimos em trabalhadores de minas e plantações o que origina a

sua integração num circuito monetário de trocas;

- a fixação de impostos a pagar pelo sector de subsistência obrigando os elementos deste ou a produzir para os mercados ou a vender a sua força de trabalho, contribui igualmente para uma “monetização” das economias em causa;
- o aparecimento de uma procura, nos países colonialistas, de produtos exóticos existentes nas regiões colonizadas, ao suscitar, quando os preços praticados são “remuneradores”, uma resposta favorável por parte das unidades de produção tradicionais, contribui, igualmente e tal como referimos, para a penetração em África de novos circuitos monetários.

Estes mecanismos estritamente económicos nem sempre foram capazes de originar um processo de “monetização” com possibilidade de penetração no interior das economias de subsistência. Esta insuficiência que encontra a sua explicação tanto em factores económicos como em factores sociais (ligados à reacção das estruturas sociais tradicionais¹⁰³), “obrigou” as administrações coloniais à adopção de medidas “extraeconómicas” capazes de conduzir à chamada “monetização” da economia primitiva. Estas medidas foram, como é óbvio, todas aquelas que atrás apontámos como tendo sido utilizadas na obtenção de uma oferta de trabalho indispensável ao funcionamento das empresas alóctones estabelecidas, que no aparecimento de uma oferta de determinados produtos agrícolas com destino aos mercados externos, cuja “remuneração” não era susceptível de motivar a desejada (pelas administrações coloniais) adesão por parte dos agricultores autóctones.

Qualquer que seja a origem dos rendimentos monetários “primários” obtidos, estes rendimentos vão ser utilizados, pelos produtores agrícolas ou pelos operários, do seguinte modo: pagamento de impostos, constituição de poupanças, obtenção de bens de importação e obtenção de produtos de origem local. É esta última forma de despesa que origina o aparecimento de rendimentos monetários ditos “secundários”. A pouco e pouco com o aparecimento de um volume cada vez maior de despesas feitas em produtos locais os mercados agrícolas autóctones tenderão a alargar-se e começar-se-á a verificar a criação de um mercado que possibilitará a instalação de indústrias ligeiras.

“Multiplicador monetário”

É possível calcular o valor de um “multiplicador de monetização”, através do estabelecimento de uma relação entre o rendimento monetário total e os rendimentos monetários “primários”. Este multiplicador permite-nos apreciar a velocidade de transformação de uma economia de subsistência numa economia de mercado.

Um multiplicador deste tipo foi calculado em relação a algumas regiões da África Tropical pela ONU, sendo o quadro que a seguir apresentamos obtido a partir do documento aonde os resultados de tal estudo foram apresentados (ONU 1954).

	Rendimento obtido na venda de produtos agrícolas	Rendimento das exportações agrícolas indígenas	Salários	Rendimento monetário total	Rendimento monetário primário	Multiplicador
A. Eq. F ¹	16	13	20	36	33	1,1
A. OC. F ²	186	88	25	221	113	1,9
Congo Belga	75	30	94	169	124	1,3
Gana	170	102	22	192	124	1,5
Quênia	12	5	33	45	38	1,4
Nigéria	345	135	33	378	168	2,2
Uganda	51	43	11	62	54	1,1
Rodésia (N)	1	-	20	21	20	1,05
Rodésia (S)	6	-	22	28	22	1,2
Tanganica	34	11	33	67	44	1,5

(Valor em milhões de dólares)

É necessário fazer notar que este multiplicador pretende medir a velocidade de penetração dos circuitos monetários, tanto a partir dos investimentos estrangeiros como das trocas comerciais. Com efeito, o multiplicador determinado toma em consideração por um lado o rendimento monetário “primário” distri-

buído em consequência das relações comerciais com o exterior (rendimento que é originado pela exportação de produtos agrícolas) e por outro lado o rendimento “primário” distribuído em função da penetração dos capitais estrangeiros (salários pagos e mão-de-obra temporária, migrante, que está na sua quase totalidade empregue em minas e plantações alóctones).

Velocidade de “monetização” e “fuga monetária”

No modelo ocidental de desenvolvimento, isto é, na transição do modo de produção feudal para um modo de produção capitalista, a extensão das trocas monetárias foi resultado fundamentalmente de um processo de adopção de tecnologias mais produtivas que conduziram à separação das funções do produtor agrícola e do artesão, separação esta que originou o aparecimento das referidas relações monetárias.

Inicialmente o mecanismo de transição e de “monetização” foi muito lento e correspondeu essencialmente ao período de transformação da agricultura, a qual se comportou, neste modelo, como o sector base no arranque para a expansão do modo de produção capitalista.

Em relação às regiões actualmente subdesenvolvidas, já o ponto de partida foi diferente, pois como referimos, o processo de “monetização” assentou no estabelecimento de relações de comércio externo e na penetração de capitais de origem estrangeira.

Apesar de teoricamente, a velocidade de monetização das economias de subsistência do “Terceiro Mundo” ser bastante rápida, verifica-se que tal não tem acontecido na realidade, o que resulta necessariamente da “fuga monetária” que, sobretudo, as importações realizadas representam. Com efeito uma parte importante dos rendimentos monetários “primários” não originam rendimentos “secundários” porque em vez de serem utilizados na aquisição de produtos locais eles são orientados para a obtenção de produtos importados.

O agricultor europeu do séc. XIX tinha que, para utilizar o dinheiro que obti-

nha pela venda nas cidades dos produtos agrícolas, dirigir-se à indústria local se queria comprar os bens considerados necessários. Na realidade essa indústria representava a quase única oferta existente uma vez que era ela que produzia os bens anteriormente fabricados pelos artesãos e uma vez que não existia praticamente uma oferta estrangeira. Já, o produtor agrícola das regiões hoje em dia subdesenvolvidas, face à existência de uma oferta de bens manufaturados, deseja utilizar os seus rendimentos primários na aquisição de tais bens. Acontece, no entanto, que não existe uma oferta local para a maioria desses bens o que, originando um fluxo de importações, explica a razão pela qual a propensão marginal para importar é muito forte nas regiões subdesenvolvidas. Nesta perspectiva compreende-se que a velocidade de monetização das economias em causa seja muito mais reduzida do que teoricamente poderá parecer, na medida em que aumentos de rendimento monetário conduzem quase inevitavelmente a aumentos na procura de bens importados.

Esta “fuga”, através da importação, é em muitas situações agravada quando o benefício resultante da “comercialização” da agricultura foi ou é essencialmente aproveitado pelos grandes proprietários, se, evidentemente, as diferenças sociais desenvolvidas conduzirem ao estabelecimento de uma classe de importantes proprietários fundiários. Quando tal facto sucedeu os proprietários da terra, além de terem, por um lado, “bloqueado” a entrada nos circuitos monetários aos trabalhadores agrícolas e rendeiros, actuando em ordem a os manter, através dos salários pagos e das rendas exigidas, numa situação pouco mais do que de subsistência, conduziram por outro lado a uma intensificação na “fuga monetária” uma vez que os excedentes, obtidos por tal classe social, são orientados quase sempre para a aquisição de bens de “luxo” importados.

Se considerarmos a fracção do rendimento monetário “primário” resultante da penetração do capital estrangeiro, constata-se também que uma parte muito importante das despesas inerentes à actividade das unidades de produção alóctones instaladas se dirigem directamente para os mercados externos, quer para compra de bens de equipamento, quer como pagamento dos juros e dos lucros obtidos. A única fracção de remuneração dos factores de produção que se conserva na região em causa e que, portanto, influi no processo de moneta-

rização desta é a que se relaciona com os salários pagos. Mesmo neste caso a “fuga monetária” originada é ainda importante pois grande parte do volume de salários destina-se por sua vez à compra de produtos manufaturados importados. Assim, só a fracção dos salários que se destina à compra de produtos locais é que desempenha um papel importante na “monetarização” do sistema.

Crescimento demográfico, sobrepovoamento relativo e marginalização

As teorias sobre população ocupam lugar de destaque na literatura científica (muitas vezes pretensamente científica) que se tem ocupado mais recentemente sobre a problemática do subdesenvolvimento. A maioria das análises demográficas empreendidas, relativamente às regiões subdesenvolvidas, conduziram a resultados considerados, pelos autores em questão, como principal explicação para a situação de estagnação ou mesmo de regressão que caracterizam as economias subdesenvolvidas, quer tomadas em si mesmas, quer colocadas comparativamente com os países ditos “evoluídos”. É como consequência de se considerar a situação demográfica das regiões subdesenvolvidas como factor explicativo do subdesenvolvimento, que as políticas de limitação de natalidade têm sido apresentadas nos últimos tempos como medidas capazes de por si só alterarem as condições que actuam como “retardadoras” do desenvolvimento das regiões em causa.

Parece-nos, no entanto, que o tão frequentes vezes apontado “problema demográfico” das regiões subdesenvolvidas esconde, para além de problemas reais, um conjunto de aspectos que só aparentemente são consequência da evolução demográfica das regiões em causa.

Um modelo de crescimento demográfico

Antes, porem, de tentarmos analisar os aspectos referidos pensamos que a apresentação de um modelo explicativo do crescimento demográfico ajudar-

-nos-á a melhor compreender a situação populacional das regiões que constituem o chamado “Terceiro Mundo”. O modelo a utilizar¹⁰⁴ recorre às taxas de natalidade (n) e de mortalidade (m) e à taxa de crescimento demográfico (r) que resulta da diferença entre as outras duas ($r=n-m$) podendo um modelo deste tipo ser representado graficamente pelas curvas apresentadas no gráfico 3A, a que correspondem os seguintes períodos nele assinalados.

Gráfico 3A.

Modelo de crescimento demográfico

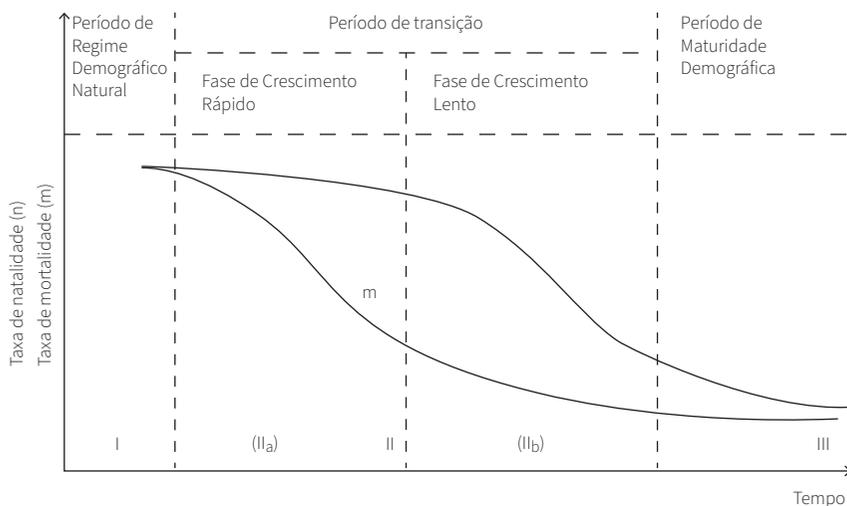
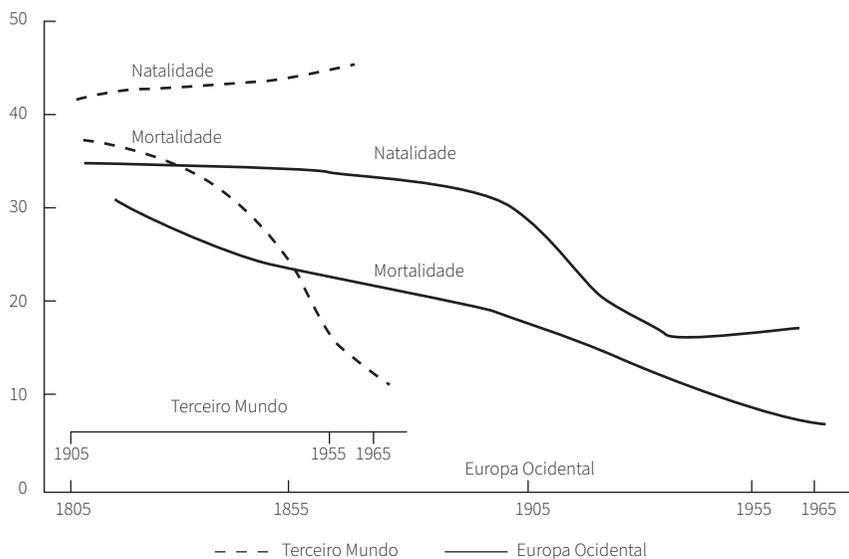


Gráfico 3B.

Natalidade e mortalidade na Europa e no Terceiro Mundo



É possível distinguir três períodos no modelo considerado:

I - Período de “regime demográfico natural” que se caracteriza por taxas de natalidade e de mortalidade elevadas (“equilíbrio alto”) e por uma população relativamente estável ($n-m=0$);

II - Período de transição que compreende dois subperíodos;

- a. um subperíodo que se caracteriza por uma quebra acentuada na taxa de mortalidade à qual corresponde uma taxa de natalidade ainda elevada, o que determina crescimentos demográficos elevados;
- b. um outro subperíodo que se caracteriza por uma redução nas taxas de natalidade do que resulta igual movimento quanto ao processo de crescimento populacional;

III - Período de “maturidade demográfica” para o qual as taxas de natalidade e de mortalidade são fracas (“equilíbrio baixo”) e em que é pouco elevada a taxa de crescimento demográfico.

Segundo Malassis (1970) os três períodos apontados encontram-se, de certo modo, ligados aos períodos do desenvolvimento económico capitalista ocidental: eles correspondem “grosso modo” a respectivamente, no modelo ocidental de desenvolvimento capitalista, aos períodos, que o autor define, como de economia tradicional ou pré-industrial, de economia em vias de industrialização e de economia industrializada¹⁰⁵.

Relativamente aos países subdesenvolvidos verifica-se que eles se encontravam ainda recentemente na fase de “demografia natural” e só actualmente entraram no período de transição que assume como é evidente características próprias que se relacionam com o contexto histórico que lhes é específico. As duas características específicas fundamentais da actual situação de crescimento demográfico “explosivo” que se verifica nas regiões subdesenvolvidas são as seguintes:

- uma queda brutal nas taxas de mortalidade, como consequência de uma muito rápida e relativamente recente (a partir de 1920/30) difusão, nas regiões do Terceiro Mundo, dos progressos médico-sanitários alcançados, nos países hoje desenvolvidos, nos dois últimos séculos;
- a manutenção de uma taxa de natalidade bastante elevada.

Significado relativo e absoluto da estrutura demográfica das regiões do Terceiro Mundo como hipótese explicativa para o seu processo de subdesenvolvimento

A posição ocupada pelas regiões subdesenvolvidas, em consequência das características da sua estrutura demográfica, no interior do modelo de crescimento populacional apresentado tem, face ao significado relativo e absoluto de tal posição, servido de fundamento e consideração, por parte de muitos autores, do “problema demográfico” como factor explicativo para as dificuldades encontradas pelas regiões em causa em ordem ao desencadeamento do seu processo de desenvolvimento.

O gráfico 3B, obtido em Sauvy (1963), dando conta da existência de diferenças de estrutura demográfica entre a Europa Ocidental¹⁰⁶ e as regiões do Terceiro Mundo, diferenças estas resultantes da localização de tais grupos de regiões do globo em períodos diferentes do modelo apresentado, permite-nos analisar melhor as posições assumidas pelo grupo de autores referido no paragrafo anterior.

Do gráfico em questão podemos retirar as seguintes conclusões:

1) Enquanto os países ocidentais, hoje ditos “evoluídos”, tinham nos fins do Sec. XVIII princípios do Sec. XIX (período em que “arrancaram” para o desenvolvimento) taxas de crescimento demográfico da ordem dos 0,6% e 0,8%, estas taxas atingem actualmente para a maioria dos países subdesenvolvidos valores da ordem dos 2 a 3%.

2) Enquanto que o máximo de crescimento demográfico para a Europa Ocidental se verificou nos princípios do Sec. XX após uma evolução de cerca de um século e foi seguida por uma queda brusca nas taxas de natalidade conduzindo rapidamente a reduções nas taxas de crescimento demográfico, as regiões subdesenvolvidas chegaram a aumentos demográficos anuais mais intensos num período de tempo inferior a 50 anos sem que se preveja para um futuro próximo reduções acentuadas nos ritmos de crescimento na natalidade de tais regiões.

3) Se é verdade que a tendência para a redução no crescimento demográfico anual das regiões desenvolvidas, se alterou ligeiramente no período pós-guerra temos, no entanto, que a situação actual continua a caracterizar-se por nítidas diferenças quanto aos valores assumidos pelas taxas anuais de crescimento demográfico nos últimos anos e para os dois grupos de regiões consideradas, parecendo, por outro lado, evidente que tais diferenças se manterão nos próximos decénios.

Diferenças de crescimento demográfico e de pressão demográfica como tentativas de explicação para os processos do desenvolvimento e subdesenvolvimento.

A constatação dos aspectos demográficos referida em 1) levaram alguns autores a considerar que as dificuldades verificadas quanto ao “arranque” para o desenvolvimento socioeconómico por parte das regiões do Terceiro Mundo resultariam fundamentalmente de se não repetirem nestes últimos decénios as taxas anuais de crescimento populacional que nos fins do Séc. XVIII princípios do Séc. XIX haviam possibilitado o “arranque” dos países actualmente desenvolvidos.

Somos de opinião que uma argumentação deste tipo peca por demasiado simplista pois não só resulta de uma análise superficial e necessariamente incompleta como assenta também numa comparação que aos nossos olhos é muito menos sugestiva que a que se pode estabelecer entre as taxas anuais de crescimento demográfico verificadas para os países ocidentais no seu período de “arranque” e as que dizem respeito para igual período, aos países actualmente em “atraso”. Na realidade parece-nos que a deterioração do factor ou factores responsável(is) pelo desencadeamento do processo de desenvolvimento de determinadas regiões e a não verificação de igual processo para outras regiões do globo se deverá procurar fundamentalmente no período de tempo correspondente ao aparecimento das desigualdades verificadas e não através do tipo de comparação considerado em 1). O tipo de comparação que sugerimos é tanto mais sugestivo quanto «... *on peut avancer, avec assez de certitude, que jusqu'à la fin du XVIII^e siècle les écarts dans les niveaux des développements économiques et techniques des divers pays étaient peu importants. Le niveau des pays aujourd'hui développés était alors voisin, voire, dans certains cas et certains domaines, inférieur à celui de la majorité des pays aujourd'hui sous-développés.*» (Bairoch, 1971). Ora, em resultado da comparação sugerida constata-se que tais taxas eram idênticas verificando-se mesmo que, duma maneira geral, o referido índice assumia para as regiões hoje “evoluídas” valores superiores àqueles que se verificavam para as restantes regiões do globo. Assim, de acordo com Bairoch (1970) a taxa anual de crescimento demográfico apresentava, para o conjunto

dos países actualmente ditos “atrasados” e até ao decénio 1910-1920, ainda valores inferiores ou iguais a 0,5% enquanto que o valor de tais taxas oscilava de 0,4% a 0,8% para o período correspondente ao início do processo de desenvolvimento das regiões hoje desenvolvidas¹⁰⁷.

Verifica-se também que as diferenças de valores, relativas às taxas anuais de crescimento demográfico, apresentadas no tipo de comparação considerado pelos autores referidos, não se verifica para a totalidade dos casos. Assim e por exemplo, o Gabão com um dinamismo demográfico muito fraco (0,5%) e da mesma ordem de valor dos verificados, tempos atrás, para as regiões hoje desenvolvidas, não se encontra por tal razão numa situação de menor subdesenvolvimento que aquela verificada para outras regiões com muito maiores taxas de crescimento demográfico.

O tipo de comparação que considerámos anteriormente, isto é, a comparação para o período em que se inicia o processo de desenvolvimento na Europa Ocidental, entre a estrutura demográfica dos países europeus e a das regiões hoje subdesenvolvidas, pode não se expressar unicamente em termos de diferenças entre taxas anuais de crescimento demográfico. Na realidade, alguns autores, fundamentam as suas análises sobre o subdesenvolvimento, na consideração das diferenças de densidades demográficas verificadas para os dois grupos de regiões consideradas e para o período de tempo referido. Assim, segundo tais autores, o facto de as regiões subdesenvolvidas não terem podido acompanhar o ritmo de desenvolvimento verificado, a partir dos fins do séc. XVIII princípios do séc. XIX, para algumas das regiões do globo, explicar-se-ia, total ou parcialmente (isto é, como factor principal ou como um dos diferentes factores explicativos), por o grupo de regiões que constitui o chamado Terceiro Mundo apresentar, para o período de tempo considerado, valores de densidade demográfica muito superiores aos verificados nessa mesma altura nos Países hoje “evoluídos”. Parece-nos que também uma comparação deste tipo não é susceptível de explicar capazmente as diferenças de desenvolvimento verificadas para as diferentes regiões do globo terrestre.

Se, por um lado, podemos afirmar que algumas das regiões do globo, especialmente as asiáticas, apresentavam para o período em questão, valores de densidade demográfica superiores aos que se verificavam na Europa, já não nos

parece válida tal diferenciação quando se só toma por termo de comparação não já o caso chinês ou indiano, mas antes a situação relativa à quase totalidade das regiões africanas e americanas e mesmo a de algumas das regiões interiores do continente asiático.

É hoje opinião aceite pela quase totalidade dos autores que o processo de desenvolvimento do capitalismo europeu assentou no desencadeamento da chamada “revolução agrícola”, a qual se iniciou nos séculos XVI-XVII nos Países Baixos e que se continuou pela Inglaterra nos finais do sec. XVII princípios do sec. XVIII.

Pode-se caracterizar a “revolução agrícola”; como sendo o resultado de uma difusão e aplicação acelerada de determinadas técnicas agrícolas as quais se podem muito esquematicamente resumir, de acordo com Bairoch (1971), nos seguintes aspectos:

- progressiva supressão dos pousios através da introdução de um sistema de rotação anual resultante na prática de culturas leguminosas;
- introdução e extensão de novas culturas;
- aperfeiçoamento dos utensílios de produção tradicionais e introdução de novos utensílios;
- selecção de sementes e de reprodutores animais;
- extensão das áreas cultiváveis e realização de melhoramentos fundiários nas terras já anteriormente utilizadas;
- maior utilização do cavalo como meio de tracção agrícola.

Podemos, em linhas gerais, afirmar que os aspectos apontados representam no seu conjunto uma evolução tecnológica tornada necessária face ao processo de intensificação agrícola verificado. Na realidade, a passagem de sistemas de exploração da terra de pousios curtos, sistemas bienais e trienais, para sistemas anuais conduziu necessariamente à adopção de um conjunto de novas técnicas agrícolas capazes de garantirem que a maior frequência na utilização de uma mesma parcela de terreno não originasse reduções nos níveis de produtividade

dos factores terra e trabalho. Tudo indica que também estas inovações tecnológicas verificadas na Europa da época não são mais do que uma necessidade face aos valores da pressão demográfica verificados para algumas das regiões europeias. Na verdade, o seu aparecimento não parece poder ser considerado como fruto de um processo de invenção ou imitação tecnológicas independentes da evolução sofrida pelos sistemas de exploração da terra praticadas, uma vez que se sabe que tais técnicas, apesar de há muito serem conhecidas e praticadas em pequena escala, só viram a sua aplicação ser generalizada quando se atingiram determinadas condições de pressão demográfica. É assim que, desde o séc. XVI, as planícies densamente povoadas nos Países Baixos, (Flandres e Barbante) assistiram a uma lenta mas segura evolução nas técnicas agrícolas praticadas tornando-se deste modo a origem da já referida “revolução agrícola”.

Tendo nós anteriormente afirmado que o desenvolvimento capitalista da Europa Ocidental é em larga escala fruto do processo da “revolução agrícola” considerado e confirmando-se a hipótese extremamente provável, que tal “revolução” encontra a sua origem no dinamismo demográfico de determinadas regiões europeias, concluiu-se de não validade da “tese demográfica” em discussão. É verdade que, por um lado o desenvolvimento do capitalismo não se iniciou nos Países Baixos, mas antes em Inglaterra para onde foram transferidas ao longo dos séc. XVII e XVIII as técnicas agrícolas aperfeiçoadas nas planícies da Flandres e Barbantes e também é verdade que, por outro lado as densidades de povoamento inglesas se podiam considerar como relativamente pouco elevadas. De qualquer modo estas verificações não são por si só suficientes para justificar as diferenças verificadas, quanto ao desencadeamento do processo de desenvolvimento entre a Europa e as regiões hoje subdesenvolvidas, uma vez que apesar de a Inglaterra (mediamente povoada) ter “arrancado” primeiro que os Países Baixos (muito densamente povoados), verifica-se, no entanto, que esta última região conseguiu atingir rapidamente um ritmo de desenvolvimento comparável ao das outras regiões europeias enquanto que, e por exemplo, a China e a Índia, para falarmos só de dois casos não muito diferentes dos Países Baixos quanto às condições demográficas, viram tornar-se cada vez maior o “fosso” que as separa das regiões hoje desenvolvidas.

De todas as considerações que acabámos de fazer sobre o ponto 1) da análise do gráfico 3B, parece-nos ser possível concluir que os factores demográficos não são capazes de explicar as diferenças que se começaram a verificar a partir do séc. XVIII e que conduziram à actual separação entre grupos de Países ditos desenvolvidos e subdesenvolvidos.

É nossa opinião que só uma análise da natureza e evolução das formações sociais que caracterizaram durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX as diferentes regiões do globo terrestre, tornaram possível a comparação dos condicionalismos que possibilitaram às regiões europeias primeiro e mais tarde à América do Norte e Nova Zelândia, Austrália e Japão o terem atingido níveis de crescimento económico cada vez mais elevados tanto em valor absoluto, como em relação às restantes regiões do globo.

Uma análise deste tipo¹⁰⁸, necessariamente complexa, está fora do âmbito das nossas intenções de momento, pelo que nos limitaremos a sugerir o modo como pensamos que ela poderia ser realizada:

- caracterização das formações sociais da Europa, Mundo Árabe (Egipto e restantes regiões árabes), África ao Sul do Sahara, Ásia (China, Índia e Japão) nos finais do período pré-mercantilista (fins do séc. XVI);
- análise da evolução destas diferentes formações sociais durante o período mercantilista (séc. XVII e séc. XVIII) e caracterização das formações sociais recém-formadas (América, Austrália e Nova Zelândia) neste período e posteriormente;
- análise dos factores que tendo originado a transição das formações feudais europeias para formações sociais dominadas pelo modo de produção capitalista não puderam desempenhar igual papel em relação às outras formações sociais pré-capitalistas.

Sobrepovoamento relativo, modelo de crescimento dependente e marginalização

Voltando-nos de novo para o gráfico 3 B consideremos agora os aspectos referidos no ponto 2) da análise realizada. As diferentes considerações de ordem demográfica contidas nos dois pontos referidos encontram-se na base daquilo que podemos chamar de corrente “neomalthusiana” cuja orientação se pode resumir, de acordo com Amin (1972), nos dois tipos de argumentação que se seguem:

- tem-se verificado nos últimos 50 anos, como referimos no ponto 2) da análise, uma verdadeira “explosão demográfica” cujas previsões mais optimistas indicam vir a agravar-se nos próximos decénios. Esta situação conduzirá, conduziu já em muitos casos segundo os autores em causa, a uma situação mundial extremamente grave a qual se caracterizará por um “sobrepovoamento” em absoluto em relação ao meio ambiente (aos recursos naturais e muito especialmente às disponibilidades em terras cultiváveis). A curto-prazo, portanto, continuam os “*neomalthusianos*”, todo o aproveitamento dos “recursos naturais” se fará em condições de rendimentos decrescentes os quais exigirão investimentos cada vez maiores para obter um determinado crescimento e para muitos casos, insistem os autores em causa, a situação será em breve de “acréscimos” de produção negativos em relação às necessidades alimentares;
- uma vez que os ritmos de crescimento demográfico verificados nos últimos decénios, os quais se pensa que se manterão ainda por algum tempo, conduzem a uma cada vez mais forte assimetria entre a população não activa (jovens e mesmo velhos) e a população exercendo funções produtivas, tornar-se-á cada vez mais reduzida a capacidade de acumulação do capital das sociedades “subdesenvolvidas” do que resulta uma mais rápida passagem da fase de rendimentos decrescentes para a de “rendimentos negativos”. Este facto resulta, como é óbvio, de uma acumulação do capital relativamente reduzida não poder originar o volume de investimentos tornado necessário, para a manutenção de taxas de crescimento económico relativamente

elevadas em regiões cujo crescimento populacional tenha conduzido a uma situação na sub- produção caracterizada por rendimentos decrescentes.

Como sinais evidentes da validade dos seus argumentos, os autores em causa, apontam para toda a série de aspectos socioeconómicos que parecem, à priori, confirmar as considerações anteriores. Estes aspectos relacionam-se, por um lado com a estagnação ou mesmo regressão do sector agrícola tradicional composto por unidades de produção de dimensões cada vez mais nitidamente insuficientes para ocuparem utilmente a mão de obra agrícola disponível, por outro lado com o volume cada vez maior do êxodo rural em direcção aos centros populacionais que se expressa através dos ritmos, cada vez mais elevados, da urbanização que se tem verificado nos últimos decénios para as cidades do Terceiro Mundo, e finalmente, os aspectos socio-económicos considerados relacionam-se com a incapacidade que têm manifestado os ritmos de industrialização, verificados nas regiões subdesenvolvidas, para absorverem a população urbana em idade activa, do que resulta o acréscimo constante e alarmante do volume de população em situação de sub-emprego e desemprego ou, o que ainda é mais característico, o volume das massas humanas “marginalizadas”.

Do conjunto de considerações apontado concluem os autores, que chamá- mos de “*neomalthusianos*”, pela necessidade urgente da redução do crescimento demográfico como única medida capaz de não somente permitir, para uma dada taxa de crescimento económico, aumentos de rendimento “per capita”, como também, na medida em que tal redução possibilitaria uma utilização dos recursos mais favorável à acumulação do capital, permitir a verificação de acréscimos nas taxas de crescimento económico global. Encontra-se, deste modo, logicamente justificada a conhecida campanha mundial de limitação de nascimentos.

Parece-nos que o conjunto de considerações que temos vindo a referir apresenta nítidas limitações. Estas limitações podem ser agrupadas nos dois tipos de aspectos que passamos a apresentar.

Em primeiro lugar, o tipo de raciocínio considerado não é igualmente válido para todas as regiões do mundo, uma vez que o globo terrestre se caracteriza no

que diz respeito à relação população/recursos naturais por uma grande heterogeneidade. Na realidade é fácil demonstrar que tanto a África, como a América Latina e como ainda algumas regiões interiores do Continente Asiático, estão longe de poderem ser consideradas como regiões sobrepovoadas, pelo menos, em termos absolutos.

Em segundo lugar, parece-nos ser possível afirmar que a maioria dos aspectos socioeconómicos apontados como característicos de uma região dita sobrepovoadas só aparentemente são resultado de evolução demográfica de tais regiões. Na realidade, os aspectos socioeconómicos em causa - estagnação da agricultura, fluxos migratórios intensos, elevados ritmos de crescimento urbano, insuficiente crescimento industrial e consequentes aumentos no desemprego urbano - não são na maioria dos casos resultado exclusivo, ou mesmo principal, dos crescimentos demográficos verificados, mas antes e fundamentalmente consequência directa do modelo de crescimento dependente que caracteriza o processo de desenvolvimento do capitalismo nas regiões do Terceiro Mundo.

A África é subpovoadas

Uma dada região diz-se sobrepovoadas quando se verifica a existência, para tal espaço, de níveis de pressão demográfica muito elevados.

Ao considerarmos debaixo deste ponto de vista o caso africano parece-nos ser possível afirmar que este Continente está longe de se poder considerar como sobrepovoadas. Na realidade, mesmo que consideremos um nível de desenvolvimento das forças produtivas do tipo mais comum às regiões do Terceiro Mundo, isto é, assente quase única e exclusivamente em termos de potencialidades agrícolas, verifica-se que a situação demográfica é ainda, em relação à maioria das regiões Africanas, nitidamente de “sub-povoamento”. Segundo Kamarck verifica-se efectivamente que *“à parte de certas zonas do Leste e do Norte da Nigéria, Ruanda, Burundi, Rigezi no Uganda, Sul do Malewi, Lesoto e as “reservas” da Africa do Sul, não parece haver em geral pressão demográfica que com os métodos actuais de exploração dos recursos leve a dizer que a Africa está sobrepovoadas”* (Kamarck, 1971).

Os valores que se seguem dão-nos, globalmente, também uma mesma perspectiva: a superfície ocupada pelas terras cultiváveis na África ao Sul do Sahara representa cerca de 1.400 milhões de hectares; as áreas efectivamente cultivadas anualmente não ultrapassam os 170 milhões de hectares, isto é, cerca de 1 hectare por habitante rural, considerando que a população africana rural será da ordem dos 180 milhões de indivíduos.

A proporção de terras cultivadas não representa, portanto, mais do que 12% do total de terras disponíveis para o cultivo, o que significa que a África tem ainda importantes reservas agrícolas. Esta situação de fracas pressões demográficas tem uma importância decisiva para a compreensão, de acordo aliás com o que já anteriormente analisámos, dos fracos progressos verificados, ao longo dos tempos, pela produtividade da agricultura africana. Antes, porém, de mais uma vez dizermos alguma coisa sobre tal problema há ainda que referir dois outros aspectos que reforçam a nossa hipótese de que a África é um continente subpovoado.

Um dos aspectos refere-se ao facto de muitas regiões africanas serem actualmente menos povoadas do que o foram alguns tempos (mais ou menos longos) atrás¹⁰⁹. Desde o início da escravatura até ao processo de produção colonial, posto em execução em muitas das regiões africanas, a tendência demográfica geral foi nitidamente no sentido do despovoamento. A História da escravatura e do período colonial está repleta de acontecimentos, imigrações mais ou menos forçadas, fomes, epidemias, etc. que são sinais evidentes do referido processo de despovoamento.

O outro aspecto relaciona-se com aquelas regiões que de acordo com o nível de desenvolvimento actual das forças produtivas se não podem considerar como “sub-povoadas”, isto é, aquelas regiões que Kamarck (1971) aponta como excepções à regra geral de sub-povoamento. Também estas regiões não podem, segundo nos parece, ser consideradas como sobrepovoadas uma vez que elas estão longe de poderem ser consideradas desenvolvidas e de se poder afirmar que o valor da pressão demográfica de uma dada região relacionando-se com um determinado nível de desenvolvimento das suas forças produtivas deixará de assumir com certeza valores de sobrepovoamento uma vez alterado o nível

pré-existente. Neste sentido escreve ainda Kamarck (1971): “*Com métodos de cultura tradicionais a Rodésia poderia talvez ter 1,5 milhões de habitantes, mas hoje não está ainda sobrepovoada com 4,5 milhões.*”.

Já, anteriormente, analisámos os efeitos favoráveis e decisivos dos crescimentos demográficos e conseqüentemente dos aumentos de pressão demográfica sobre o processo de intensificação da agricultura de uma dada região como condição para o aumento da sua produtividade por unidade de trabalho. A razão pela qual voltamos a chamar a atenção para considerações já realizadas relaciona-se com a necessidade de sublinhar um aspecto sistematicamente ignorado e desprezado pela maioria dos autores “*neomalthusianos*”. Tal aspecto diz respeito ao papel importante que o processo de crescimento demográfico tem desempenhado e pode vir a desempenhar no progresso da agricultura das regiões subdesenvolvidas. É neste sentido que devem ser entendidas as conclusões sugeridas pelo ensaio de Esther Boserup, “*The Conditions of Agriculture Growth*”, considerado, na inexistência de uma escola “*anti-malthusiana*” unificada, como a mais convincente argumentação mais recentemente formulada. As conclusões do ensaio referido são realçadas, como aliás já anteriormente apontámos, pelo Nicholas Kaldor nas considerações introdutórias ao trabalho de Boserup: “*Her main thesis is that, contrary to the prevailing view primitive communities with a sustained population growth have a better chance of getting into a process of genuine economic development than primitive communities with stagnant or declining populations*”.

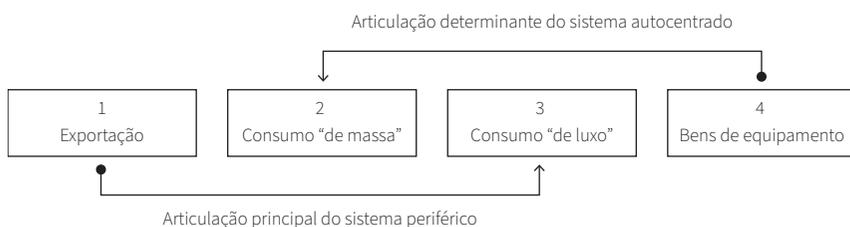
O modelo de crescimento dependente característico do processo de desenvolvimento do capitalismo nas regiões do Terceiro Mundo como factor explicativo do seu, muitas vezes, aparente sobrepovoamento

Existe uma diferença fundamental entre o modelo de acumulação do capital e do desenvolvimento socioeconómico que caracteriza um sistema autocentrado e aquele que caracteriza um sistema periférico. Parece-nos ser esta a diferença que explica a relativa estagnação económica dos países subdesenvolvidos

e que justifica o aparecimento dos aspectos socioeconómicos habitualmente apontados como consequência de uma situação de sobrepovoamento.

Vamos procurar mostrar que o modelo de crescimento dependente ou periférico, característico do Terceiro Mundo, é a causa principal do desaparecimento dos referidos aspectos socioeconómicos independentemente do processo demográfico que se verifica nas regiões em causa.

O esquema¹¹⁰ que se segue resume, abstratamente, a diferença que separa um sistema autocentrado de um sistema periférico.



No esquema considerado supõe-se que o sistema económico se divide em quatro sectores, os quais tanto podem ser examinados debaixo de uma óptica de produção como da distribuição da população activa utilizada nas actividades produtivas que constituem os diferentes sectores.

Antes de analisarmos o sistema dependente ou periférico, que é aquele que mais directamente nos interessa, comecemos por considerar, muito brevemente, alguns aspectos que da análise do esquema proposto podem ser inferidos relativamente aos sistemas autocentrados.

A articulação determinante num sistema autocentrado é aquela que liga o sector 2 (produção de bens de consumo "de massa") ao sector 4 (produção de bens de equipamento que se destinam à produção de 2).

Este tipo de articulação é o que efectivamente caracterizou o desenvolvimento histórico do capitalismo nas regiões hoje mais desenvolvidas (Europa, América do Norte e Japão). Temos, aliás, que esta articulação característica dos sistemas autocentrados se encontra também na base do desenvolvimento da

União Soviética e da China, assumindo, no entanto, em relação ao caso chinês alguns aspectos nitidamente originais.

O carácter necessariamente esquemático do modelo apresentado conduz à não consideração, na articulação determinante, das relações com o exterior (representado no esquema pelo sector 1) o que não significa, no entanto, que o desenvolvimento do capitalismo central (Europa, América do Norte, ...) se tenha verificado num contexto autárquico. Com o modelo apresentado pretende-se fundamentalmente chamar a atenção para a essência do sistema autocentrado, o que nos parece ser possível fazer, abstraindo as relações com o mundo exterior. A importância das relações Europa - "Resto do Mundo" foi sobretudo decisiva durante o período mercantilista (através da acção que o comércio atlântico desempenhou, quer na desagregação das relações características do modo de produção feudal então ainda dominante nas formações sociais europeias, quer no desencadeamento do processo de acumulação primitiva). Numa fase posterior, para a qual o modo de produção capitalista se torna dominante já o significado das relações do conjunto das regiões desenvolvidas com o Terceiro Mundo passa a ser quantitativamente marginais se o compararmos com as relações estabelecidas inter-regiões desenvolvidas. São estas, fundamentalmente, as razões pelas quais se pode, no modelo em causa, abstrair do sector 1.

A importância nitidamente marginal do sector exportador no funcionamento do modelo explicativo do desenvolvimento do capitalismo dito ocidental é sem qualquer dúvida um dos aspectos essenciais de um sistema autocentrado.

A análise da evolução histórica da distinção entre bens do consumo "de massa" e de "luxo" tem também no caso presente bastante interesse pois ela permite-nos compreender um outro aspecto principal do funcionamento dos sistemas autocentrados.

O estabelecimento de uma distinção entre bens de consumo de "luxo" e de "massa" deve assentar, pelo menos teoricamente, na origem da procura destes diferentes produtos. Assim, devem ser considerados como bens de "luxo" todos aqueles cuja procura tem origem na fracção despendida dos lucros alcançados. Por outro lado, por bens de consumo de "massa" devem-se entender todos

aqueles cuja procura deriva do volume de salários recebidos. O facto de historicamente se ter verificado um aumento no valor dos salários à medida a que se assiste a um crescimento económico global, origina que a procura que tem a sua origem na massa salarial vai abrangendo um cada vez maior número de bens, verificando-se deste modo uma “passagem” progressiva de determinados bens inicialmente definidos como “de luxo” para o grupo dos bens de consumo “de massa”¹¹¹. A evolução do capitalismo ocidental exprime precisamente o que acabámos de referir, numa fase inicial a procura derivada dos salários dirigia-se fundamentalmente aos bens de consumo essenciais (alimentação, vestuário e alojamento), dirigindo-se nos estádios mais avançados do seu desenvolvimento para produtos de consumo mais duráveis e que anteriormente eram considerados, no sentido estrito do termo, bens de consumo de “luxo” (automóvel, aparelhos eletrodomésticos, etc.).

Esta sucessão histórica do tipo de produtos incluídos sob a designação de bens de consumo de “massa”, permite-nos, como já indicámos, compreender um outro aspecto essencial do funcionamento de todo e qualquer sistema autocentrado. Na realidade, a referida análise histórica, conduz-nos a afirmar que, o facto de a estrutura da procura favorecer numa fase inicial a produção de bens de consumo (quer agrícolas, quer industriais) responsáveis pelo aparecimento e rápida expansão de um mercado interno, é um aspecto essencial dos sistemas autocentrados¹¹². A procura de bens de consumo “duráveis” (cuja produção exige grandes consumos de capitais e de mão-de-obra qualificada) só aparece bastante mais tarde, muito depois da produtividade da agricultura e das indústrias produtoras de bens de consumo essenciais ter vencido as etapas iniciais que são as verdadeiramente decisivas para que fique garantido a continuação do seu desenvolvimento.

Consideremos agora o modelo de acumulação e de desenvolvimento socioeconómico característico das regiões subdesenvolvidas, isto é, o sistema periférico ou dependente. Este modelo é, como veremos, inteiramente distinto do anterior.

A articulação principal num sistema periférico ou dependente é a que resulta da ligação entre o sector 1 (exportação) e o sector 3 (oferta de bens de consumo

“de luxo”). Vejamos, de seguida, o modo como uma articulação do tipo apontado, é capaz de exprimir a essência de um sistema periférico.

Numa primeira fase assiste-se, nas regiões hoje subdesenvolvidas, à criação sob o impulso dos Países coloniais, de um mais ou menos importante sector exportador. A criação de um sector deste tipo só se torna interessante e, portanto, efectiva quando as condições que permitem o seu estabelecimento e funcionamento o tornam rentável. Na realidade, a razão última da criação de um sector exportador numa dada região relaciona-se com a possibilidade de se obterem, nessa região, produtos a utilizar quer na produção de bens de equipamento (caso das matérias-primas não agrícolas) quer como bens do consumo (produtos alimentares), cuja obtenção origina custos de produção inferiores àqueles que se verificariam na produção nas respectivas “metrópoles” de produtos análogos. Nesta perspectiva podemos afirmar que os produtos exportados pelas regiões do Terceiro Mundo só se tornam interessantes para os países desenvolvidos, quando a remuneração do factor trabalho pode ser, na periferia, inferior àquela que se verifica no centro. Esta possibilidade que se tornou realizável quando as sociedades colonizadas foram submetidas, através de diferentes processos, económicos e extra-económicos, ao exercício de uma nova função que consiste no fornecimento de mão-de-obra barata ao sector exportador. A partir do momento em que estas sociedades são submetidas a esta nova função, o termo “tradicional” aplicado às referidas sociedades passa a ter necessariamente, um significado ambíguo e não científico, na medida em que, como é evidente, a função tradicionalmente exercida pelas sociedades pré-capitalistas ou verdadeiramente tradicionais não é com certeza aquela para que passam a estar orientadas. É, também nesta perspectiva, que deve ser entendida a crítica ao conceito de “dualismo”, (enquanto tal conceito, define uma dada sociedade como resultado de simples justaposição de uma sociedade “tradicional” autónoma e de uma sociedade moderna em expansão). Na realidade e se bem que numa fase inicial da penetração do modo de produção capitalista, não exista verdadeiramente uma articulação directa entre o sector ligado à exportação e o resto da economia, não deixa, no entanto, de ser menos real a existência de

uma submissão de toda a sociedade à exigência de fornecer, ao setor exportador, mão-de-obra suficientemente “barata”.

Para além de um dado nível de crescimento do sector ligado à exportação inicia-se um processo de formação do mercado interno das regiões em causa. De acordo com o que sugerimos quando analisámos o processo de “monetarização” das economias pré-capitalistas, a maior ou menor dimensão do mercado interno de uma dada região relaciona-se directamente com o volume de rendimentos monetários “secundários”, dependendo portanto do volume de rendimentos monetários “primários” que, sendo despendidos localmente, se dirigem para a aquisição de produtos produzidos localmente. Sendo todo o capital investido no sector de exportação de origem estrangeira e sendo todos os lucros e a maior parte dos salários dos funcionários superiores reexportados, o mercado interno é praticamente inexistente uma vez que ele se reduz a uma procura de bens de consumo com origem numa massa salarial que, sendo consequência de uma muito fraca remuneração do factor trabalho, é necessariamente pouco elevada. Acontece, no entanto, que, na maioria dos casos, uma fracção mais ou menos importante do capital investido é de origem local o que vai permitir, pelo menos teoricamente, um certo alargamento no mercado interno. Da natureza privilegiada das categorias sociais detentoras da referida fracção de capital investido e cuja procura está na base deste possível alargamento do mercado interno, resulta a natureza específica do segundo termo da articulação característica dos sistemas periféricos que é, como já referimos, o sector relativo à oferta de bens de consumo “de luxo” (o sector 3 do nosso esquema). O facto de, numa fase inicial (que se pode estender por um período de tempo relativamente longo), não existir uma produção local dos referidos bens “de luxo” vai necessariamente limitar a repercussão que uma procura deste tipo pode ter sobre uma oferta local. Este facto, que determina o aparecimento de um sector importador (quase sempre intimamente associado à exportação sob a forma de sociedades de importação-exportação), explica não só a propensão para importar, característica das regiões subdesenvolvidas, como também a importância das “fugas monetárias”, e ainda também a extraordinariamente lenta “velocidade de monetarização” do sector “tradicional” das economias periféricas. Temos, aliás, que

a criação de um sector industrial para substituição de importações não limita, senão parcialmente, a importância do referido sector importador¹¹³. É, aliás, da íntima ligação existente entre a importação e a exportação e da importância dos grupos sociais que dela beneficiam que resulta a enorme resistência habitualmente oferecida à criação de um sector industrial do tipo referido.

A oferta de bens de consumo “de luxo” relaciona-se quase sempre com produtos “duráveis” donde resulta que a industrialização para substituição de importações se vai iniciar precisamente pelo “fim”, isto é, pela produção de bens de consumo correspondentes a um estágio já relativamente avançado de desenvolvimento do capitalismo “ocidental”. Do facto destes produtos “duráveis” serem, como já referimos, altamente consumidores de capitais e recursos raros como seja a mão de obra qualificada, resultam dois aspectos característicos do funcionamento dos sistemas dependentes ou periféricos. Um destes aspectos refere-se ao aparecimento de uma distorção essencial na utilização dos recursos disponíveis, distorção esta que favorece os produtos “duráveis” e “de luxo” em detrimento dos bens de consumo essenciais ou “de massa” relativos ao sector 2. Na realidade este sector aparece-nos como sistematicamente desfavorecido pois não é capaz de suscitar uma “procura” significativa para os seus produtos e simultaneamente não consegue atrair nenhuns meios, quer financeiros, quer humanos, susceptíveis de permitirem a sua modernização. A conhecida e tão discutida estagnação da “agricultura de subsistência” encontra aqui as bases da sua explicação.

O outro aspecto referido, relaciona-se com a dependência tecnológica e a consequente dominação das economias dependentes por parte das empresas multinacionais. O sector 3, exigindo investimentos intensivos em capital, torna necessário a sua integração nas grandes empresas monopolistas ou oligopolistas internacionais as quais se encontram na base de todo o processo de dependência tecnológica.

É verdade que a experiência histórica de algumas regiões subdesenvolvidas, mais propriamente daquelas que se evidenciam pela sua grande dimensão, mostra que o aparecimento de um mercado relativamente grande originado pelo crescimento dos sectores 1 e 3, torna possível a criação de um sector 4 de

produção de bens de equipamento, o qual é na maioria dos casos impulsionado pelo Estado. A criação deste sector não representa, no entanto, que se esteja a assistir a uma evolução do sistema para uma forma autocentrada verdadeira uma vez que o novo sector criado se destina não a servir o sector 2 mas antes os sectores 1 e 3.

A marginalização ou marginalidade estrutural como fenómeno específico dos sistemas dependentes ou periféricos

Uma vez analisadas as características fundamentais dos sistemas periféricos estamos em melhores condições para mostrar que o modelo de acumulação e de desenvolvimento socioeconómico das regiões subdesenvolvidas, explica, em larga escala, o aparecimento de um conjunto de aspectos e mecanismos socioeconómicos habitualmente apontados como consequência de evolução demográfica das regiões consideradas.

Os diferentes aspectos socioeconómicos em causa - estagnação da agricultura “tradicional” com a consequente proletarização, semi-proletarização e/ou empobrecimento sem proletarização dos pequenos produtores e das comunidades agrícolas, ritmos crescentes, mas não paralelos, de urbanização e industrialização com o consequente aumento massivo do volume de desemprego, sub-emprego e das massas humanas marginalizadas - são hoje em dia analisadas como manifestações de um fenómeno social considerado específico e característico dos sistemas dependentes ou periféricos, o qual é habitualmente designado por marginalização ou marginalidade estrutural¹⁴.

O grande número de aspectos de ordem teórica e metodológica que uma análise pormenorizada da problemática da marginalização envolve e o facto de tal análise estar fora do âmbito deste texto, leva-nos a limitar a apresentação da temática em causa a alguns dos seus aspectos mais significativos. Deste modo, começaremos por abordar as causas e os efeitos da marginalização nas estruturas agrárias das regiões subdesenvolvidas para em seguida passarmos à consideração da marginalidade nas suas relações com os mecanismos de domina-

ção/dependência que caracterizam a estrutura industrial das referidas regiões.

Parece-nos que a análise das causas e efeitos da marginalização sobre as estruturas agrárias deve ser encarada, por um lado, nas suas ligações com os sistemas de economia agrícola que constituem a base das referidas estruturas e por outro lado, nas suas relações com o processo de estratificação social que caracteriza o meio rural das regiões subdesenvolvidas, aspectos estes, aliás, intimamente relacionados.

Mantendo a separação de um sistema económico nos 4 sectores anteriormente referidos, podemos dividir os diferentes sistemas de economia agrícola em dois grupos distintos, de acordo com o destino da sua produção. Teremos, assim, um primeiro conjunto de sistemas de economia agrícola que se encontra ligado ao sector 1 do esquema apresentado e um outro grupo relacionado com o sector 2.

Sendo, como já apontámos no modelo analisado, o sector 2 (de produção de bens de consumo “de massa”) de um sistema periférico sistematicamente desfavorecido é lógico que os sistemas de economia agrícola que com este sector se relacionem se apresentem numa situação de marginalidade estrutural. Na realidade, a situação de estagnação e mesmo de regressão dos tipos de agricultura ditos de subsistência ou “tradicionalis” é consequência directa da distorção sistemática verificada quanto à utilização dos recursos disponíveis nas regiões subdesenvolvidas, distorção esta que como vimos desfavorece a procura dos produtos alimentares e não possibilita o acesso aos meios indispensáveis a uma modernização dos sistemas de economia agrícola em causa. É verdade que o processo de urbanização desencadeado vai originar um alargamento na procura de determinados produtos alimentares (hortícolas e frutícolas) o que suscita o aparecimento de novas oportunidades para as unidades de produção viradas para a mercado interno. É deste modo que se justifica o aparecimento nas regiões subdesenvolvidas de uma agricultura de tipo camponês e posteriormente, com a expansão deste tipo de mercados, de um capitalismo agrário nacional. É necessário verificarmos que são limitadas as possibilidades de evolução para estes tipos de agricultura ditos camponeses, isto, porque, por um lado, o carácter necessariamente localizado da procura e a natureza dos produtos procura-

dos vai limitar fortemente o fenómeno de unidades de produção que se podem orientar para os mercados em causa e, por outro lado, porque a dimensão normalmente reduzida das unidades de produção tradicionais vai comprometer futuramente as suas possibilidades de concorrência com o capitalismo agrário nascente.

Sendo, o sector exportador, sistematicamente favorecido é lógico que os sistemas de economia agrícola que a ele se encontram ligados estejam numa situação mais favorável que a dos sistemas anteriormente considerados. Temos, no entanto, que também aqui a evolução sofrida pelas estruturas agrárias tem conduzido a nítidas diferenciações quanto ao modo como se repartem os frutos da actividade exportadora. É verdade que se tem assistido na maior parte das regiões a aumentos consideráveis na produtividade deste tipo de agricultura. Acontece, contudo, que tais aumentos tendem a localizar-se cada vez mais num número reduzido de unidades de produção, as únicas com dimensão económica suficiente para fazer face aos investimentos necessários à criação das condições indispensáveis à verificação dos referidos aumentos de produtividade. A já apontada tendência para a deterioração das razões de troca entre produtos importados e exportados contribui, também, de uma maneira decisiva para o aceleramento das diferenciações em causa, ao provocar uma regressão no sentido da agricultura de subsistência das unidades de produção menos favorecidas. Do mesmo modo e quase sempre acumulativamente, a permanência e dominância das relações específicas das agriculturas ditas de tráfico conduzem inevitavelmente à marginalização dos sistemas de economia agrícola por elas abrangidas.

A verificação de um processo de marginalização do nível dos sistemas de economia agrícola de qualquer estrutura agrária, conduz, necessariamente, ao aparecimento de modificações mais ou menos profundas nas formas de estratificação social que caracterizam as referidas estruturas.

As modificações em causa caracterizam-se fundamentalmente por:

- um alargamento rápido e continuado dos estratos económica e socialmente menos favorecidos os quais englobam uma massa, cada vez maior, de proletariado rural, um número crescente de semiproletários ou trabalhadores

com terra (quer a prioridade desta seja individual ou comunitária) e ainda um volume também crescente de produtores directos empobrecidos em vias de semi-proletarização ou mesmo de proletarização;

- a constituição de um intenso fluxo migratório formado em larga escala com base nos estratos sociais anteriormente apontados, fluxo este que sendo drenado nos sistemas de economia agrícola ligados ao sector 2 se dirige com carácter temporário ou definitivo para as regiões aonde dominam os sistemas de economia agrícola ligados à exportação (sector 1) ou para os centros urbanos.

O que já aqui dissemos sobre a estagnação da agricultura de “subsistência” e sobre o processo de marginalização de determinados sistemas de economia agrícola parece-nos ser suficiente para que possamos compreender as causas deste processo migratório.

Se é verdade que o desenvolvimento do capitalismo das regiões hoje desenvolvidas provocou também um duplo processo de mobilidade social, inter-estratos e inter-regiões temos, no entanto, que tal processo se distingue nitidamente em algumas das suas consequências, dos mecanismos que apontámos como específicos dos sistemas dependentes ou periféricos e que designámos por marginalização. A referida distinção pode ser analisada, quer relativamente às consequências que determina nos níveis de produção e nos preços agrícolas, quer ainda no que respeita às formas específicas que assumem os diversos fenómenos sociais que se englobam habitualmente sob a designação do “desemprego urbano”. Deixemos de momento este segundo aspecto e consideremos o outro que se relaciona ainda com as estruturas agrárias das regiões subdesenvolvidas.

O que é característico do êxodo rural das regiões subdesenvolvidas, não o sendo, nunca o tendo sido para a caso dos sistemas autocentrados, é que este processo migratório se verifica não a favor do aumento da produtividade agrícola global e consequentemente do desenvolvimento socioeconómico, mas antes em oposição a tal aumento. Na realidade, os referidos fluxos migratórios tiveram e têm como consequência principal, a redução no crescimento da produção alimentar das regiões subdesenvolvidas, redução esta que se encontra na

base da alta constante dos preços dos referidos produtos e da paradoxal situação em que se encontra actualmente a quase totalidade das regiões do Terceiro Mundo, a qual se refere ao facto de regiões essencialmente agrícolas (no que se relaciona com os recursos tradicionalmente explorados e com a distribuição da população activa total) se encontrarem, nestes últimos anos, na necessidade de importarem uma proporção cada vez maior dos seus produtos agrícolas alimentares.

Se, à priori, uma subida nos preços dos produtos agrícolas, em resultado da redução do volume da oferta, (função do êxodo rural verificado), possa sugerir o aparecimento de novas condições de preços susceptíveis de motivarem os agricultores em ordem a aumentarem a produtividade das suas unidades de produção e conseqüentemente intervir, tal subida, como medida capaz de contrariar a referida evolução no sentido da marginalização, na prática os seus efeitos pouco ou nada se fazem sentir.

Na realidade, esta subida no preço dos produtos alimentares só muito parcialmente se reflecte nos preços pagos aos produtores, o que resulta da natureza das relações de troca características das estruturas de comercialização das regiões subdesenvolvidas as quais se caracterizam pela situação de dependência e exploração em que se encontram os produtores face aos seus interlocutores mais directos nos circuitos comerciais.

A importação de produtos agrícolas em escassez (medida frequentes vezes adoptada em ordem a evitar o agravamento das tensões sociopolíticas que uma constante subida nos preços dos bens alimentares pode provocar nas áreas urbanas), funciona por sua vez como reforço das condições de estagnação que caracterizam a produção agrícola interna nas regiões em causa. Na realidade, a elevada produtividade da agricultura nos países desenvolvidos, fonte de abastecimento da referida importação, permite a transmissão à periferia de um sistema de preços agrícolas, para os quais a produtividade das “agriculturas subdesenvolvidas” não tem qualquer hipótese de concorrer. Desta situação resulta um desinteresse crescente por parte dos diferentes agentes económicos, das regiões em causa, pela actividade dos grupos sociais ligados à agricultura dita de “subsistência”, cujo processo de pauperização e de marginalização tende,

portanto, a agravar-se. É neste contexto que podem ser compreendidos os efeitos, profundamente negativos, da tão apregoada “ajuda alimentar” dos países desenvolvidos às regiões “subdesenvolvidas”.

É verdade que hoje em dia se aponta cada vez mais frequentemente para a utilização de novas tecnologias de produção, como solução eficaz para o tipo de situações considerado. Nesta perspectiva, é comum a afirmação de que a introdução de novos factores de produção de origem industrial (adubos, máquinas, etc.) são elementos capazes, de por si só, provocarem fortes aumentos na produção agrícola global das regiões subdesenvolvidas e conseqüentemente contribuir para uma maior fixação das populações rurais. São neste sentido as posições assumidas pelos defensores da já célebre “revolução verde”¹¹⁵.

Parece-nos, no entanto, que as novas tecnologias introduzidas só se tornarão eficazes do ponto de vista da produção e da repartição dos frutos dessa mesma produção, se a sua introdução for acompanhada por um conjunto de transformações, mais ou menos radicais, das estruturas fundiária, comercial, de crédito, dos preços, etc.. Temos, aliás, que todas as análises que têm sido realizadas sobre os primeiros resultados da referida “revolução verde”, não são mais do que uma constatação de tal necessidade. A “revolução verde” pretendendo ser um ponto de partida para o desenvolvimento socioeconómico das regiões subdesenvolvidas, ponto de partida este que considera desnecessária a realização de reformas de carácter estrutural, teve em todos os lados resultado idêntico, ou seja, o agravamento das desigualdades sociais¹¹⁶.

Passemos agora à consideração dos aspectos urbano-industriais do processo de marginalização.

O fluxo migratório crescente, meio rural - centros urbanos, a que o mundo subdesenvolvido tem vindo a assistir nos últimos decénios é, evidentemente, a consequência directa das transformações socioeconómicas sofridas no interior das estruturas agrárias. Se é verdade que os ritmos sofridos de urbanização originados por tais transformações são bastante elevados temos, no entanto, que reconhecer que, pelo menos teoricamente, eles não são necessariamente os responsáveis directos da situação alarmante em que se encontram, no que diz respeito ao “desemprego urbano”, as economias dependentes. Na realidade,

pode-se considerar que os ritmos do crescimento das populações urbanas, seriam susceptíveis de ser absorvidos por iguais ritmos de industrialização. Como apoio a esta hipótese teórica temos o exemplo histórico dos países europeus nos quais a industrialização foi na realidade capaz de fazer face a crescimentos urbanos que proporcionalmente se podem considerar como comparáveis aos que actualmente se verificam para as regiões periféricas¹¹⁷. O que na realidade sucede, e é isso que procuraremos demonstrar, é que, independentemente, das características demográficas da urbanização das regiões sub-desenvolvidas, são as características específicas do funcionamento dos sistemas dependentes ou periféricos os factores que explicam o volume e natureza do “desemprego urbano” verificado nas regiões em causa. Neste caso concreto são precisamente as características e as limitações inerentes ao processo de industrialização das economias dependentes os aspectos que passaremos a analisar.

Como havíamos, anteriormente, referido a criação de um sector exportador vai conduzir localmente à concentração da fracção de rendimentos não exportados nas mãos de grupos sociais minoritários cuja procura se vai orientar, face à difusão de novos modelos de consumo (característicos das regiões desenvolvidas) no interior de tais minorias, para um tipo de bens de consumo que consideramos “de luxo”. Como, também, já referimos, tal procura foi inicialmente satisfeita por uma oferta assente na importação. Ora, é evidente, que qualquer que sejam os factores que vão determinar o desencadeamento de um processo de industrialização para substituição das referidas importações, tal processo vai ser necessariamente condicionado pelo tipo de procura pré-existente e será, portanto, orientado no sentido da produção dos já apontados “bens de luxo” na sua maior parte bens de consumo de natureza “durável”. Como tais bens têm por função substituir outros semelhantes que eram obtidos no exterior eles deverão ter necessariamente qualidade comparável àqueles que são fabricados pelas indústrias dos países desenvolvidos. Deste modo, a escolha da tecnologia a utilizar resulta directamente da natureza da procura.

Os agentes económicos responsáveis pela escolha da(s) tecnologia(s) a desenvolver serão, portanto, e necessariamente, orientados na sua decisão, pela natureza e características da procura que se pretende satisfazer, donde resulta

uma opção pelas tecnologias que no momento são utilizadas, nos países industrializados, para a produção de bens de tipo idêntico. Uma transferência tecnológica deste tipo vai originar no ponto de chegada, consequências diversas daquelas que suscita na origem.

Na realidade toda a escolha tecnológica está intimamente ligada aos condicionalismos, objectivos e necessidades das regiões aonde é originada, sendo, portanto, lógico que a sua transferência para regiões com características diferentes vá estar na base de fenómenos de natureza diferente dos constatados para os países desenvolvidos. Assim e como para as regiões evoluídas o factor trabalho é um factor raro, de preço relativamente elevado, todo o processo de inovação tecnológica se orienta para uma produção das necessidades em mão-de-obra em favor de uma maior proporção no capital técnico utilizado. É evidente que toda a transferência de tecnologias deste tipo para as regiões do Terceiro Mundo, aonde as populações desempregadas são bastante importantes e onde a acumulação de capital é relativamente fraca, justifica por um lado o volume crescente do desemprego urbano e por outro lado o agravamento da situação de dependência em que tais regiões se encontram face ao “mundo desenvolvido”.

Um outro aspecto que vai contribuir também, para o enorme volume de desemprego que caracteriza as regiões subdesenvolvidas é sem qualquer dúvida a dimensão necessariamente limitada do processo de industrialização de substituição de importações. Estando tal processo orientado fundamentalmente em ordem à satisfação de uma procura limitada, ele é obviamente limitado e, por conseguinte, incapaz de aproveitar a totalidade dos recursos disponíveis na região, única possibilidade para que o ritmo de crescimento da industrialização seja capaz de criar o volume de empregos urbanos susceptível de absorver os ritmos de urbanização atrás considerados.

A passagem a uma segunda fase no processo de industrialização das regiões subdesenvolvidas, que consiste na implantação de indústrias de bens de equipamento (sector 4) em nada modifica, pelo menos nos seus aspectos principais, a natureza do processo analisado. A qualidade dos produtos e o tipo de equipamento que estas indústrias devem produzir

são determinados necessariamente pela natureza de produção do sector utilizador de tais equipamentos, o qual continua a ser condicionado pela natureza da procura dos grupos privilegiados (portanto fundamentalmente o sector 3). Continua-se, portanto, nesta fase a utilizar tecnologias “capital intensivo” cuja capacidade de absorção de mão-de-obra é de tal modo reduzida que nem sequer contribui para atenuar o volume cada vez maior de massas marginalizadas.

A possibilidade de se romper com o processo de dependência tecnológica que temos vindo a descrever encontra-se cada vez mais de difícil resolução uma vez que se tem verificado um deslocamento progressivo dos centros de decisão económica em direcção às empresas “multinacionais”.

Com efeito, a natureza “avançada” das tecnologias exigidas pelo processo de industrialização adoptado obriga a uma estrutura base de inovações tecnológicas que só as grandes empresas podem possuir. Hoje em dia, a concorrência entre tais empresas assenta, precisamente, sobre a exploração de inovações que é todo o interesse em difundir o mais rapidamente possível pelas diferentes indústrias utilizadoras. Em ordem a atingir tal objectivo a estratégia adoptada consiste em “multinacionalizar” (Ikonicoff, 1973), o espaço sobre o qual se podem desenvolver as suas actividades, de modo a criar as bases necessárias a uma rápida difusão das suas inovações pelas diferentes regiões do globo. É deste modo que as filiais das grandes empresas “multinacionais” conseguem controlar efectivamente o processo de industrialização das zonas aonde se localizam. É evidente que tal controle deriva, em larga escala, da natureza das indústrias que controlam directamente (indústrias de bens “duráveis”: automóvel, eletrodomésticos, etc.; certas indústrias de bens “não duráveis”: indústrias alimentares) e das características da procura de produtos industriais dominante no Terceiro Mundo (bens de consumo “de luxo”).

Resta-nos, como conclusão destas rápidas considerações sobre o processo de marginalização, estabelecer uma distinção entre as formas de “desemprego urbano” que caracterizam um sistema autocentrado e um sistema periférico. Uma análise comparativa deste tipo foi empreendida em relação à América Lati-

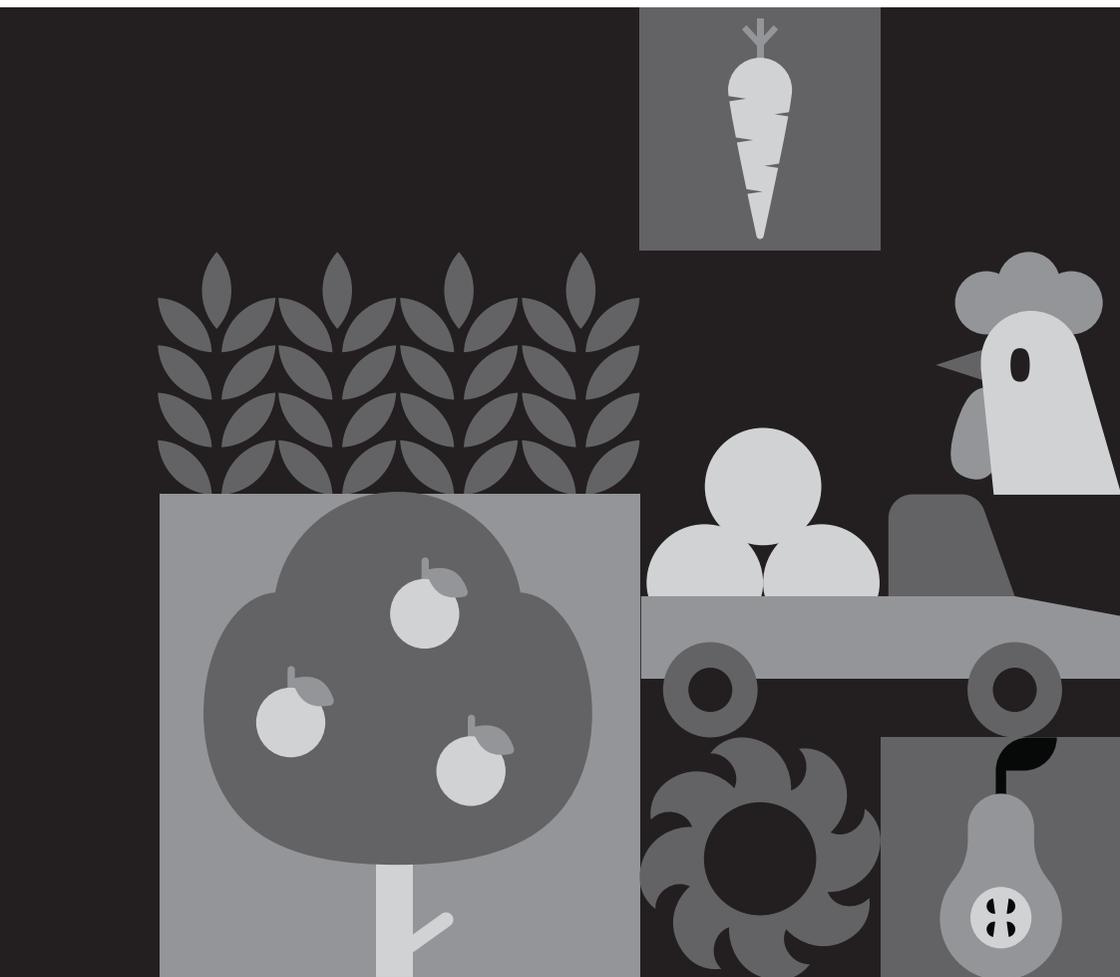
na par alguns dos autores referidos na nota 114, sendo de referir principalmente o trabalho de José Nunes¹¹⁸.

Das análises realizadas, resulta a existência de uma nítida distinção entre as formas assumidas actualmente pelo desemprego nos sistemas dependentes e aquelas que apresentaram no processo histórico de desenvolvimento do capitalismo europeu. A distinção estabelece-se segundo os referidos autores de acordo, por um lado, com a existência de diferenças verificadas quanto à evolução do desemprego e sub-emprego num e noutra caso considerados e por outro lado, com a natureza diversa das funções por elas desempenhadas no funcionamento dos respectivos sistemas.

Assim e enquanto o desemprego e sub-emprego no caso europeu se foram tornando a pouco e pouco cada vez menos volumosos, acabando por se tornar relativamente limitados e estáveis, a tendência constatada para o Terceiro Mundo é de natureza inteiramente diferente pois, segundo os autores considerados, a marginalidade sendo um fenómeno inseparável do modelo de crescimento seguido e ele próprio um sub-produto de tal modelo donde resulta, que quanto mais a economia das regiões em causa se desenvolver dentro das estruturas sociopolíticas que caracterizam os sistemas dependentes, maior será, necessariamente, a expressão da referida marginalidade (Stavenhagen, 1973). Em relação ao outro tipo de distinção apontado é-nos possível afirmar que enquanto, para o caso dos sistemas autocentrados, a função que o desemprego desempenhou no modelo de acumulação e de desenvolvimento socioeconómico foi resultado de uma dupla função atribuída ao volume dos salários, como custo e como rendimento capaz de criar uma procura de bens de consumo essenciais que está na base do desenvolvimento do modelo autocentrado, já, nos sistemas periféricos a função do desemprego liga-se unicamente à consideração dos salários como um elemento principal da estrutura dos custos de produção uma vez que a procura que comanda o processo produtivo tem a sua origem não no volume crescente da massa salarial mas antes nos mercados externos e nos rendimentos das categorias sociais privilegiadas. Daqui resulta por sua vez um outro tipo de distinção entre as características do desemprego nos dois sistemas considera-

dos. Nas economias desenvolvidas o volume de desemprego, limitado e relativamente estável, resulta da existência temporária de operários desempregados enquanto que, nas economias dependentes, um número sempre crescente de “não empregados” nas actividades produtivas “clássicas” (agricultura, indústria e comércio) encontra-se “ocupado” num conjunto de actividades absolutamente marginais.

Notas



1. O termo *camponês* é utilizado muitas vezes com sentido pejorativo, se bem que não seja este evidentemente o sentido com que o utilizam o referido grupo de autores (por ex: Nash 1961; Firth 1965; etc.). Para estes autores o termo em questão coincide, quanto ao seu significado, com a designação agricultura de subsistência. Este termo é, no entanto, como refere Wharton (1965), bastante impreciso pois o seu significado varia para as diferentes disciplinas que constituem as ciências sociais.
2. Neste sentido é bastante elucidativa a classificação sugerida por Mellor para as fases de desenvolvimento da agricultura. Nesta classificação o autor contrapõe à agricultura tradicional (1ª fase) as agriculturas tecnologicamente dinâmicas (2ª e 3ª fases). O autor refere, a propósito da 1ª fase: *“It is a technologically stagnant phase in which production is increased largely through slowly increased application of traditional forms of land, labor, and capital”* (Mellor, 1966).
3. *“Ceci signifie (être traditionnelle) du point de vue de notre analyse que les conditions techniques de la production, ne se modifient pratiquement pas; l'économie agricole demeure proche des conditions naturelles (...) et le capital technique d'origine non agricole demeure limité au minimum d'outillage indispensable”* (Malassis 1970). *“Farming based wholly upon the kinds of factors of production that have been used by farmers for generations can be called traditional agriculture”* (Schultz 1964).
4. Neste sentido recorreremos fundamentalmente, para além do ensaio em questão, às exposições feitas sobre este por Wharton (1970) e Dandekar (1965).
5. Por **capital**, (enquanto factor de produção), entendemos o conjunto de todos os meios de produção reprodutivos, o que inclui todos os melhoramentos feitos na terra (enquanto factor de produção), que podem ser aumentados através de novos investimentos; todas as modificações operadas no homem (enquanto factor de produção), ou sejam as novas capacidades de gestão e de organização que se adquirem e que

são susceptíveis de ser melhoradas através de investimentos; e finalmente todos os meios materiais de produção reprodutivos.

6. *“The particular economic equilibrium of traditional agriculture is closely akin to the classical long-run stationary state. It is a type of equilibrium at which an economy, or a sector of economy, arrives if it has exhausted all of the economic opportunities inherent in the state at the arts of its disposal”* (Wharton 1970).
7. Esta primeira condição crítica é, de acordo com o texto, a seguinte: *“the states of the art remains constant”* (Schultz 1964).
8. A segunda condição crítica é a seguinte, textualmente: *“the state of preference and motives for holding and acquiring sources of income remains constant”* (Schultz 1964).
9. No texto temos críticas relativamente à terceira condição: *“both of the states remain constant long enough for marginal preferences and motives for acquiring agricultural factors as sources of income to arrive to an equilibrium with the marginal productivity of the sources viewed as an investment in permanent income streams and with net savings approaching zero”* (Schultz 1964).
10. *“An outside expert, however skilled he may be in farm management, will not discover major inefficiency in the allocation of factors”* (Schultz 1964). “it signifies no more than that the allocation of factors of production in traditional agriculture is as efficient as the managerial ability in it is capable of (...) It means that, in the matter of farm management, the farmers in traditional agriculture, through a long process of trial and error, have learned all that can be learned and that therefore the new mathematical techniques of farm planning and farm budgeting have not much to offer to them”. (Dandekar 1965). Esta opinião é perfilhada por outros autores, tais como: Mellor (1965); Boussard (1970); Joy (1965); Wharton (1968).
11. Wharton (1970) indica uma lista das principais críticas sugeridas tendo-nos sido impossível analisar a maioria já que não se encontram à nossa disposição os artigos apontados.
12. São neste sentido as críticas de Dandekar (1965) às teses de Schultz e aquelas que podem ser inferidas a partir das teses apresentadas por Esther Boserup (1965).
13. O nítido aumento de crescimento populacional que se verificou no início deste século e muito especialmente a partir dos anos 50 é também função, em larga escala, da

penetração colonialista que através da sua medicina provocou quedas brutais nos diferentes tipos de mortalidade sem que fosse possível a verificação de igual movimento por parte das taxas de natalidade.

14. A necessidade de alargar à África Bantu a análise que pretendíamos fazer sobre Angola resulta, por um lado, da dificuldade de obtenção de elementos de estudo para o caso particular e da possibilidade de se obterem esses mesmos em relação ao caso geral e, por outro lado, da nossa convicção de que existem estreitas afinidades entre os dois casos. É, aliás, necessário referir que mesmo em relação ao caso mais geral a análise a realizar será necessariamente teórica e muito incompleta sendo, portanto susceptível e numerosas correções e aditamentos.
15. Falaremos daqui para a frente, indistintamente, de sociedades tradicionais, comunidades tradicionais ou primitivas, formações sociais pré-capitalista e utilizando, portanto, estas diferentes designações com um significado idêntico.
16. *“The Malthusian theory is based on too rigid a causal connection between the rate of growth in food supply and population growth. According to the theory, population will not grow unless the food supply or the standard of living rises above minimum subsistence level”* (Myint 1964).
17. *«L’ouvrage d’Esther Boserup (« The Conditions of Agricultural Growth », Londres 1965) marque dans ce domaine une date importante, étant sans doute le premier essai d’une théorie générale du développement de l’agriculture pré-capitaliste»* (Amin 1970).
18. *“Actual events in the present period should go some way to make this change of perspective acceptable. Few observers would like to suggest that the tremendous increase in rates of population growth witnessed throughout the under-developed world in the two post-war decades could be explained as the result of changes in the conditions for food production. It is reasonably clear that the population explosion is a change in basic conditions which must be regarded as autonomous, in the sense that the explanation is to be sought, not in improved conditions of food production, but in medical advances and some other factors which the student of agricultural development would regard as independent variables”* (Boserup 1965).
19. “Em última análise a explicação para a renda “diferencial” (de David Ricardo), está na escassez da oferta de terras férteis em relação à sua procura...” (P. de Moura, 1969).

20. Será neste sentido que orientaremos as nossas considerações futuras para cuja apresentação seguimos fundamentalmente as teses defendidas por Esther Boserup no ensaio anteriormente referido.
21. *“Most of the regions where long-fallow cultivation dominates today are found in the tropics, and this can largely explain why the long fallow systems were considered to represent an adaptation to the special conditions of soil and climate in tropical zone. We have an example of this line of thought in Pierre Gourou’s book the “Tropical World” (Gourou, 1947). “He assumes in fact the soil in most of the tropical zone cannot be used for other systems of cultivation than long-fallow. In this view, only volcanic soil or soil regularly receiving top soil from other regions (...) would be able to support more intensive cultivation (...) Professor Gourou supposes that most of the tropics is sparsely populated because the land is unable to support cultivation for more than one year out of twenty and therefore unable to support a numerous population”.* (Boserup 1965).
22. *“Os Hill Pagans fizeram socalcos, nos flancos das colinas, com paredes de pedra, fizeram rotação de culturas, criaram gado para obter estrumes, colheram sementes para fazer adubo, e utilizaram o estrume, o adubo, cinza de madeira e água das fossas para manter a fertilidade dos seus campos de cultura. Tudo isto foi muito mais trabalhoso do que mudar de lugar, mas não tiveram outro remédio”.* (Kamarck, 1971) .
23. Nicholas Kaldor refere o seguinte no perfácio do ensaio de E. Boserup: *“the main impression, however, that will strike the reader of this book is that primitive agricultural communities are “dynamic”. They are subject to continuing change in agricultural technology, induced by population pressure; even though these changes may not be as fast or dramatic as those experienced recently in the agricultural sectors of industrially advanced countries”* (Boserup, 1965)
24. Escreve Leonard Joy: *“However, his model (Professor Schultz’s model) of “traditional agriculture” does not by any means cover all “underdeveloped” farming situations, for there are examples of subsistence agricultures where opportunities are not fully exhausted and where farming has not reached a long-run equilibrium. Various parts of Africa especially have in the past century been offered opportunities of changes which have in part been accepted and which in some places have still to be fully exploited (...) Africa’s experience suggests that farmers respond to new opportunities other than changes in the state of the arts”* (Joy 1965).

25. Sendo as economias agrícolas africanas aquelas a que menos se aplica o termo “tradicional” apresentado, poderá parecer estranho que o tenhamos preferido a outros. Tal como já referimos, uma importante razão de tal preferência reside na sua adopção pela Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola. Além disso, pensamos que o acelerado processo de apropriação de terras verificado nos últimos tempos tem tido um efeito sobre as economias agrícolas autóctones, semelhante a um forte aumento da pressão demográfica. Deste modo, a situação originada para as unidades de produção em causa é já, provavelmente, muito próxima daquela que definimos como característica da agricultura tradicional, com a agravante de a evolução verificada se ter processado a um ritmo demasiadamente rápido. Carriço faz notar estes aspectos em relação ao distrito do Huambo, quando afirma: “*A superfície média por empresa no total do distrito passou assim de 8,5 ha (1965) para 5,6 ha em 1970, ou seja, verificou-se uma redução absoluta de 3,1 ha e relativa de mais de um terço (36,5%). Esta redução nas áreas das unidades empresariais tradicionais significa, para o mesmo número total de empresas, que houve uma contracção face à diminuição de espaço livre por força do aumento de apropriação da terra por parte das economias autóctones, que aliás, incide normalmente sobre os melhores terrenos*” (Carriço, 1971).
26. “*One acre planted to yams can feed a family of five for one year, where as the produce of African-grown cereals from one acre is usually insufficient to sustain two people on one acre for the same period.*” (Lord Hailey, 1957)
27. A escolha da “metodologia” a utilizar na análise das economias agrícolas tradicionais apresenta-se como problema de difícil resolução. As opiniões dos diferentes autores são bastante divergentes estando absolutamente fora das nossas possibilidades e intenções o estudo de tais divergências. O facto de se utilizar elementos da análise marginalista e sendo esta possibilidade considerada incorrecta num dos textos didáticos da cadeira de Sociologia Rural, obriga-nos, no entanto, a adiantar algumas breves explicações sobre estes aspectos. Em as “Sociedades Tradicionais Africanas, um Modelo para Estudo” o autor refere na pág. 2: “*O economista ou sociólogo europeu, ao tratar do problema das sociedades africanas, não deve reconstruir para elas o universo habitual do seu meio e introduzir a conceptuologia (...) daí derivada: jogo de oferta e de procura, lucro máximo, análise marginal, produtividade...*” (Sousa 1965). Esta posição é, aliás, defendida por variadíssimos autores sobretudo os de formação sociológica e antropológica, dos quais referimos: Polany (1957), Georgescu-Roegen (1965), Meillassoux (1960), etc.. Acontece no entanto que muitos outros autores são de opinião que é possível utilizar a conceptuologia da teoria económica clássica: Ni-

cholls (1963), Malassis (1970), Mellor (1966), Myint (1965), Fisk (1962, 1964), Schultz (1964), Haswell (1963), Firts (1965), Park (1965), Jones (1965), Krishna (1965), Whetham and Currie (1971), Nakajima (1965), etc.. Por não estarem ainda suficientemente amadurecidas, as razões pelas quais perfilhamos a posição destes últimos autores, limitar-nos-emos a apontar duas citações cujas indicações contidas resumem aspectos importantes da nossa preferência: “*He (Georscu - Roegen 1965) has tried to protect the peasants by erecting a special sociological theory around them. I believe that the best way to protect the peasants is to emphasize that in their basic economic behavior they are not fundamentally different from anybody else, so that they should not be discriminated against. In the history of the peasants in colonial era, special sociological theories, (...), have been (with or without their author’s consent) used to justify the exploitation of the peasants, for the adoption of negative pressures instead of positive economic incentives, the imposition of heavy taxation and forced labor*” (Myint 1965). “*I would agree that if we could have analytical tools built under assumptions to fit into the reality of subsistence farms, there would be no reason why we should use tools built under unrealistic assumption. But so far, no replaceable tools have been built, and it seems to me that no realistically perfect tools which conform to the behavior of subsistence farmers will be made. A possible solution for the problem might be to alter the unrealistic part of the assumptions so that the tools will be more useful for particular local conditions. The major task of economists seems to be, not to invent new tools but to become better users of the tools already invented*” (Park 1965).

28. «*Il en est ainsi de la théorie marginaliste qui postule un monde d’egaux; la théorie a certes une signification normative (guide pour l’action) mais elle n’a pas de valeur positive (elle n’est pas explicative de situations historiques concrètes)*» (Malassis 1970).
29. É nesta perspectiva que devem ser entendidas as sete hipóteses de base consideradas por Nicholls (1963).
30. A representação gráfica utilizada não condiz com a de nenhum dos autores anteriormente apontados tendo, no entanto, resultado duma tentativa de análise crítica dos seus trabalhos. É evidente que a posição relativa das diferentes curvas não tem qualquer significado, a não ser o de pretender ajudar à compreensão de determinadas situações e relações.
31. Consideraram-se três funções de produção por nos parecerem ser fundamentalmente três as fases de evolução das economias agrícolas africanas em relação às condições técnicas de produção.

32. (Nicholls, 1963) considera os seguintes valores: 2.000 calorias/cabeça/ano e 3.000 calorias/cabeça/ano. (Fisk, 1962) considera dois níveis de consumo que não exprime numericamente: um deles corresponde ao consumo necessário para manter a população em condições físicas que possibilitem a realização de trabalho durante um período de tempo considerado socialmente aceitável, o outro diz respeito a um nível de consumo 25% superior ao anterior o qual é função de um certo número de factores sociais e tradicionais.
33. Estes valores representam as produções, por trabalhador e por ano, necessárias a garantir os consumos de subsistência e máximo de cada trabalhador e da população que está a seu cargo.
34. A simbolização dos salários por W deriva do termo inglês “Wages”.
35. O conhecimento dos níveis de salário não tem grande significado para o caso do sector agrícola tradicional em que coexistem unidades de produção ajustadas às necessidades dos produtores e suas famílias. É sobretudo para o estudo das situações em que coexistem empresas com possibilidades e disponibilidades diferentes que o conhecimento se torna interessante para o decorrer da análise a efectuar.
36. Segundo Fisk a curva da oferta de trabalho só se torna vertical para níveis de consumo alimentar iguais ou superiores aos de subsistência. Apesar de esta indicação em nada afectar a análise em curso, terá, talvez, interesse mostrar quais as razões justificativas da proposição de Fisk. Para tal recorreremos à representação gráfica e ao texto do próprio autor. “*One factor limiting the potential supply of labor in a human society is the level of nutrition, which in a subsistence society can be roughly equated to the output of food. Below a certain level, work will be impossible, and the potential supply of labor will be null. This is indicated (...) as point E. Above that level the potential supply of food increase, until a point N is reached at which the food supplies, and the consequent level of nutrition are adequate to maintain full physical activity for the length of the working period that is socially or otherwise acceptable. (...) This is represented graphically (...) by the composite curve ENPS, on which E is the starvation point, N is the point at which nutrition is adequate for full activity and NPS and onward represents the maximum supply of labor available under the social and demographic conditions prevailing.*” (Fisk and Shand, 1965).
37. “*In the long periods of agricultural development before the point is reached where peak activity becomes exceedingly heavy for an ordinary subsistence farmer the individual*

cultivator could, by working harder, produce more without needing to invest or to change his system of cultivation" (Boserup, 1965).

38. A tal nível populacional corresponde, segundo o autor, um óptimo populacional, relativo às economias agrícolas cuja função de produção é a em causa.
39. *"No general rule can say just what of population density must be reached before the introduction of the plough will be helpful by increasing output for men-hour, or at least by preventing its decline. This critical level of density where conditions are ripe for the plough to be introduced, depends upon natural factors and upon the type of plough and other tools that happen to be available to the community in question"* (Boserup, 1965).
40. Existe nítida divergência de opiniões entre diferentes autores sobre se a produtividade marginal do trabalho se anulará ou não. Assim e entre outros, Lewis (1954), Fei and Ranis (1964), Nurske (1953), etc. são de opinião que a partir de determinados níveis populacionais a produtividade marginal toma valores negativos. Por outro lado, é hoje em dia opinião mais corrente a de um grupo de autores, Schultz (1964), Mellor (1966), Jorgensen (1965), Boserup (1965), etc, que consideram que, na realidade, a produtividade marginal apesar de atingir, a partir de certo nível de população, valores extremamente baixos se mantém, no entanto, sempre com valores positivos. Dale Jorgensen (1965) apresenta um interessante resumo sobre esta discussão em *"The Role of Agriculture in Economic Development: Classical versus Neoclassical Models of Growth"*. Também Schultz em *"Transforming Traditionel Agricultural"* apresenta uma análise bastante criteriosa sobre aquilo que ele intitula de *"The Doctrine of Agricultural Labor Zero Value"* (Schultz, 1964, pag. 53 e seguintes).
41. Sendo a produtividade marginal do trabalho praticamente nula, os acréscimos no número de trabalhadores não correspondem, necessariamente, a aumentos de produção. Nicholls sugere que o que se passa na realidade é que, apesar de aumentar a população com idade activa a partir deste nível de produção, não é aumentado praticamente o número de trabalhadores "actual e efectivamente activos" (Nicholls, 1963).
42. Na realidade existirão com certeza casos para os quais a intensificação verificada se operou também através da realização de novos investimentos em melhoramentos fundiários ligados ou não ao estabelecimento de regadios. Neste caso seria necessário recorrer a novas curvas de produção para representar tal evolução. No entanto o estabelecimento de regadios não nos parece corresponder à maioria das situações

características das economias agrícolas tradicionais africanas o que nos levou à sua não consideração. A apresentação da hipótese irrigação tornar-se-ia indispensável se analisássemos o caso asiático.

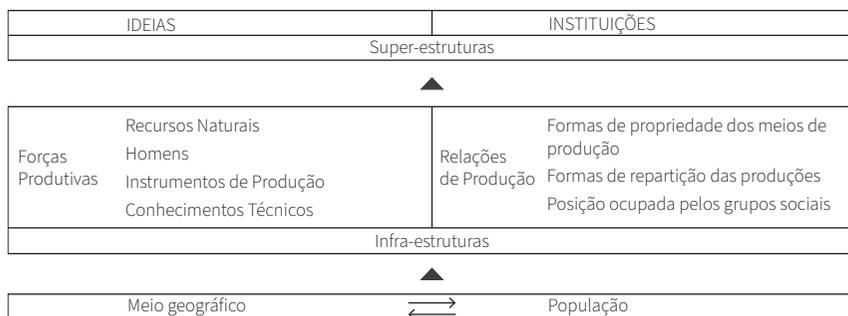
43. *“The practical implications of this issue are important, for economists who are unfamiliar with local agricultural conditions tend to underestimate the scope for additional employment and production in agriculture in such regions (...) If, in such regions, population is growing at a rapid rate, the further conclusion is usually drawn that sufficient food cannot be produced unless agriculture is equipped with modern means of production from industry and that the additional rural population cannot be employed in agriculture, but must be transferred to urban activities or remain unemployed or Underemployment”* (Boserup 1965).
44. *“(...) When our community had become extremely densely populated a few fields would now and then be added to the part of that cultivated area, which could be sown and harvest twice a year instead of once, or three times instead of two. If the rate of population growth was sufficiently low, an observer at any given moment would not see many signs of change. He would be inclined to describe the community as technically stagnant”* (Boserup 1965).
45. *“There are three main channels of investment in which a large part of the savings flows: buying or acquiring of additional land for renting out; money landing for consumption purposes at exorbitant rates; and trading a shopkeeping”* (Dandekar, 1965).
46. Ver a este respeito nota 24.
47. *“Here the traditional agriculture is characterized not by a state of equilibrium, but by a state of continuous deterioration, with negative net savings and investment. Because it does not produce enough for its subsistence, it lives and survives by capital consumption (...) This man lives and survives by cheating land, cheating cattle, and finally cheating himself”* (Dandekar 1965).
48. O conceito de modo de produção é um conceito base na análise marxista do processo de transformação histórica. Apesar de se encontrar intimamente ligado a um determinado método de análise científica da sociedade é este conceito, hoje em dia, utilizado por diversos autores, independentemente das suas ligações com a referida corrente de pensamento. Poder-se-ia talvez encontrar um termo de idêntico alcance dentro da terminologia clássica económica ocidental e este seria muito provavelmente o de organização sócio económica global, mas como refere Malassis, “o

conceito de modo de produção é uma representação global da sociedade, que tem a enorme vantagem de não separar a análise dos factos económicos da dos sociológicos, separação esta que tem normalmente graves inconvenientes tanto ao nível da Ciência como ao da acção” (Malassis, 1970). Recorremos também a este autor numa tentativa de clarificar o significado do conceito em questão: *“La façon dont les hommes produisent les biens matériels (nourriture, vêtements, etc) nécessaires pour que la société puisse vivre et se développer constitue le mode de production de la société considéré. Celui-ci s’analyse en deux groupes de composants: les forces productives et les rapports de production. Les forces productives ou forces de production, comprennent les ressources naturelles, les instruments de production (outils, machines, énergie mécanique, espèces sélectionnés, etc.), les hommes qui appliquent les instruments de production aux ressources naturelles, l’expérience de la production (habitude du travail productif, connaissances techniques, organisation et division du travail (...)) Les rapports de production: pour produire les biens matériels nécessaires à leur existence (par l’utilisation des forces productives) les hommes doivent travailler ensemble, au sein d’unités socio-économiques élémentaires (l’entreprise dans l’économie capitaliste), elles-mêmes indépendants au sein de l’économie globale. La production revet donc un caractère «social», les rapports sociaux qui s’établissent entre les individus dans le processus de production définissent, la structure social qui caractérisent le mode de production»* (Malassis, 1970).

49. As considerações que faremos sobre os modos de produção das formações pré-capitalistas acompanham quase textualmente S. Amin no seu trabalho “L’accumulation à l’échelle mondiale” (Amin, 1970).
50. O termo “longínquo” aqui utilizado, corresponde ao “commerce lointain” dos autores franceses e ao “long-distance trade” dos autores de língua inglesa.
51. *“De cerca de 92% do Continente se pode dizer que sofre de uma ou de outra incapacidade climática - isto é seguramente um dos factos mais importantes em relação a África”* (Hance, 1964).
52. *“One of the most extraordinary facts of botanical distribution is that practically none of the important forest food-crops of the world is indigenous to Africa (...) the most important crops grown in these areas today are maize and cassava, both of which came to Africa from south and Central America during the sixteenth and seventeenth centuries A.D.. Before the late arrivals from the new world, the forest food crops grown in Africa were mainly those of the South-East-Asia - the banana, the Asian Yam (Discorea), and*

the coco-yam (Calacasia). And it is unlikely that any of these south-East-Asian plants reached Africa before the beginning of the Christian era” (Oliver and Fage 1966). Esta introdução em África de plantas do Sudeste Asiático é, para os autores, um dos factos mais característicos da expansão Bantu.

- 53. “*Não é de surpreender que a população humana de África também fosse esparsa e muito dispersa. Para que o homem sobrevivesse em África teve de fazer frente a ataques vindos de todos os lados*” (Kamark, 1971).
- 54. A ordem pela qual se consideram as diferentes fases da organização de uma sociedade é absolutamente deliberada e resulta da nossa convicção que tal processo se realiza de acordo com o seguinte esquema linear obtido em Albou (1970).



- 55. O povoamento que aqui nos interessa considerar refere-se ao processo de ocupação que se verifica com a expansão Bantu. Este processo corresponde, segundo alguns autores, à terceira fase de penetração em África da revolução agrícola ou alimentar (Oliver and Fage, 1966)
- 56. É claro que a caça e a pesca continuam a ocupar lugar de relevo na subsistência da maioria das populações, mas o facto característico do processo de ocupação referido é a agricultura ter-se tornado, com excepção de alguns casos particulares, a actividade económica dominante.
- 57. «*Les institutions d'une économie de subsistance, notamment celles relatives au statut du sol et au droit d'usage des terres révèlent bien le caractère urgent de la subsistance, comme condition de survie du groupe*” (Badouin, 1971).
- 58. O “necessariamente” resulta da nossa convicção de que a incapacidade de compreensão e explicação dos fenómenos naturais, e do seu carácter quase simultâneo

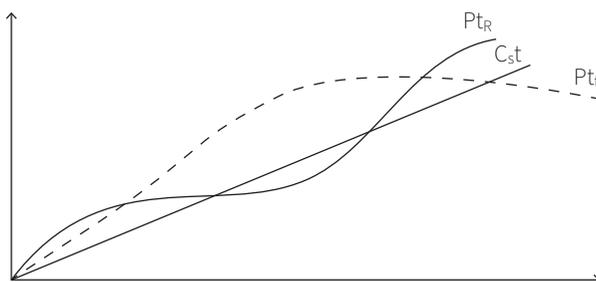
de benefício e malefício, conduz obrigatoriamente à consideração daqueles fenómenos como manifestações de um ser sobrenatural.

59. Neste sentido Kamark refere: *“grande parte das políticas religiosas tradicionais faz sentido do ponto de vista económico: se a única garantia de uma boa colheita ou de boa saúde é a intervenção de um poder sobrenatural, gastar recursos em ritos religiosos é simplesmente um investimento sensato”* (Kamark 1971).
60. *“Os antepassados são os portadores da “força vital” e por isso dominam os descendentes que não partiram ainda para o outro lado (...) Além de legisladores, são também guardiões dos costumes e das leis, desempenham a função de conselheiros, transmitem ordens, inspirações e outras virtudes especiais. Recompensando ou punindo, conforme a tradição seja ou não respeitada, causando doenças ou curando, provocando secas ou chuvas, os antepassados regulam o convívio entre todos e a participação de cada um nas actividades colectivas”* (R. de Andrade, 1973).
61. *“Nas sociedades tradicionais africanas, a idade, a ancianidade além de ser uma qualidade pessoal e biológica é sobretudo uma qualidade social, pois através dos anciões - quase despegados dos vivos e assimilados aos mortos - manifesta-se o poder dos antepassados”* (Sousa, 1965).
62. *“No cume encontram-se os grandes antepassados da família e depois os seus descendentes segundo a ordem da antiguidade. Em seguida vêm os vivos: em primeiro lugar, o patriarca, o mais antigo (...) depois os anciões e por último os mais novos”* (Deschamps, 1954).
63. O termo cultura é aqui empregue segundo o seu conceito mais lato, isto é, enquanto o conjunto formado pela organização técnico-económica, pela estrutura sócio-política, pelas criações artísticas e pelas manifestações religiosas que caracterizam uma dada sociedade.
64. Ver nota 54
65. *«Dans le domaine économique le lignage est rarement l'unité de production; c'est la famille qui, pour les agricultures des clairières est composé de l'homme, de sa ou de ses femmes et de leur enfants non mariés»* (Maquet 1962).
66. *“Dans le notion de surplus économique Baran distingue entre le surplus réel ou effectif et le surplus potentiel. On calcule de première en faisant la différence entre la production courante effective et la consommation courante effective (...). Le surplus*

économique potentiel constitue la différence entre la production, qui dans les conditions existantes et avec les ressources disponibles pourrait être atteinte et ce que l'on peut considérer comme la consommation vitale essentielle. (...) Il revêt quatre formes: consommations excessive de certaines classes de la société; déficit de production dues aux travaux improductifs, perdes de production dues aux dilapidations consécutives à l'organisation de l'appareil de production existant; carence de production a le suite du chômage ou de la faible demande" (Zahar 1970).

67. *"The reasoning above will perhaps be met by the objection that the annually recurring hunger periods in some communities living under the system of long fallow are incompatible with the idea that more food could be produced by the average cultivator if only he would agree to reduce his hours of leisure. However, this paradox can be explained in the light of anthropological studies of attitudes in primitive rural communities. Anthropologists stress the lack of foresight and the general inclination to shun hard agricultural work. (...) Anthropological studies suggest that primitive peoples usually consider both hunting, fishing and food collection as pleasurable activities, while food production is resorted to only to the extent that other and more agreeable activities fail to provide sufficient food. The effort devoted to food production is often seen to be limited to the bare minimum of hours necessary to avoid starvation. This attitude may help to explain why, in communities with systems of long fallow and with abundant land and little input of agricultural labour, the cultivated area is often barely sufficient to give a crop which can last until the following harvest" (Boserup 1965).*
68. *«Lorsque le groupe devient trop vaste une scission s'offre toujours selon le principe de descendance» (Maquet, 1962).*
69. *«Certains chefferies sont limités à quelques villages au même à un seul, tandis que d'autres - le plupart - se sont engagées dans un mouvement de lutte pour la domination (...). C'est ainsi que se sont constitués des royaumes, centralisés au fédérés qui ant une histoire que l'on commence à restituer à grand - peine (...).» (Maquet, 1962).*
70. A produção de tubérculos não desaparece inteiramente, mas acontece que os cereais passam a ocupar lugar principal. Aliás também na agricultura em floresta se cultivam cereais ocupando estes nesse caso um lugar secundário relativamente aos tubérculos.

71. “L’Histoire montre (...) que le développement du surplus agricole est la base primitive du développement des métiers, des différenciations sociales, de l’apparition des classes, de l’Etat, du commerce de la monnaie, etc.” (Bettelhoim, 1970).
72. Como as condições de produção da agricultura tradicional são muito próximas das condições naturais, a produção agrícola real (P_{tR}) é muito flutuante em relação à produção tendencial (P_{t}). Podem-se originar assim fomes “conjunturais”, se não forem constituídos stocks ou, se vários anos sucessivos de más produções os absorverem.



73. “Essentially the “Sudanic” state was a parasitic growth fastening itself upon the economic base of preexisting agricultural societies. To these societies it contributed certain new ideas of political organization, and certain techniques, notably in the field of mining, metallurgy, and trade. Its earliest propagators seem to have moved south-west from Nile-Valley, and to have established themselves (...) among the agricultural peoples (...) south of the Sahara, at points where they could control and develop the trans-Saharan trade-routes” (Oliver and Fage 1966).
74. Oliver e Fage consideram o Reino do Congo como podendo, também, ser englobado no conjunto designado por Estados Sudaneses. “The Kongo Kingdom was a typical “Sudanic” state, which been founded, probably in the late fourteenth or early fifteenth century, by a conjuring group from the south-east” (Oliver and Fage, 1966).
75. “La faiblesse de la densité du peuplement en Afrique explique sans doute largement ce précocement au stade précoce de l’évolution du mode de production tributaire” (Amin, 1970).
76. “Land tenure deals with the rights and patterns of control of the land resource (...) The system of land tenure in predominantly agricultural communities determines the social and political status as well as the economic power of a large proportion of the

population. Land tenure systems are extremely complex and it is doubtful if a generally suitable classification of land tenure systems has yet been made (...) Land tenure as a term suggest classification based on the manner of ownerships of land. However, that characteristic of the popular terms represents one of the major weaknesses in determining the operational characteristic of land tenure systems” (Mellor. 1966).

77. *“Todas as variantes locais do sistema tribal ou comunal de posse de terra se baseiam na ideia de que a terra não é um bem escasso e que o direito de a utilizar resulta de se pertencer a uma comunidade ou do consentimento desta” (Kamark, 1971). Ver, sobre os sistemas de posse da terra africanos, “African Agrarian Systems”, ed. Biebuyk, Oxford 1963.*
78. Ver nota 57
79. *“Quando, porém, a colonização implicou ocupação económica de vastos territórios - para neles se estabelecerem colonos europeus ou para aí se praticarem as chamadas “culturas industriais” de largo porte - essa ocupação frequentemente constituiu esbulho (é verdade que nem sempre consciente para quem o efectuava) de terras que tinham dono tradicional nas comunidades aborígenes. Da extensão e gravidade de tal fenómeno algo nos dizem certos indicadores disponíveis: por exemplo, 40.000 km² de terras para 21.000 brancos, contra 100.000 km² para 3 milhões de negros no Quénia; ou 185.000 km² para 60.000 brancos, contra 115.000 km² para milhão e meio de negros na Rodésia do Sul. Eis como em terras que a tradição e o direito costumeiro diziam suas, foram os homens compelidos - pela força, pela necessidade ou pelo temor - a prestar, em troca de parcas retribuições, a própria força dos seus braços e o constante testemunho da sua sujeição” (Sedas Nunes, 1968).*
80. *“Este facto transformou (...), o próprio conceito de estabilidade terra-homem. Fortes correntes migratórias (...) deslocam-se até às cidades industriais, criadas pelo amparo e pelo crescimento do “sector moderno”. (...) Essa proletarianização urbana foi precedida, em muitos casos, de tensões e de lutas. Assim ocorreu com a expulsão de quatro milhares de africanos (...) das melhores terras do Quénia (...)” (Ruiz Garcia, 1967)*
81. Os excedentes (efectivos ou potenciais) relativos a um determinado nível de população activa representam-se graficamente pelo segmento de recta, pertencente à linha vertical que passa pelo nível de população activa considerado, que separa a curva de produção total da curva de consumo de subsistência total.

82. *“L’Économiste désigne par le terme “coût d’option” (opportunity cost) le sacrifice consenti en renonçant à un acte économique pour en réaliser un autre” (Samuelson 1964).*
83. *«Les différentes branches de l’économie ne croissent pas au même rythme, la croissance ne se produit pas partout à la fois, elle se manifeste dans des branches privilégiées qui jouent le rôle d’industries motrices de la croissance (...).*
En résumé, en s’inspirant du F. Perroux, on peut écrire que les industries motrices abaissent les prix et les coûts des produits et des services augmentent le flux des biens échangés et en suscitent de nouveaux, modifient les comportements, la structure de l’appareil de production et celle de la consommation.” (Malassis 1970).
84. *“Whatever its weaknesses, the doctrine of the “backward-bending” – supply curve of labour was used to rationalize the policy of using negative pressures to sequence more labour out of the subsistence economy when the voluntary supply of migrant labour become inadequate for the expanding demand of the mines and plantations”. - (Myint 1964)*
85. *“Tem surgido uma dificuldade especial, com frequência surpreendente: o aumento do valor das peças produzidas tem tido como consequência uma diminuição da produção (...), porque o operário reagiu ao aumento não aumentando a quantidade de trabalho, mas sim reduzindo-o (...). O operário não perguntou: quanto é que eu poderei ganhar num dia se trabalhar o mais que puder, mas sim: quanto é que eu terei que trabalhar para ganhar o salário, 2,5 marcos, que ganhava antes e que chega para satisfazer as minhas necessidades habituais?” (Max Weber 1930).*
86. *“A produção de um pequeno excedente, de facto, é normal na agricultura de subsistência num ano médio. Uma vez que as vidas dos agricultores dependem da comida que produzem, devem cultivar se for possível uma superfície suficientemente grande para dar comida que baste mesmo no caso do uma má estação (...). Num ano normal, portanto, esta margem de segurança dará um pequeno excedente” (Kamarck 1971).*
87. Segundo o próprio autor ainda muito raro em África e talvez só existente no Gana.
88. *“Even where a new crop was introduced, as in the case of cocoa in West Africa, the secret of its success as a peasant export crop seems to be that it requires fairly simple methods of cultivation which can be readily incorporated into the existing agricultural techniques of the region. In fact, in the first few years of cocoa production, it seems to be complementary with the production of food crops such as yams, as the two can be*

- interplanted*” (Myint, 1965).
89. Ver para tal análise, por exemplo, Bairoch (1970)
 90. Na análise que passamos a realizar, recorreremos essencialmente às considerações apresentadas sobre tal problemática por Myint (1964) e Samir Amin (1970 e 1972).
 91. Recorreremos fundamentalmente a este autor para uma caracterização mais completa da agricultura de tráfico.
 92. *“Aux premières étapes l’échange porte sur des produits agricoles exotiques contres des produits manufactures de consommation courante (textiles, quincaillerie, etc.): c’est le cas a l’époque de l’économie de traite simple. Lorsqu’une industrie de substitution d’importations est rendu possible par l’élargissement du marché interne consécutif a la « commercialisation » de l’agriculture et au développement de la production minière on passe a l’économie de traite évoluée ou l’échange porte sur des produits de base contre des biens de consommation et des biens de production (énergie, matières premiers, semi-finis, biens d’équipement) nécessités par l’industrie légère de substitution d’importations”* (Amin 1970).
 93. *“Dans ces établissements (établissements côtiers de traite) une bourgeoisie commerçante, d’origine européenne sur la côte ouest, arabe sur la côte est, devenue rapidement métisse, aurait pu être à l’origine d’une bourgeoisie nationale commerçante. Ces hommes ont, en effet, suivi la conquête coloniale mais ils ne sont pas installés comme traitants dans les nouveaux bourgs de l’intérieure, au centre des régions dont l’agriculture se commercialisait. Leur développement fut brusquement arrêté, parce que trop tardif, par la concurrence victorieuse des grands monopoles du commerce colonial au début du XXe siècle. (...) Le développement des relations commerciales a l’intérieur des campagnes devait lui aussi sécréter nécessairement une bourgeoisie de petits commerçants. Lui encore la puissance des grands monopoles commerciaux leur à interdit de dépasser le stade du tout petit commerce et de s’étendre vers le commerce de gros et d’import-export. Un domaine particulier semble néanmoins destiné à la bourgeoisie commerçante locale: le commerce des produits vivriers locaux qui, jusqu’à présent, est demeuré très atomisé, souvent réservé aux femmes”.* (Amin 1970)
 94. *“Selon une étude effectuée vers 1960, au Niger, par le C.O.G.E.R.A.F., la combinaison la plus achevée consistait, pour le traitant, a acquérir du mil au mois d’octobre au prix de 7 francs C.F.A. le kilogramme. Un stock de 1.000 kilogrammes peut ainsi être constituée pour une mise de fonds de 7 000 francs C.F.A. Le mil est rétrocédé au mois de Juillet*

suivant au cultivateur au prix de 18 francs C.F.A. le kilogramme. Mais le paiement s'effectuera au mois d'octobre sur la base d'un rembours rasement de 20 kilogrammes d'arachides pour une quantité de mil valant 250 francs. Le traitant reçoit en échange de la cession en Juillet de 1 000 kilogrammes de mil, de 1 440 kilogrammes environ d'arachides en octobre. Il revend 7000 francs C.F.A., lancée dans le circuit par le traitant, est devenue supérieure a 34 000 francs C.F.A. a la suite des transactions diverses qui se sont produites tout au long de la campagne agricole". (Badouin 1971).

95. As quatro condições que passamos a analisar resultam, segundo Samir Amin, de "*l'étude comparée des zones dans lesquelles le développement d'une bourgeoisie rurale s'est frayé la voie en Afrique noire*" estudo este que permitiu ao autor fazer sobressair "*la relation evidente entre les progrès de la productivité agricole et la constitution d'un capitalisme agraire*". (Amin 1972).
96. "*... it is quite rational for peasants in "overpopulated" countries with very little margin for taking risks above their subsistence level to be content with a lower return from subsistence production rather than choose the higher but riskier returns from cash production*". (Myint 1965).
97. Ver, sobre as realizações deste e de outros tipos, Kamarck (1971, pags. 210 a 237).
98. Sobre este aspecto tem interesse referir os pontos 1 e 2 da filosofia de extensão rural definida por Possinger, para o caso angolano: "1 - A Extensão Rural deve procurar a evolução económica (ou material) dos agricultores através da evolução interior (ou não-material) de cada agricultor considerado; 2 - Fazer do agricultor o sujeito e não o objecto de ambas as evoluções procuradas. Para tal nunca será paternalista".
99. Esta última condição parece ser a que Kamarck (1971) reputaria como explicativa da evolução verificada após terem desaparecido os "*paysannats*", pois tal autor, além de considerar as realizações em causa como sendo "uma experiência especialmente interessante" explica o seu falhanço enquanto resultado do abandono da região por parte dos "trabalhadores suplementares que eram necessários para manter os planos em execução", abandono este que teria tido origem "no caos que acompanhou a independência" do Congo.
100. A troca de produtos entre dois países, regiões ou sectores de actividade económica efetua-se segundo uma relação denominada "razão de troca". Pode-se dizer, de acordo com P. Moura (1969) que, em linhas gerais, "a razão de troca será a relação entre as

quantidades de exportação e importação, podendo calcular-se como a quantidade de bens de equipamento obtida por uma unidade de exportação”. É necessário, no entanto, referir que as razões de troca podem ser calculadas não só em quantidade como também em valor. Têm sido definidas e empregues ao longo do tempo na literatura da especialidade, mais do que um tipo de razões de troca.

Assim teremos:

- **razões de troca líquidas** (as mais frequentemente utilizadas), representadas pelo quociente do índice dos preços de exportação pelo índice dos preços de importação relativos a um mesmo período de tempo.

$$Rt_L = 100 \times \frac{\text{Índice dos preços de exportação}}{\text{Índice dos preços de importação}}$$

- **razões de troca brutas**, apresentadas pelo quociente do índice do volume da exportação pelo índice do volume da importação

$$Rt_B = 100 \times \frac{\text{Índice do volume de exportação}}{\text{Índice do volume de importação}}$$

Isto porque o índice do valor da exportação é igual ao produto do índice dos preços da exportação pelo índice do volume de exportação

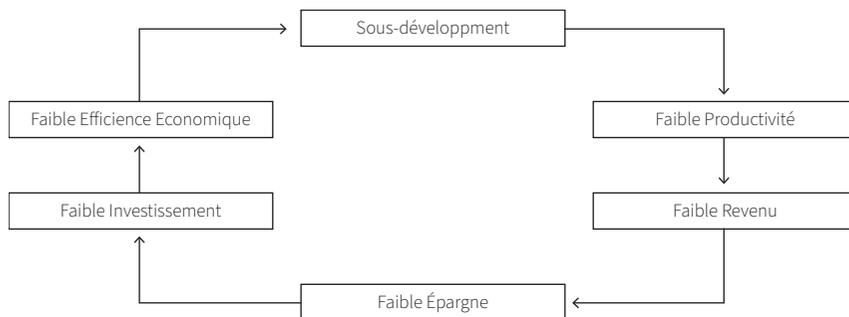
- **razões de troca factoriais simples** que se obtém a partir das razões de troca líquidas corrigindo o seu valor em relação às modificações verificadas para a produtividade do trabalho relativa aos produtos exportados.

$Rt_{fs} = Rt_L \times$ índice da produtividade do trabalho dos produtos exportados

- **razões de troca factoriais duplas** que se obtém a partir das razões de troca líquidas corrigindo o seu valor em relação às modificações verificadas para as produtividades do trabalho relativas não só aos produtos exportados como também aos importados

$$Rt_{fd} = Rt_L \times \frac{\text{Índice de produtividade do trabalho dos produtos exportados}}{\text{Índice de produtividade do trabalho dos produtos importados}}$$

101. “Cette expression («cercles vicieux») est souvent utilisée pour caractériser l’enchaînement entre certaines grandeurs économiques, telles que l’économie se trouve maintenant dans un état de sous-développement. A partir des analyses qui précèdent nous pouvons construire le cercle suivant: »



Malassis (1970)

102. “Les explications en termes de “cercles vicieux de la pauvreté” étudient le problème véritable de la même manière. La sous-développement procéderait de l’insuffisance de l’épargne, elle-même procédant du niveau faible de revenu (le pauvreté, donc le sous-développement). On ne comprend pas alors comment les sociétés actuellement développés ont brisé effectivement ces “cercles vicieux”. On doit d’ailleurs, pour donner leur force à ces “cercles vicieux”, recourir à une théorie d’une faiblesse extrême, en contradiction même avec ce que la “loi des débouchés” a d’essentiellement correct: que l’investissement crée dans certaines conditions, son propre débouché ex-post, même s’il ne l’a jamais ex-ante. D’ailleurs pour établir le thèse des “cercles vicieux” on doit faire une hypothèse contraire aux faits: que le surplus dans les pays sous-développés serait, sinon inexistant, du moins très faible (...) Baran a montré que ce qui caractérise les pays sous-développés c’est, non pas la faiblesse du surplus, mais son emploi-improductif, gaspillé, export (...) Or, chaque fois que l’on étudie la réalité, c’est-à-dire la consistante, la forme et les emplois du surplus dans les pays sous-développés, on débouche sur les véritables problèmes: les formes du surplus et de ses emplois dépendent de la nature des formations de la périphérie, des mécanismes de leur intégration au système capitaliste mondial” Amin 1970).

103. A análise destes factores será tratada posteriormente.

104. O modelo a utilizar foi obtido em Malassis (1970)

105. É o seguinte o modelo descritivo ocidental (modelo fechado), apresentado pelo Prof. Malassis durante o curso de Economia do Desenvolvimento Rural do “Institut Agronomique de Montpellier” (ano lectivo de 1970/71).

	Organização sócio-económica global		Organização sócio-económica agrícola	
	económica	sócio-económica	económica	sócio-económica
Séc. XVII	agrícola pré-industrial	semi-feudal/ artesanal / capitalismo comercial	subsistência	semi-feudal/ artesanal
Séc. XIX	em vias de industrialização	capitalismo industrial	em vias de comercialização	artesanal
Séc. XX	industrializada	capitalismo industrial	comercializada e em vias de industrialização	artesanal (com zonas capitalistas)
Previsão	pós-industrial	?	industrial	?

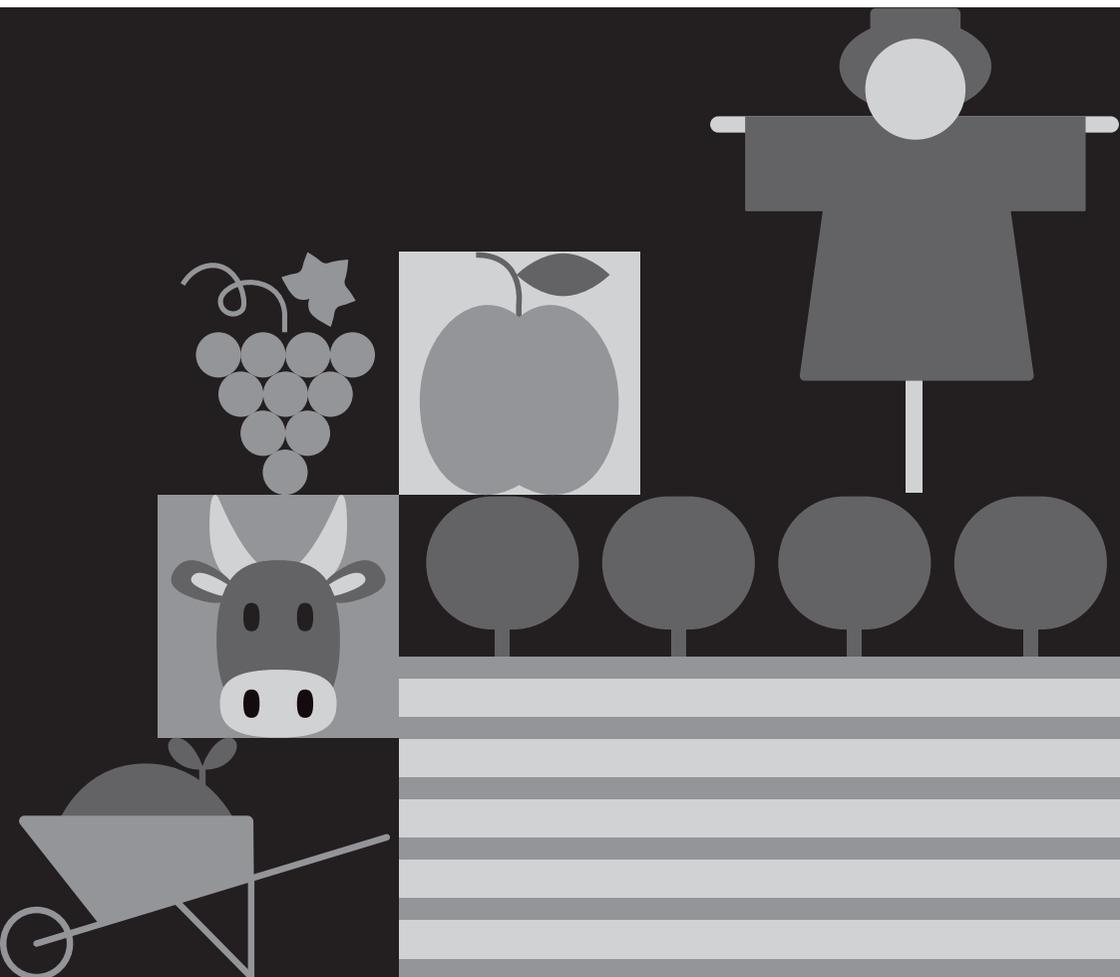
106. Podemos considerar a evolução demográfica da Europa ocidental como característica das regiões desenvolvidas.
107. Os valores apresentados por estes Países seriam mais ou menos os seguintes: Inglaterra (1783-1802) -0,6%; França (1830-1860) -0,4%; Bélgica (1833-1860) - 0,7%; Alemanha (1850-1873) - 0,8%; Suécia (1868-1890) -0,7%.
108. Um excelente exemplo de uma análise do tipo referido pode ser encontrado em Amin (1973).
109. Segundo Ligbert Axelson, (Culture Confrontation in the Lower Congo, Upsalla 1970), o Reino do Congo tinha no séc. XVI 2 milhões de habitantes e pouco mais de um terço, três séculos depois. Mesmo actualmente tal região não terá ainda a mesma população que tinha no séc. XVI.
110. Tanto o esquema utilizado como as considerações que se seguem assentam fundamentalmente nos trabalhos de Samir Amin (Amin, 1970, 1972 A e B, 1973).
111. Esta “passagem” não diminui necessariamente o volume dos bens “de luxo” uma vez que a oferta destes tende também a alargar-se.
112. Torna-se assim fácil compreender o papel histórico decisivo desempenhado pelos desenvolvimentos da agricultura e das indústrias têxtil e de construção no processo de desenvolvimento europeu.

113. Justifica-se deste modo a designação adoptada para a sector 3: oferta de bens de consumo “de luxo” em lugar de produção desses mesmos bens.
114. A introdução deste “conceito” deve-se fundamentalmente aos autores latino-americanos. Os trabalhos mais correntemente utilizados e citados por quem analise uma problemática deste tipo são os seguintes:
- Rodolfo Stavenhagen**, «*Marginalité, participation et structure agraire en Amérique Latine*», Bulletin de l’Institut International d’Etudes Sociales, n.º 7, 1970 (Stavenhagen, 1970)
- Anibal Quijano**, «*Pôle marginal de l’économie et main-d’oeuvre marginalisée*», texto apresentado no VII^{ème} Congrès Mondial de Sociologie, Varna, Set. de 1970 (Quijano, 1970).
- Anibal Quijano**, «*El proceso de marginalización y el mundo de la marginalidad en América Latina*», CEPAL, ONU, N. York, 1970. Acrescentar: José Nun, “Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal”, Revista latino-americana de Sociología, n.º 2, 1969. (Todo este número desta revista é de grande interesse para o tema em causa, pois trata-se de um número especial, consagrado à marginalidade na América Latina).
115. Sobre os aspectos principais da referida problemática veja-se por exemplo: Auvolat, «*Les ambiguïtés de l’aide alimentaire*», in Economie et Humanisme n.º 205, 1972.
116. Uma análise cuidadosa dos primeiros resultados da “revolução verde” nos diferentes países aonde tem sido aplicada, seria do maior interesse para a compreensão dos limites inerentes às soluções “tecnocráticas”. Como primeira aproximação ao problema veja-se por exemplo: René Dumont, «*Menaces de Famine et Revolution Verte*», Développement et civilisations, n.º 47-48, 1972.
117. Ritmos de urbanização de 4% verificados no séc. XIX podem considerar-se de tão difícil “absorção” industrial como os que se verificam actualmente no Terceiro Mundo e que são cerca de 7%.
118. A razão pela qual são sobretudo relativos à América Latina os estudos empreendidos sobre o “conceito” de marginalização deriva essencialmente do facto de ser esta parte do Terceiro Mundo aquela aonde o conjunto de aspectos socioeconómicos assim designado se apresenta sob a sua forma mais acabada. Na realidade e por

exemplo, em relação ao caso africano, pode-se considerar que o aparecimento do referido fenómeno se encontra ainda numa fase inicial do seu processo. Este facto deriva, segundo nos parece dos seguintes aspectos:

- um atraso (relativo) no desenvolvimento do sector exportador em relação a muitas das regiões africanas, como consequência de um relativamente tardio processo de exploração colonial.
- um relativamente fraco processo de proletarização das populações rurais consequência do carácter predominantemente extrovertido do processo de crescimento seguido e da forte resistência à destruturação oferecida por parte das comunidades “tradicionalis”.

Bibliografía utilizada



ABERCOMBIE, 1961. K. C. Abercombie, "**The Transition from Subsistence to Market Agriculture in Africa South of the Shara**" in Wetham and Currie (Eds.), "*Readings in the Applied economics of Africa*", Cambridge University Press, 1967.

ALBOU, 1970. Paul Albou, "**Initiation aux Sciences Humaines Appliquées au Développement**", in cours de Développement Rural, Institut Agronomique Méditerranéen de Montpellier, 1970. (mimeografado).

AMIN, 1970. Samir Amin, "**L'Accumulation à l'Échelle Mondiale, Critique de la Théorie du Sous-Développement**", Ed. Anthropos, Paris, 1970.

AMIN, 1971. Samir Amin, "**L'Afrique de l'Ouest Bloquée, l'Économie Politique de la Colonisation 1880-1970**", Ed. Minuit, Paris, 1971.

AMIN, 1972. Samir Amin, "**L'Afrique Sous-Peuplée**", Développement et Civilisations, n° 47-48, 1972.

AMIN, 1972 B. Samir Amin, "**Le Modèle Théorique d'Accumulation et le Développement dans le Monde Contemporain. La Problématique de Transition**", Revue Tiers-Monde, tome XIII, n° 52. PUF, 1972.

AMIN, 1973. Samir Amin, "**Le Développement Inégal**", Ed. Minuit, Paris, 1973.

ANDRADE, 1973. I. J. Rebelo de Andrade, "**As Populações Autóctones de Angola**" (1º Caderno), Cursos Superiores de Agronomia e Silvicultura da Universidade de Luanda, Nova Lisboa, 1973.

BADOUIN, 1971. Robert Badouin, "**Economie Rurale**", Lib. Armand Colin, Paris, 1971.

BAIROCH, 1970. Paul Bairoch, "**Diagnostic de l'Évolution Économique du Tiers-Monde 1900-1968**", Ed. Gauthier Villars, Paris, 1970.

BAIROCH, 1971. Paul Bairoch, "**Le Tiers-Monde dans l'Impasse**", Ed. Gallimard, Paris, 1971.

BARAN, 1957. Paul A. Baran, "**The Political Economy of Growth**", Monthly Review Press, New York, 1957. (Utilizou-se uma tradução das Ed. Kahar Editores, "*A Economia Política do Desenvolvimento*", Rio de Janeiro, 1972).

BETTELHEIM, 1970. Charles Bettelheim, "**Planification et Croissance Accélérée**", Ed. Gauthier Villars, Paris, 1970.

BLANCHET, Jaques Blanchet, "**Le problème des structures de la Production Agricole en Millieu African**", Étude d'Anthropologie Economique, fotocópias do I.I.A.A. - CDA - n° 72 - 1204.

BOSERUP, 1965. Esther Boserup, "**The Contitions of Agricultural Growth, The Economics of Agrarian Change under Population Pressure**", Ed. George Allen and Unwin, Londres, 1965 (utilizámos a 5ª edição de 1972).

BOUSSARD, 1970. Jean-Marc Boussard, "**Programation Mathématique et Théorie de la production Agricole**", Ed. Cujas, Paris, 1970.

BREWSTER, 1967. John M. Brewster, "**Traditional Social Structures as Barriers to Change**", in Southworth and Joshton (Eds.). "*Agricultural Development and Economic Growth*", Cornell University Press, 1961. (Utilizámos a 3ª edição de 1970).

CARRIÇO, 1971. Jacinto Carriço, "**A Vulgarização no contexto da Agricultura Angolana**", Separata do trabalho apresentado nos Encontros Agronómicos de Nova Lisboa, 1971.

DANDEKAR, 1965. V. M. Dandekar, "**Questions of Enomomic Analysis and the Consequences of Population Growth**", trabalho a apresentado no A/D/C Seminar on Subsistance and Peasant Economics, Honulu, 1965*.

DAVIDSON, 1957. Basil Davidson, "**Old Africa Rediscovered**", Londres, 1957. (Utilizámos uma tradução da Prelo Editora, "*Revelando a Velha África*", Lisboa, 1968).

ERGAS, 1972. Zeki Ergas, "**Réflexions sur la Question de la Productivité Agricole en Afrique Tropicale**", in Tiers-Monde Tome XIII, n° 51, P.U.F., 1972.

FIRTH, 1965. Raymond Firth, "**Social Structure and Peasant Economy: The influence of social structure upon peasant economies**", trabalho apresentado no A/D/C Seminar on Subsistance and Peasant Economics, Honulu, 1965*.

FISK and SCHAND, 1965. E. K. Fish and T. T. Schand, "**The Early Stages of Development in a Primitive Economy: The Evolution from Subsistance to Trade and Specialization**", trabalho a apresentado no A/D/C Seminar on Subsistance and Peasant Economics, Honulu, 1965*.

GEORGESCU-ROEGEN, 1965. Nicholas Georgescu-Roegen, “**The Institutional Aspects of Peasant Communities: An Analytical View**”, trabalho apresentado no A/D/C Seminar on Subsistence and Peasant Economics, Honolulu, 1965*.

IKONICOFF, 1973. Moises Ikonicoff, “**Le transfert de Technologie et les Conditions de l’Industrialisation dans le Tiers-Monde**”, Développement et Civilisations n° 5, 1973.

JONES, 1965. William O. Jones, “**The Demand for Food, Leisure and Economic Surpluses**”, trabalho apresentado no A/D/C Seminar on Subsistence and Peasant Economics, Honolulu, 1965*.

JORGENSEN, 1965. Dale W. Jorgensen, “**The Role of Agriculture in Economic Development: Classical Versus Neoclassical Models of Growth**”, trabalho apresentado no A/D/C Seminar on Subsistence and Peasant Economics, Honolulu, 1965*.

JOY, 1965. J. Leonard Joy, “**Diagnosis, Prediction and Policy Formulation**”, trabalho apresentado no A/D/C Seminar on Subsistence and Peasant Economics, Honolulu, 1965*.

KAMARCK, 1971. Andrew M. Kamarck, “**The Economics of African Development**”, Ed. Praeger Publishers, New York, 1971. (Utilizamos a tradução das Publicações Dom Quixote, “A Economia de África”, Lisboa, 1972).

KRISHNA, 1965. Raj Krishna, “**Models of the Family Farm**”, trabalho apresentado no A/D/C Seminar on Subsistence and Peasant Economics, Honolulu, 1965*.

MALASSIS, 1970. Louis Malassis, “**Analyse du Développement**” (Première partie) et “**Analyse du Sous-Développement**” (Deuxième partie), in Cours de Développement Rural, Institut Agronomique Méditerranéen de Montpellier, 1970. (mimeografado).

MAQUET, 1962. Jaques Maquet, “**Les Civilisations Noires**” Marabout Université, Paris, 1962.

MCPEARSON and JOHNSTON, 1967. W.W. McPearson and Bruce F. Johnston, “**Distinctive Features of Agricultural Development in the Tropics**”, in Southworth and Johnston (Eds.), “**Agricultural Development and Economic Growth**”, Cornell University Press, 1967. (Utilizamos a 3ª edição de 1970).

MELLOR, 1965. John W. Mellor, “**The Subsistence Farmer in Traditional Economies**”, trabalho apresentado no A/D/C Seminar on Subsistence and Peasant Economics, Honolulu, 1965*.

MELLOR, 1966. John W. Mellor, “**The Economics of Agricultural Development**”, Cornell University Press, 1966.

MELLOR, 1967. John W. Mellor, "**Toward a Theory of Agricultural Development**", in Southworth and Johnston (Eds.), "*Agricultural Development and Economic Growth*", Cornell University Press, 1967 (Utilizámos a 3ª edição de 1970).

MOORE, 1973. M. P. Moore, "**Au niveau de la ferme**", Cérès, Nov-Déc., 1973.

MOURA, 1969. Francisco Pereira de Moura, "**Lições de Economia**", Clássica Editora, Lisboa, 1969.

MYINT, 1964. H. Myint, "**The Economics of the Developing Countries**", Hutchinson University Library, Londres, 1964. (Utilizámos a 4ª edição revista de 1969).

MYINT, 1965, H. Myint, "**The Peasant Economies of Today's Underdeveloped Areas**", trabalho apresentado no A/D/C Seminar on Subsistence and Peasant Economics, Honulu, 1965*.

NAKAJIMA, 1965. Chihiro Nakajima, "**Subsistence and Commercial Family Farms: Some Theoretical Models of Subjective Equilibrium**", trabalho apresentado no A/D/C Seminar on Subsistence and Peasant Economics, Honulu, 1965*.

NICHOLLS, 1963. William H. Nicholls, "**Development in Agrarian Economies: The Role of Agricultural Surplus, Population Pressures, and Systems of Land Tenure**", in the Journal of Political Economy, LXXI, Feb. 1963*.

OLIVER and FAGE, 1966. Roland Oliver and J.D. Fage, "**A Short History of Africa**", Pinguin African Library, Londres, 1966. (Utilizámos a 2ª edição revista de 1969).

PARK, 1965. Jin H. Park, "**Effects of Increasing Commercialization on Resource Use in Semi-Subsistence Farms in South Korea**", trabalho apresentado no A/D/C Seminar on Subsistence and Peasant Economics, Honulu, 1965*.

QUEIROZ, 1969. Maria Isaura P. de Queiroz, "**Introdução: Porquê uma Sociologia dos Grupos Rurais?**", in Zahar Editores, "Sociologia Rural", Rio de Janeiro, 1969.

QUIJANO, 1970. Aníbal Quijano, "**Pôle Marginal de l'Économie et Main-d'oeuvre Marginalisée**", texto apresentado no VIIème Congrès Mondial de Sociologie, Varna, 1970.

RUIZ GARCIA, 1967. Henrique Ruiz Garcia, "**El Tercero Mundo**", Alianza Editorial, Madrid, 1967. (Utilizámos a tradução das Iniciativas Editoriais, "*O Problema do Terceiro Mundo*", Lisboa, 1970).

SAMUELSON, 1964. Paul Samuelson, "**L'Économique**" (Vols. I e II), Armand Colin, Paris 1964, (tradução).

SAUVY, 1944. Alfred Sauvy, "**La Population, sa Mesure, ses Mouvements, ses Lois**", P.U.F., Paris, 1944. (Utilizámos a 10ª edição de 1970).

SCHULTZ, 1964. Theodore W. Schultz, "**Transforming Tradicional Agriculture**", Yale University Press, 1964. (Utilizámos a 4ª edição de 1969).

SEDAS NUNES, 1968, Adérito Sedas Nunes, "**Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento**", Morais Editora, Lisboa, 1968.

SOUSA, 1965. Alfredo de Sousa, "**Economia e Sociedade em África**", Morais Editora, 1965.

STAVENHAGEN, 1970. Rodolfo Stavenhagen, "**Marginalité, Participation et Structure Agraire en Amerique Latine**", Bulletin de L'Institut International d'Études Sociales, nº 7, 1970.

WEISBLAT, 1965. Abraham M. Weisblat, "**An Economist's View of Social Structure Interaction with the Subsistence Economy**". trabalho apresentado no A/D/C Seminar on Subsistence and Peasant Economics, Honolulu, 1965*.

WHARTON, 1965. Clifton R. Wharton, Jr. "**Subsistence Agriculture: Concepts and Scope**", trabalho apresentado no A/D/e Seminar on Subsistence and Peasant Economics, Honolulu, 1965*.

WHARTON, 1970. Clifton R. Wharton, Jr. "**Transforming Traditional Agriculture: Editors's Introduction**", in C. Wharton (Eds.), "**Subsistence Agriculture and Economic Development**", 1970.

WHETHAM and CURRIE, 1971. Edith H. Whetham and Jean I. Currie, "**The Economics of African Countries**", Cambridge University Press, 1971.

ZAHAR, 1970. Renate Zahar, "**L'Oeuvre de Frantz Fanon**", Ed. François Maspero, Paris, 1970.

* Utilizámos o texto apresentado por Clifton R. Wharton, Jr., (Eds.), "**Subsistence Agriculture and Economic Development**", 1970.

Restante bibliografia citada e/ou referida

BENNETT, 1952. M. K. Bennet, "**Population Food and Economic Progress**", Rice Institute Pamphlet, 1952. (Citado por Baran, 1957).

BIEBUYK, 1963. Ed. D. Biebuyk, "**African Agrarian Systems**", Oxford, 1963. (Referido por Whetham and Currie, 1971).

DESCHAMPS, 1954. H. Deschamps, "**Les Religions de l'Afrique Noire**", P.U.F., Paris, 1954. (Citado por Sousa, 1965).

DIA, 1960. Mamadou Dia, "**Réflexions sur l'Économie de l'Afrique Noire**", Ed. Présence Africaine, Paris, 1960. (Citado por Sousa, 1965).

FEI AND RHANIS, 1964. J.C.H. Fei and G. Rhanis, "**Development of the Labor Surplus Economy**", Irwin, 1964. (Referido por Jorgensen, 1965 e Schultz, 1964).

FISK, 1962. E.K. Fisk, "**Planning in a Primitive Economy: Special Problems of Papue New Guinea**", in Economic Record, Vol. 38, nº 84, Dec. 1962. (Referido por Fisk and Shand, 1965).

FORD and SCOTT, 1946. Darryl Ford and R. Scott, "**The Native Economies of Nigeria**", Londres, 1946. (Citado por Boserup, 1965).

GUPTA, 1964. Sipra Das Gupta, "**Producers Rationality an Technical Innovation in India Agriculture**", Unpublished Ph. D. dissertation, London Scholl of Economics and Political Science, 1964, (Citado por Joy, 1965).

HANCE, 1964. W. A. Hance, "**The Geography of Modern Africa**", Columbia University Press, 1964. (Citado por Kamarck, 1971).

HASWELL, 1963. M.R. Haswell. "**The changing Pattern of Economic Activity in a Gambian Village**", H.M.S.O., Londres, 1963. (Citado por Whetham and Currie 1971).

LEWIS, 1954. W.A. Lewis, "**Economic Development with Unlimited Supply of Labour**", Manchester Scholl of Economics and Social Studies, Vol 22, Maio, 1954. (Referido por Jorgensen, 1965 e Schultz, 1964)

LORD HAILEY, 1957. Lord Hailey, "**An Africa Survey**", Londres, 1957. (Citado por Boserup, 1965).

MAX WEBER, 1930. Max Weber, "**The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism**", New York, 1930 (tradução). (Citado par Kamark, 1971).

MEILLASSOUX, 1960. C. Meillassoux, "**Essai d'Interprétation du Phénomène Économique dans les Sociétés Traditionnelles, d'Auto-Subsistance**", in Cahiers d'Études Africaines, n° 4, 1960. (Citado por SOUSA, 1965).

MELLOR, 1963. John W. Mellor, "**The Use and Productivity of Farm Family Labor in Early Stages of Agricultural Development**", in Journal of Farm Economics, Vol XLV, n° 3, Agosto, 1963. (Referido por Mellor, 1965, 1966, 1967).

NADEL, 1942. S.F. Nadel, "**A Black Byzantium**", Londres, 1942. (Citado por Boserup, 1965).

NASH, 1961. Manning Nash, "**The Social Context of Economic Choice in a Small Society**" in Man, Vol LXI, n° 219, 1961. (Referido por Firth, 1965).

NURSKE, 1953. Ragnar Nurske, "**Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries**", Oxford University Press, New York, 1953. (Referido por Jorgensen, 1965 e Schultz, 1964).

POLANYI, 1957. K. Polanyi, C.M. Arensberg and H.W. Pearson, "**Trade and Market in the Early Empires**", Free Press, 1957. (Referido por Firth, 1965).

SAUVY, 1963. Alfred Sauvy, "**Malthus at les deux Marx**", Denoël, 1963. (Citado por Malassis, 1970).

ISBN: 978-989-35735-7-0

ISA Press

AGROGES

